

SUL AMERICANA DE METAIS

PROJETO BLOCO 8

EIA - ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

CAPÍTULO 6.3

DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO

Sumário

6.3 - DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO.....	5
6.3.1 - Dinâmica Populacional.....	5
6.3.1.1 - Distribuição e Mapeamento da População.....	6
6.3.1.2 - Movimentos Migratórios.....	9
6.3.2 - Dinâmica Econômica e Produtiva.....	11
6.3.2.1 - Trajetória do Desenvolvimento Socioeconômico do norte de Minas.....	11
6.3.2.2 - Estrutura Produtiva e de Serviços.....	12
6.3.2.3 - Atividade Econômica.....	14
6.3.2.4 - Estrutura Ocupacional.....	15
6.3.2.5 - Cooperativismo e Associativismo em Atividades Produtivas.....	17
6.3.2.6 - Finanças Públicas Municipais.....	18
6.3.2.7 - Capital Social, Empreendedorismo e Desenvolvimento Socioeconômico Local.....	20
6.3.3 - Uso e Ocupação do Solo.....	21
6.3.3.1 - Caracterização dos Usos e Formas de Ocupação do Solo.....	21
6.3.3.1.1 - Fruta de Leite.....	22
6.3.3.1.2 - Grão Mogol.....	23
6.3.3.1.3 - Josenópolis.....	25
6.3.3.1.4 - Padre Carvalho.....	26
6.3.3.1.5 - Distrito do Vale das Cancelas.....	27
6.3.3.1.6 - Núcleo Rural de Vacaria/Ponte Velha.....	29
6.3.3.1.7 - Núcleo Rural de Campo de Vacarias.....	30
6.3.3.1.8 - Localidades Rurais da Área de Inserção do Complexo Minerário.....	31
6.3.3.1.9 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Barragem do Rio Vacaria.....	35
6.3.3.1.10 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Adutora da Barragem do Rio Vacaria.....	39
6.3.3.1.11 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Adutora de Irapé e Linha de Transmissão.....	40
6.3.4 - Uso da Água.....	41
6.3.4.1 - Caracterização dos Usos da Água.....	41
6.3.4.1.1 - Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho.....	42
6.3.4.1.2 - Distrito do Vale das Cancelas.....	43
6.3.4.1.3 - Núcleo Rural de Vacaria/Ponte Velha.....	44
6.3.4.1.4 - Núcleo Rural de Campo de Vacarias.....	44
6.3.4.1.5 - Localidades Rurais da Área de Inserção do Complexo Minerário.....	45
6.3.4.1.6 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Barragem do Rio Vacaria.....	46
6.3.4.1.7 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Adutora da Barragem do Rio Vacaria.....	47
6.3.4.1.8 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Adutora de Irapé e Linha de Transmissão.....	47
6.3.5 - Nível de Vida.....	48
6.3.5.1 - Índice de Desenvolvimento Humano.....	48
6.3.5.2 - Assentamentos Humanos / Infraestrutura Básica.....	49
6.3.5.2.1 - Caracterização dos Assentamentos Humanos e sua Infraestrutura Básica.....	50
6.3.5.3 - Educação.....	53
6.3.5.3.1 - Caracterização do Sistema de Ensino Formal.....	53
6.3.5.3.2 - Caracterização do Sistema de Ensino Não Formal e da Educação Informal.....	55
6.3.5.3.3 - Escolaridade e Alfabetização da População Municipal.....	56
6.3.5.3.4 - Compatibilidade do Sistema Educacional em Face às Demandas Atuais e Previstas.....	57
6.3.5.5 - Saúde.....	58
6.3.5.4.1 - Caracterização do Sistema de Saúde.....	59
6.3.5.5 - Lazer, Esporte, Turismo e Cultura.....	62
6.3.5.5.1 - Caracterização da Infraestrutura e Serviços de Lazer, Esporte, Turismo e Cultura.....	62
6.3.5.6 - Segurança Pública.....	63
6.3.5.6.1 - Caracterização da Infraestrutura e Serviços de Segurança Pública.....	63
6.3.6 - Organização Social.....	65
6.3.7 - Patrimônio Natural e Cultural.....	68
6.3.7.1 - Patrimônio Arqueológico.....	68
6.3.7.2 - O contexto arqueológico na Área de Estudo.....	70
6.3.7.3 - Patrimônio Cultural Material e Natural.....	81
6.3.7.4 - O Patrimônio Imaterial.....	83
6.3.7.4.1 - Metodologia.....	84
6.3.7.4.2 - Caracterização Histórica e Territorial da Área de Pesquisa.....	85
6.3.7.4.3 - Identificação dos Bens Culturais de Natureza Imaterial.....	92
6.3.7.4.4 - Descrição dos Bens Imateriais Registrados.....	94
6.3.8 - Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental.....	122
6.3.8.1 - Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo <i>Stakeholders</i> Institucionais e Comunitários.....	129
6.3.8.2 - Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Propriedades Rurais.....	131
6.3.9 - Comunidades Tradicionais.....	135

6.3.10 - Análise Integrada do Meio Socioeconômico.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	147
ANEXO 01 - DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO	149
ANEXO 02 - DOCUMENTAÇÃO OFICIAL: LICENCIAMENTO CULTURAL	151
ANEXO 03 - PARECER TÉCNICO Nº 183/2018/COTEC IPHAN-MG/IPHAN	153
ANEXO 04 - PROTOCOLO IPHAN/MG: "PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (PAIPA) - PROJETO BLOCO 8"	155

Quadros

QUADRO 6.3.7-1 - Bens Imateriais identificados nos municípios pesquisados	94
---	----

Figuras

FIGURA 6.3-1 - Cemitérios Irregulares situados na região do Complexo Minerário do Projeto Bloco 8	33
FIGURA 6.3-2 - Cemitérios Irregulares situados na região da barragem do Rio Vacaria do Projeto Bloco 8	37
FIGURA 16.3.7-1 - Registro de sítios arqueológicos: Grão Mogol.....	75
FIGURA 6.3.7-1 - Tradição Planalto	77
FIGURA 6.3.7-2 - Tradição São Francisco	78
FIGURA 6.3.7-3 - Guálter Martins Pereira, Barão de Grão Mogol	91
FIGURA 6.3.7-4 - Cortejo de virgens no mosaico da Igreja de Santo Apolinário Novo, em Ravena, Itália	104
FIGURA 6.3.7-5 - Representação artística da Folia do Imperador Divino Espírito Santo no século XIX.....	113
FIGURA 6.3.7-6 - Encontro na Porta Dourada, obra de Giotto di Bondone, 1302-1305, na Capela dos Scrovegni, Pádua, Itália.....	118
FIGURA 6.3-7 - Localização Entrevistas Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Stakeholders Institucionais e Comunitários	125
FIGURA 6.3-8 - Localização Entrevistas Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Propriedades Rurais	127

6.3 - DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO

O presente Resumo Executivo apresenta a análise técnica e conclusiva sobre os dados socioeconômicos apurados para a caracterização da Área de Estudo do Meio Socioeconômico do Projeto Bloco 8. Tais dados podem ser consultados em profundidade no Diagnóstico do Meio Socioeconômico (Anexo 1).

Para caracterizar a dinâmica socioeconômica e cultural das áreas em estudo foram apuradas informações em fontes primárias e secundárias buscando contemplar os eixos temáticos que caracterizam o meio antrópico da região, e que referenciam a estrutura e itemização deste documento, em:

- 6.3.1 - Dinâmica Populacional
- 6.3.2 - Dinâmica Econômica e Produtiva
- 6.3.3 - Uso e Ocupação do Solo
- 6.3.4 - Uso da Água
- 6.3.5 - Nível de Vida
- 6.3.6 - Organização Social, Cultural e Político-Institucional
- 6.3.7 - Patrimônio Natural e Cultural
- 6.3.8 - Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental
- 6.3.9 - Comunidades Tradicionais
- 6.3.10 - Análise Integrada do Meio Socioeconômico

É importante ressaltar que os dados secundários que dão suporte ao desenvolvimento dos tópicos acima elencados foram apurados em fontes virtuais de credibilidade e reconhecimento nacional em produção estatística. Para além, foram apurados dados primários diretamente na Área de Estudo, por meio da realização de campanha de campo, com aplicação de Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental.

Por sua vez, o presente documento é complementado pelos itens 6.3.8 e 6.3.9 que fazem referência à percepção social, econômica, ambiental e cultural que singulariza a Área de Estudo do Meio Socioeconômico, determinando os vínculos e as interações estabelecidas por seus moradores com as localidades de referência do diagnóstico socioeconômico: (i) municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas; (ii) distrito do Vale das Cancelas (ii) núcleos rurais de Vacaria/Ponte Velha e Campo de Vacarias; e (iii) localidades rurais das áreas de inserção das estruturas do Projeto Bloco 8.

6.3.1 - Dinâmica Populacional

A caracterização da dinâmica populacional dos municípios da Área de Estudo - Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas - envolveu a aferição e análise de dados a respeito dos aspectos demográficos e de ocupação da população residente nessas municipalidades, tais como sua composição, distribuição, projeção populacional, e movimentos migratórios característicos.

É importante frisar que os aspectos demográficos e de ocupação da população são modulados de forma dinâmica de acordo com a evolução temporal da localidade. Assim, a partir do perfil populacional é possível perceber as influências e pressões exercidas pela componente demográfica sobre as dimensões históricas, econômicas, sociais e culturais que marcam os municípios, e vice-versa, sendo estas inter-relações o mais importante aspecto da análise de dinâmica populacional.

Especificamente, o mapeamento dos aspectos demográficos da Área de Estudo permitirá o acompanhamento do possível afluxo populacional decorrente da implantação do empreendimento e subsidiará a análise das possíveis alterações em aspectos infraestruturais dos municípios, e incidentes no perfil social e sócio ocupacional de seus moradores.

6.3.1.1 - Distribuição e Mapeamento da População

Seguindo a Divisão Regional do Brasil (IBGE, 1990), a Área de Estudo do Projeto Bloco 8 situa-se em duas microrregiões do estado de Minas Gerais, a saber, Salinas e Grão Mogol. Dão nome a estas microrregiões os municípios mais antigos em análise no presente diagnóstico socioeconômico, respectivamente elevados à categoria de cidade em 1858 (Grão Mogol) e 1887 (Salinas), segundo dados disponibilizados pelo IBGE.

Em junho de 2017, as unidades mesorregionais e microrregionais de referência geopolítica foram revisadas pelo IBGE e passaram a ser denominadas Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente.

Segundo a Divisão Regional do Brasil (IBGE, 2017), “as Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade”, sendo que “as Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência”.

Na alteração de divisão regional do estado de Minas Gerais, a mesorregião Norte de Minas passa a ser denominada Região Geográfica Intermediária de Montes Claros, estando os municípios de Grão Mogol e Josenópolis inseridos na Região Geográfica Imediata de Montes Claros, e os municípios de Salinas, Fruta de Leite e Padre Carvalho, na Região Geográfica Imediata de Salinas.

As novas denominações e enquadramentos municipais tornam evidentes que as funções sociais e correlações econômicas dos municípios em estudo se alteraram desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada pelo IBGE na década de 1990; sendo possível identificar os polos socioeconômicos de referência do Projeto Bloco 8 como Montes Claros e Salinas, e não mais como Grão Mogol e Salinas

Entretanto, para fins de análise de distribuição e mapeamento populacional dos municípios que integram a Área de Estudo do Projeto Bloco 8 os dados das micro e mesorregiões foram considerados para fins comparativos de dinâmica populacional, uma vez que ainda não existem dados agregados em atendimento à nova divisão territorial brasileira.

Os demais municípios em análise foram elevados à categoria de município em épocas recentes, tendo se desmembrado do município de Grão Mogol, como no caso de Josenópolis e Padre Carvalho, em 1995, ou desmembrado do município de Salinas, como ocorreu com o município de Fruta de Leite, também em 1995.

Os dados de distribuição e mapeamento da população, apresentadas no Diagnóstico do Meio Socioeconômico, indicam que a população global dos municípios da Área de Estudo encontra-se estimada em 74.533 habitantes, para o ano de 2017, com representações parciais de 55,92% para Salinas (41.678 habitantes), 21,37% para Grão Mogol (15.931 habitantes), e, com menores representatividades: 8,50% para Padre Carvalho (6.338 habitantes), 7,66% para Fruta de Leite (5.709 habitantes), e 6,54% para Josenópolis (4.877 habitantes).

Também de acordo com os dados de distribuição e mapeamento da população municipal, os municípios de Salinas e Grão Mogol são os mais populosos, dentre os estudados, seguidos pelos municípios de Padre Carvalho, Fruta de Leite e Josenópolis; podendo ser estratificados em dois grandes grupos no que tange a seus quantitativos de habitantes:

- (i) Municípios de Pequeno Porte I, com até 20 mil habitantes: Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho;
- (ii) Municípios de Pequeno Porte II, de 20 a 50 mil habitantes: Salinas.

Em análise aos dados de área territorial e densidade demográfica percebe-se que o município de Salinas, além de ser o mais populoso dentre os estudados é também o mais povoado, possuindo a maior densidade demográfica estimada para 2017 (22,38 habitantes por km²), quando comparado aos demais municípios em estudo: Padre Carvalho (14,20 habitantes por km²), Josenópolis (9,01 habitantes por km²), Fruta de Leite (7,49 habitantes por km²), e Grão Mogol (4,10 habitantes por km²).

No outro extremo figura o município de Grão Mogol, que apesar de ser o segundo município mais populoso dentre os que estão sendo estudados neste diagnóstico socioeconômico, possui a maior área territorial (3.885,29 km²) dentre eles e, portanto, apresenta-se como o menos povoado, ou seja, é o que possui a menor densidade demográfica.

A elevação de distritos à categoria de município, como ocorreu com Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho, assegurando a eles uma porção territorial restrita e geograficamente determinada por sua influência distrital, oportunizou que eles se apresentassem como mais povoados que o Grão Mogol, por exemplo, mesmo que pouco populosos e enquadrados na primeira categoria de porte municipal (Pequeno Porte I).

Em projeção populacional, observa-se que, se mantidas as condições atuais de influência e pressão sobre as componentes demográficas municipais, o município de Salinas apenas se configuraria como município de médio porte (entre 50 e 100 mil habitantes) a partir de 2037. Segundo projeção geométrica de crescimento, a mudança de estratificação/categoria municipal para os demais municípios deve apenas se realizar em meados desse século, ou mesmo, no próximo.

Isso posto, não há que se falar em adensamento populacional expressivo em Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, sendo que em Salinas a questão começa a tomar contorno mais visível apenas após 2030. Neste aspecto é importante registrar que as taxas de crescimento populacional anuais dos municípios em estudo apresentam-se inferiores, mas com certa compatibilidade, aos valores apurados para o estado de Minas Gerais.

Ademais, observa-se o constante processo de urbanização dos municípios em estudo, com redução paulatina no número absoluto de residentes em suas áreas rurais, e elevação progressiva no número de residentes em áreas urbanas, em um processo de urbanização que pode ser atribuído com maior significância ao êxodo rural intramunicipal, aportado em menor grau pelo êxodo rural intermunicipal (imigração).

De forma geral, o panorama censitário de 2010 mostra a ocorrência de três municípios urbanizados, ou seja, municípios que possuem mais de 50% de sua população residente em áreas urbanas: Salinas, Josenópolis e Padre Carvalho; e dois municípios em processo de urbanização: Grão Mogol e Fruta de Leite.

Em análise às taxas de natalidade e mortalidade que determinam o crescimento populacional vegetativo dessas regiões, observa-se, para o período de 2000 a 2010, que:

- no município de Fruta de Leite a natalidade e a mortalidade aumentaram, mas a mortalidade aumentou mais, condição típica da Fase 1¹ da Transição Demográfica e característica de regiões subdesenvolvidas. Notadamente tal condição conjuga-se bem à retração no crescimento populacional verificada no município, evidenciando que neste município houve remissão nos aspectos socioeconômicos garantidores de qualidade e expectativa de vida na década analisada (2000-2010).
- no município de Grão Mogol, a natalidade e a mortalidade caíram mas a natalidade caiu mais substancialmente, o que tecnicamente equivale à condição de Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas, onde a natalidade caiu e a mortalidade cresceu. Em todos esses casos evidencia-se a desaceleração no crescimento populacional vegetativo, mas em um viés não tão positivo quanto o que caracteriza as Fases 2² e 3³ da Transição Demográfica. Assim, não há que se falar na premissa de excelentes condições socioeconômicas garantidoras da qualidade e aumento na expectativa de vida nessas municipalidades, singulares de uma transição demográfica em patamares de regiões desenvolvidas socioeconomicamente.

É importante ressaltar que inúmeros fatores influenciam e modulam o crescimento populacional de um município, sendo a vida real dotada de um dinamismo socioeconômico difícil de objetivar em termos de projeção populacional. Contudo, estima-se o seguinte panorama demográfico para os municípios em estudo, no ano de 2030:

- Os municípios de Salinas e Grão Mogol continuarão sendo os municípios mais populosos.
- O município de Fruta de Leite terá perdido pouco mais de mil habitantes e apresentará um equilíbrio em sua distribuição populacional por local de domicílio: urbano e rural.
- Os municípios de Fruta de Leite e Grão Mogol não poderão ser considerados urbanizados em 2030 (detentores de um Grau de Urbanização acima de 50%).
- Os municípios de Josenópolis e Padre Carvalho não poderão ser considerados plenamente urbanizados em 2030 (detentores de um Grau de Urbanização acima de 75%).

¹ Fase Pré-transição: índice de crescimento vegetativo baixo devido aos altos índices de mortalidade e natalidade.

² Fase Aceleração Demográfica: crescimento populacional elevado devido à queda na taxa de mortalidade ocasionada pela melhora nas condições sanitárias e de segurança.

³ Fase da Desaceleração Demográfica: diminuição da taxa de natalidade ocasionada por medidas de controle como planejamento familiar e métodos anticoncepcionais.

- Apenas o município de Salinas terá se aproximado, e no caso superado, em 2030, os valores de taxa de urbanização que o estado de Minas Gerais já possuía em 2010, aproximadamente 85%.
- Nenhum dos municípios em análise passará por mudança em seu porte municipal, mantendo-se na categoria de município de pequeno porte (Nível I ou II).

Em relação à composição etária da população nas áreas em estudo observa-se o predomínio de uma população jovem, condição características de regiões pouco desenvolvidas, e que pesa negativamente na capacidade da População Economicamente Ativa de sustentar a população economicamente dependente (Razão de Dependência).

Ademais, uma Razão de Dependência⁴ elevada (acima de 40%) foi apurada nos cinco municípios em estudo, para o ano de 2010, indicando a dificuldade de subsistência de suas populações municipais.

Como observado, os dados referentes à distribuição e mapeamento da população dos municípios em análise apontam, no geral, para a seguinte caracterização demográfica e de implicação nos processos de ocupação do território:

- (i) municípios de pequeno porte;
- (ii) municípios em perspectiva significativa de crescimento e adensamento populacional, em curto, a longo prazo;
- (iii) municípios que passam por elevação progressiva, porém lenta, nas taxas de urbanização;
- (iv) municípios em processo inicial de transição demográfica,
- (v) municípios com predomínio de população jovem impactando nas condições de subsistência da população municipal.

Importante ressaltar que nestes aspectos os municípios de Salinas e Fruta de Leite emergem nos extremos, positivo e negativo, respectivamente.

Se mantidas as condições verificadas observa-se tendência futura de um lento processo de crescimento populacional, urbanização municipal, e transição demográfica, e, portanto lenta modificação nas condições socioeconômicas municipais atualmente verificadas, em associação aos aspectos demográficos ora analisados.

6.3.1.2 - Movimentos Migratórios

O estudo dos movimentos migratórios é uma importante ferramenta para análise intercambiada de dinâmica demográfica *versus* condições socioeconômicas de um município ou região, possibilitando perceber a capacidade socioeconômica de uma localidade em influenciar o deslocamento ou a fixação de indivíduos em sua locação.

De acordo com os dados socioeconômicos apurados para a caracterização dos municípios em análise, todos eles apresentam uma Taxa Líquida Migratória negativa, significando que os movimentos de emigração dos municípios foram mais expressivos que os movimentos de imigração, quando considerado o período de 2000 a 2010. Tal fato demonstra, de forma geral, que tais municipalidades não apresentaram grandes atrativos socioeconômicos à fixação de pessoas em suas locações.

⁴ Participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva.

Tal questão corrobora a avaliação de crescimento populacional / crescimento vegetativo que já apontava para um saldo migratório líquido voltado à emigração, que mostra-se mais significativa (a emigração) no município de Fruta de Leite, seguido pelos municípios de Josenópolis, Salinas, Grão Mogol e Padre Carvalho.

Embora as municipalidades da Área de Estudo não apresentaram grandes atrativos socioeconômicos à fixação de pessoas em suas localidades, como mencionado anteriormente, os dados de imigração sugerem, de forma geral, melhores condições socioeconômicas nos municípios de Salinas e Grão Mogol, em relação Padre Carvalho, Josenópolis, e Fruta de Leite. É possível identificar esses municípios como os mais atrativos à imigração e aptos a migração de retorno, tanto é que entre 2000 e 2010 foram justamente esses dois municípios - Salinas e Grão Mogol - os que apresentaram os maiores percentuais de população residente a menos de 5 anos.

Em relação ao destino da população emigrante, Grão Mogol apresenta uma relação de aproximadamente 80% de emigrantes para municípios mineiros e 20% para outros estados da federação, Fruta de Leite uma relação 70% / 30%, e os demais municípios: Salinas, Padre Carvalho e Josenópolis, uma relação tecnicamente mais pareada com 45-47% de emigrantes para municípios mineiros, e 53-55% emigrantes para outros estados da federação.

A participação do estado de São Paulo como local de proveniência de imigrantes (no quesito 'naturais de outros estados da federação') e destino de emigrantes (no quesito 'outros estados da federação'), é evidente, segundo os dados de movimentos migratórios. Tais fatos podem se dever ao maior porte demográfico do estado de São Paulo, aumentando assim a probabilidade de que o imigrante seja proveniente de tal estado, e, no caso dos movimentos de emigração, ao movimento de retorno à terra natal dos filhos e netos das primeiras levas de imigrantes aos municípios da Área de Estudo, mas também pode estar correlacionado às melhores condições de empregabilidade e renda ofertadas pelos municípios Paulistas.

Outro aspecto populacional de relevância para o diagnóstico socioeconômico diz respeito ao deslocamento com regularidade cotidiana de trabalhadores/estudantes de sua residência até o local de trabalho/estudo. Esse deslocamento, chamado de deslocamento pendular, relaciona-se a um grande número de fatores socioeconômicos que caracterizam os municípios em análise e sua região de inserção, sendo um importante aspecto de investigação das perspectivas econômicas e sociais municipais e regionais.

Se privilegiarmos a característica de mobilidade pendular como definidora de uma cidade-dormitório - municípios que possuem acima de 40% de deslocamento pendular para fins de trabalho - nenhum dos municípios em estudo figuraria nessa condição. Entretanto, há que se notar relativo contingente da população ocupada de Fruta de Leite, Grão Mogol e Padre Carvalho (cerca de 10%) que, em 2010, exerciam sua atuação profissional em outro município, que não o de residência.

É importante pontuar que o deslocamento pendular para fins de trabalho, liga-se à falta de oportunidades de emprego em âmbito municipal, sendo um fenômeno comum nos municípios em estudo. Tal condição é motivada, principalmente, pela empregabilidade histórica, porém temporária, dos moradores dessa região na colheita do café e da cana de açúcar praticada no sul de Minas Gerais e/ou do estado de São Paulo, entre os meses de maio e setembro de todos os anos.

De forma geral pode-se inferir pelos dados de deslocamento pendular levantados para a Área de Estudo do Projeto Bloco 8 que, apesar do município de Salinas ser significativamente mais populoso que os demais, ele não reúne todas as condições socioeconômicas polarizadoras de população em busca de trabalho, em sua região de inserção. Ainda sob essa perspectiva, os demais municípios - Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho - tampouco preenchem esse importante requisito para o deslocamento pendular.

Entretanto pode-se dizer, de forma conclusiva, que no contexto dos fluxos migratórios e deslocamentos pendulares da população das áreas em estudo, os dados apurados apontam para melhores condições socioeconômicas nos municípios de Salinas e Grão Mogol, em relação Padre Carvalho, Josenópolis, e Fruta de Leite, identificando esses municípios como mais atrativos à população não local.

A tendência natural e futura é que este panorama de fluxo emigratório e deslocamento pendular se mantenha; vindo a perder força apenas em médio em longo prazo, uma vez se vislumbra uma lenta modificação nas condições socioeconômicas municipais.

6.3.2 - Dinâmica Econômica e Produtiva

A análise dos dados de aspectos econômicos das municipalidades em estudo permite a compreensão dos processos formadores das riquezas locais, pela perspectiva histórica da produção de bens e serviços gerados no território municipal, e pela formação e autossuficiência das receitas orçamentárias da unidade administrativa em análise, à luz da trajetória de desenvolvimento social e econômica da região.

É importante registrar que as análises econômicas aqui empreendidas, devem se integrar às análises sociais e socioambientais, para que se tenha uma perspectiva holística dos fatores e aspectos que determinam a realidade socioeconômica dos municípios da Área de Estudo, tendo em vista a aferição da viabilidade ambiental do Projeto Bloco 8 e de sua contribuição para o desenvolvimento local e regional.

6.3.2.1 - Trajetória do Desenvolvimento Socioeconômico do norte de Minas

Em relação aos fatores de crescimento econômico da região norte de Minas é importante registrar que o processo de desenvolvimento das diferentes regionais do Estado não foi homogêneo. Na região em voga, ele, caracterizou-se pela presença e atuação da SUDENE, criada em 1963.

Conforme dispõe a Lei Federal Nº 4.239, de 27 de junho de 1963⁵, que aprovava o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, a região norte de Minas integrava, e ainda integra a região de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no estado de Minas Gerais por compor o “polígono da secas”.

Atualmente a SUDENE é uma “autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional”.

⁵ A Lei Federal Nº 4.239, de 27 de junho de 1963 sofreu inúmeras alterações após sua promulgação, sofrendo revogações parciais, alteração na redação de artigos, regulamentação e complementação por decretos e medidas provisórias.

Os resultados da atuação da SUDENE no norte de Minas desde sua criação são objeto de reflexão acadêmica ainda nos dias atuais, dadas às controvérsias que regem o tema.

Hoje o panorama que se tem no norte de Minas, conforme dados apresentados pela Fundação João Pinheiro no relatório do Produto Interno Bruto de Minas Gerais 2015, é de que a região é responsável por 4,0% do PIB estadual, ocupando a sétima posição - dentre as 12 mesorregiões mineiras - no ranking de geração de riquezas do estado de Minas Gerais.

Em relação aos municípios mais desenvolvidos destacam-se Montes Claros, que em 2010 figurava na décima posição no ranking dos municípios de maior PIB do estado de Minas Gerais, passando, em 2015, para a 8ª posição neste ranking. Também em 2015 o Valor Adicionado Bruto do setor de serviços de Montes Claros colocava o município no sétimo lugar do ranking estadual nessa categoria econômica de geração de riquezas.

Segundo o documento Perspectivas de Desenvolvimento Socioeconômico do norte de Minas,

“O Norte mineiro reúne, com certeza, vocações e diferenciais competitivos que referendam a sua capacidade de crescer e de contribuir, decisivamente, para o desenvolvimento do Brasil e de Minas Gerais - e é por essa razão que, integral e incondicionalmente, subscrevemos este documento (...). Os temas priorizados tratam de questões estratégicas: Logística e Infraestrutura; Meio Ambiente; Ambiência Econômica - tratando os diferenciais que a região possui, tendo a SUDENE como ponto focal - e o Desenvolvimento Social.” (Sistema FIEMG, 2017)

De acordo com os realizadores do projeto, o objetivo do documento é apresentar Propostas de Desenvolvimento Socioeconômico Industrial para a região norte de Minas, com o intuito de prepará-la para o futuro, promovendo oportunidade de geração de emprego e renda de maneira sustentável, através de ganhos de competitividade.

Nos casos dos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas, a estrutura produtiva, de serviços e de atividade econômica que os caracterizam é capaz de fornecer importantes referências para promoção a uma ambiência econômica que viabilize a atração de investimentos, e, por fim, o crescimento socioeconômico dessas regiões.

6.3.2.2 - Estrutura Produtiva e de Serviços

Para a avaliação da estrutura produtiva e de serviços dos municípios da Área de Estudo utilizou-se um importante indicador de atividade econômica e evolução da participação dos setores da economia na composição das riquezas produzidas na região, o Produto Interno Bruto (PIB).

Optou-se nesse trabalho por apresentar o indicador do PIB a preços constantes, também conhecido como PIB Real, já que é o mais adequado à comparação dos valores de bens e serviços produzidos em âmbito municipal em um determinado ano, pois apresenta-se deflacionado, eliminando assim os efeitos da inflação e consequentes alterações de preços dos produtos e serviços no mercado.

O PIB a preços constantes é um indicador calculado e apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em relação aos dados aferidos pelo IBGE desde a década de 1920 até o ano de 2010. Devido à emancipação municipal de três dos cinco municípios em análise no final da década de 1990, este diagnóstico socioeconômico apresenta dados para a década de 2000, primeira década em que há registros desmembrados de PIB para os cinco municípios em estudo.

Atualmente, é possível obter dados de PIB a preços correntes para até dois anos antes do ano em voga, conforme disponibilizado pelos órgãos estaduais de estatística, e sob coordenação do IBGE. Entretanto a análise de recorrência temporal sob o PIB a preços correntes, também conhecido como PIB Nominal, não possibilita mensurar o crescimento real das riquezas geradas em uma localidade, em um determinado ano.

A título de exemplo, o Produto Interno Bruto Total a Preços Constantes apresenta um valor de PIB deflacionado (PIB Real) para Grão Mogol, ano 2010, de cerca de 88 milhões de reais; ao passo que o PIB não deflacionado (PIB Nominal) para esse município, também em 2010, foi de aproximadamente 205 milhões de reais. Em 2015, o PIB a preços correntes de Grão Mogol alcançou valores de aproximadamente 319 milhões de reais, mas, como se sabe, especialmente a partir de 2013 o Brasil tem sentido efeitos severos da crise econômica que se abateu sobre o país, contabilizando, em 2015, aos maiores valores de inflação desde 2002, o que contribui em muito para esse valor tão superlativo.

Em análise aos dados de PIB Real é possível observar que dentre os municípios da Área de Estudo, o município de Salinas, seguido pelo município de Grão Mogol são os que apresentam maior efetividade na geração de riquezas; e que os municípios de Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho apresentam-se tecnicamente equivalentes na geração de riquezas municipais, caracterizando-se por uma tímida atividade econômica.

Em referência à participação relativa dos PIBs dessas regiões, observa-se que o PIB de Salinas representava cerca de 50% do PIB dos municípios da Área de Estudo em 2010, enquanto o PIB de Grão Mogol correspondia a aproximadamente 35% do total, ficando os restantes 15% do PIB distribuídos para os municípios de Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho. No contexto da região norte de Minas, o PIB global dos municípios da Área de Estudo correspondia, em 2010, a cerca de 4% do PIB Total da Mesorregião norte de Minas Gerais.

Ademais, observou-se o expressivo crescimento do PIB Total de Grão Mogol, cerca de 180% no período de 2005 a 2010, impulsionado pela entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Irapé, em 2006. A partir de então cerca de 60% do PIB de Grão Mogol passou a ser constituído por produtos e serviços gerados pelo setor industrial, setor este que ocupa a principal posição de geração de riquezas dessa municipalidade, sendo seguido pelos setores de serviços e agropecuária.

Mesmo nesse contexto o município de Salinas se manteve, e ainda se mantém, como o principal gerador de riqueza em bens e serviços na região estudada. Em Salinas, os valores percentuais do Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria posicionam o setor industrial como a segunda maior fonte de riquezas desse município, só perdendo para o setor de serviços.

Nos demais municípios - Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho -, o setor de serviço é a maior fonte de riquezas e força motriz da economia municipal, seguido pelos setores de agropecuária, e indústria.

Em relação aos crescimentos percentuais dos referidos setores da economia no período de 2005 a 2010, observou-se que, em média, o setor de serviços dos municípios da Área de Estudo cresce menos que o de sua mesorregião de inserção (~ -3%), e que, ao contrário, o setor agropecuário, cresce mais (~ +17%).

Para o setor industrial, a comparação entre as taxas de crescimento, em média, dos municípios em estudo, frente à mesorregião, perde a validade, dada a expressiva contribuição da operação da Usina de Irapé ao VAB Industrial de Grão Mogol. Tal fato fez com que o setor industrial global dos municípios em estudo crescesse muito mais que a mesorregião norte de Minas, entre 2005 e 2010, (~ +264%). No quinquênio anterior, 2000 a 2005, esse crescimento foi ligeiramente maior (~ +2%).

Em uma análise mais pragmática, os dados de estrutura produtiva e de serviço dos municípios da Área em Estudo indicam um perfil produtivo municipal sustentado pelo setor serviços em todas as municipalidades, ainda que o crescimento desse setor se mostre estagnado. Ao contrário, os setores da indústria e da agropecuária mostram-se crescentes na região.

De forma geral, as tendências econômicas futuras dos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas apontam para a importância de fomento ao setor agropecuário e industrial, em virtude da existência de um potencial campo de desenvolvimento desses setores da economia em cada um desses municípios, do que se preveem impactos positivos para a formação das riquezas municipais, inclusive no que se refere à promoção do setor de serviços.

6.3.2.3 - Atividade Econômica

Como apontado pela análise do Produto Interno Bruto o setor de serviços (administração pública, comércio, turismo, etc.) é o principal pilar da atividade econômica dos municípios em estudo, seguido pelo setor industrial (indústria de transformação, construção civil e extrativismo mineral), e pelo setor agropecuário (agricultura, pecuária, silvicultura e extrativismo florestal).

No que tange ao setor agropecuário, dados apresentados no Diagnóstico do Meio Socioeconômico ratificam o que é possível observar em campo: a existência de grandes extensões de florestas plantadas (eucalipto) para o desenvolvimento da atividade silvícola, estando estas áreas concentrada nas mãos de poucos, e em geral grandes, estabelecimentos agropecuários.

O avanço da silvicultura na Área em Estudo remonta à década de 1960, a partir da atuação da SUDENE na região, mostrando-se adverso ao objetivo primário de desenvolvimento da agricultura local, a que se propunha a autarquia, quando de sua criação, em 1963.

Frente ao grande incentivo dado ao desenvolvimento da silvicultura de eucalipto nos municípios em estudo, as atividades pecuárias (principalmente bovinos) e agrícolas (principalmente lavoura temporária de cana de açúcar e mandioca) ainda que importantes para a formação das riquezas municipais ocupam lugar secundário na composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) Agropecuário municipal, sendo desenvolvidas por pequenos a médios produtores rurais, em áreas de até 100 hectares. É importante registrar que estas atividades apresentam-se atreladas às vocações econômicas locais, como a produção de cachaça, produção de farinha de mandioca, e criação de gado para abate.

Ocupando áreas menores (de até 50 hectares), características da atuação do pequeno produtor rural, e com ainda menor reflexo na composição das riquezas municipais, registram-se a criação de outras variedades de rebanhos (suínos e galináceos, por exemplo), a produção animal (leite e ovos), as lavouras permanentes, a horticultura e fruticultura, a produção vegetal (carvão e lenha), e a produção extrativista em vegetação nativa (Pequi).

Dentre os municípios em análise, a produção extrativista associada ao Pequi é realizada em quase sua totalidade nos municípios de Josenópolis e Salinas, que juntos englobam 93% das propriedades rurais que atuam nesse ramo.

Ademais, dados apurados em campo dão conta de outras atividades extrativistas de frutos do cerrado, plantas medicinais e lenha, realizadas pelo pequeno produtor rural, sendo muitos destes materiais usados como matéria prima para produzir artigos como cestos e peneiras, sabão, remédios, entre outros. Esses materiais apresentam notório interesse comercial para a população das áreas de inserção/entorno às estruturas do Projeto Bloco 8.

Em relação à atividade industrial, a maior concentração de empresas formais do segmento 'agropecuário/produção florestal' localiza-se no município de Grão Mogol, já a concentração de empresas formais dos segmentos 'indústria de transformação' e 'construção civil' situam-se historicamente no município de Salinas. Em relação à ocorrência de empresas atuantes no extrativismo mineral registram-se quatro ocorrências em Grão Mogol, e sete em Salinas, no ano 2016.

Em geral, dados apresentados pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) consolidados no Diagnóstico do Meio Socioeconômico indicam o baixo nível de industrialização dos municípios de Josenópolis e Padre Carvalho, e nenhuma presença de empresas do ramo industrial em Fruta de Leite, em 2016. Esses dados explicam a pequena contribuição desse segmento na formação do VAB Indústria e Agropecuária (exemplo indústrias voltadas à produção florestal) desses municípios, principalmente se comparado aos municípios de Grão Mogol e Salinas.

Em relação ao setor econômico de serviços, é interessante observar a preponderância numérica de empresas formais atuantes no comércio e na reparação de veículos automotores e motocicletas, principalmente no município de Salinas e Grão Mogol, ainda que não necessariamente seja este o segmento que mais gere empregos e renda em instância municipal.

Por fim, 915 empresas do setor de serviços atuavam na Área de Estudo no ano de 2016, capitaneando a geração de riquezas locais, como demonstram os dados do VAB Serviços dos municípios em análise.

6.3.2.4 - Estrutura Ocupacional

A caracterização da evolução histórica e cenário atual da estrutura ocupacional na Área de Estudo se dá pela análise dos dados de População Economicamente Ativa (PEA) Ocupada e Desocupada, trabalho formal informal e infantil, nos municípios em análise, bem como dados sobre as relações de trabalho nas áreas de inserção das estruturas do Projeto Bloco 8, apurados por meio da aplicação da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental.

Em relação ao contingente de mão de obra economicamente ativa e de maior idade (acima de 18 anos) existente na Área de Estudo, dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que cerca de 40% (29.016 dos 70.542 habitantes da Área e Estudo) da população dos municípios em estudo encontram-se nessa categoria, ou seja, representa a fração de mão de obra disponível ao mercado de trabalho, à época.

Visto por outro prisma, esse dado demonstra uma dependência econômica de aproximadamente 60% da população dos municípios em estudo (entre crianças, jovens, adultos e idosos) sobre esse contingente populacional potencialmente produtivo; tecnicamente assemelhando-se muito aos resultados do indicador Razão de Dependência já abordado nesse estudo e que sugere dificuldade para a subsistência das populações municipais.

Em 2010 o perfil da População Economicamente Ativa Ocupada dos municípios em estudo apresenta uma prevalência da ordem de 60% de indivíduos do sexo masculino, predomínio da faixa etária de 20 a 39 anos de idade, e alocação média de 45% desse contingente na sede urbana dos municípios em análise. Em relação a esses aspectos gerais, a única ressalva pertinente refere-se à lotação da força de trabalho ocupada dos municípios de Fruta de Leite e Grão Mogol, quando analisados individualmente. Nesses municípios mais de 60% da PEA Ocupada acima de 18 anos, situava-se na zona rural, ou seja, em localidades e distritos, urbanizados ou não, fora do perímetro do distrito-sede municipal. Tal condição correlaciona-se à baixa taxa de urbanização de ambos os municípios, cerca de 35% (IBGE, 2010), e, no caso de Grão Mogol, pode ser favorecida pela concentração de empresas atuante no segmento agropecuário (incluindo produção florestal) em seu território.

A respeito do segmento produtivo agropecuário é importante citar que em 2010 ele canalizava, sozinho, em média 36% da População Economicamente Ativa Ocupada da Área de Estudo, aí se incluindo os integrantes da PEA Ocupada infanto-juvenil (de 10 a 18 anos), e atuações no trabalho formal e informal.

Por sua vez, os setores econômicos do segmento industrial e de serviços ocupavam os extremos opostos no que se refere ao contingente da PEA Ocupada da Área de Estudo, sendo a indústria responsável por abranger a menor taxa média de ocupação da mão de obra (7,18%); e o setor de serviços, a maior taxa média de ocupação da mão de obra (56,74%).

A saber, os municípios com menores contingentes populacionais - Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho - foram aqueles que, em 2010, possuíam os maiores quantitativos de PEA Ocupada no setor primário da economia, respectivamente 65,5%, 62,8% e 50,4%. Não por acaso, o PIB do setor econômico agropecuário era o segundo de maior representatividade dessas municipalidades em 2010, só perdendo para o setor de serviços, que por sua vez não agregava quantitativos de PEA Ocupada tão elevados: 33,1% (Fruta de Leite), 36,0% (Josenópolis) e 43,6% (Padre Carvalho).

Em Salinas, o setor de maior contribuição para a formação do PIB municipal - setor de serviços - abrangia 63,97% da PEA Ocupada; e em Grão Mogol o setor de maior contribuição para a formação do PIB municipal - setor industrial - abrangia apenas 3,79% da PEA Ocupada.

Os dados supracitados exemplificam as restrições notoriamente reconhecidas do setor industrial em gerar riqueza, não na forma de PIB, mas pela criação de oportunidades para a ocupação da População Economicamente Ativa de uma municipalidade. E, por outro lado, a capacidade do setor de serviços e agropecuário de agregar esse grupo ativo da população, em atividades formais e informais, ainda que isso não necessariamente se transmute em riqueza municipal.

Quando se detalha a PEA Ocupada da Área de Estudo nos grupamentos de mão de obra que exercem atividades no trabalho formal ou informal, observa-se que em média 40% dessa mão de obra atua na informalidade, e que outros 35% atuam por conta própria, ficando claro pelos dados citados a existência de um alto grau de informalidade e desenvolvimento de atividades de subsistência nos municípios em estudo, com pouquíssima expressividade para o empreendedorismo local e formalidade no trabalho.

Outra questão importante refere-se ao trabalho infantil nos municípios em estudo, principalmente na propriedade rural. Embora não existam percentuais seguros sobre o tema, tais ocorrências foram amplamente apontadas pelos gestores municipais, *stakeholders* comunitários e proprietários rurais, quando da realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental em 2018.

Dados das relações de trabalho nas áreas de inserção e adjacências às estruturas do Projeto Bloco 8, apurados no âmbito da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, indicam a predominância de atuação dos moradores dessa região na própria propriedade rural (55,8%); nesta fração registrando-se um elevado contingente de pessoas desempregadas (21,0%), o que combina com a elevação na taxa de desocupação a partir do fechamento de postos de trabalho, tal qual fundamentam os dados do Ministério do Trabalho e Emprego para os municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho; ou recebendo aposentadora (16,3%). Dentre os entrevistados e integrantes de sua família, apenas 6,9% indivíduos apresentavam-se formalmente empregados na ocasião da Pesquisa.

Pela presente análise de estrutura ocupacional é possível perceber que especialmente nos casos dos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho há carência de oportunidades direcionadas de geração de emprego e renda, adequadas ao perfil ocupacional desses moradores.

6.3.2.5 - Cooperativismo e Associativismo em Atividades Produtivas

O Cooperativismo é uma forma de organização social autônoma a fim de satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns a um grupo social determinado, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

O associativismo, por sua vez, designa, por um lado, a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas para a obtenção de finalidades comuns. Portanto, as atividades associativistas, enquanto forma de organização social, caracterizam-se pelo seu regime voluntário pela busca da efetivação das necessidades do grupo.

A partir da análise dos dados apresentados percebe-se que o associativismo e o cooperativismo na Área de Estudo do Projeto Bloco 8 estão ligados intimamente à questão da produção no espaço rural dos municípios em análise, indicando, além de um grau intermediário de coesão social no campo, a existência de redes e laços de solidariedade entre os produtores agrícolas da região.

É importante mencionar que as associações e cooperativas dos produtores agrícolas, pecuários e silvícolas são a maioria das organizações sociais existentes na Área de Estudo do Projeto Bloco 8.

6.3.2.6 - Finanças Públicas Municipais

A análise dos dados relativos à composição das finanças públicas dos municípios em estudo aponta para um histórico de superávit global, em que as receitas correntes superam as despesas correntes nos anos de recorrência em análise, quais sejam, 2010 e 2017, à exceção de Padre Carvalho, que em 2010 terminou o ano com um pequeno déficit orçamentário.

Em relação aos níveis de endividamento das instâncias públicas municipais, a resultante da Dívida Consolidada Líquida (DCL) municipal pela Receita Corrente Líquida (RCL) municipal aponta para a superação do teto⁶ de endividamento em três dos cinco municípios em estudo, no ano de 2017: Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas, sendo que apenas os municípios de Fruta de Leite e Grão Mogol apresentam um grau mais “saudável” de endividamento, abaixo do recomendado em lei.

No histórico das receitas orçamentárias correntes dos municípios em estudo, Salinas e Grão Mogol se destacam entre os demais, pelos volumes financeiros arrecadados, e especialmente por sua capacidade de gerar receitas tributárias próprias. Em termos médios, juntos esses municípios somaram 69,80% da arrecadação global dos municípios em estudo, nos anos de 2010 e 2017. Entretanto, somente o município de Salinas apresentou uma média de geração de Receita Tributária Própria - RTP em relação à de receitas próprias, um pouco mais elevada que os demais municípios, ainda que ínfima: 0,07%; em contraste aos demais municípios que apresentaram taxas médias de RTP de: Fruta de Leite (0,02%), Grão Mogol (0,04%), Josenópolis (0,02%) e Padre Carvalho (0,04%).

Os dados socioeconômicos da região de estudo possibilitam observar que, historicamente, ainda que arrecadação tributária própria de Salinas seja superior a dos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, seus valores absolutos e percentuais são pouco expressivos, não possibilitando a suficiência financeira desses municípios em relação às transferências de recursos estaduais e federais.

⁶ De acordo com os termos da Resolução nº. 40, de 21/12/2001, do Senado Federal, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos municípios não poderá exceder, a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a sua Receita Corrente Líquida (RCL).

Em todos os municípios analisados, e para os anos investigados - 2010 e 2017 - o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresentou-se como o alicerce monetário dessas municipalidades, seguido pelos repasses do Imposto Sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e do Fundo Nacional de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). As exceções que se fazem nesse sentido referem-se ao município de Salinas que apresentou um percentual de arrecadação do SUS superior ao do FUNDEB, em todos os anos analisados, e município de Grão Mogol, que apresentou em 2017 uma ligeira predominância dos valores arrecadados de ICMS em relação ao FPM.

A observância dos valores transferidos de repasse ICMS às instâncias municipais é de suma importância para a análise de autonomia econômico-fiscal de um município, já que, em condição ideal, a somatória da Receita Tributária Própria (RTP) e do ICMS deve ser capaz de financiar a maior parte das despesas correntes de um município, demonstrando maior independência em relação ao FPM, que tem um viés redistributivo para o município.

Essa condição não é satisfeita em nenhum dos municípios em estudo, mas apresenta-se mais positiva no município de Grão Mogol principalmente após a entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Irapé. Assim, em Grão Mogol, no ano de 2017, a fração RTP + ICMS foi capaz de subsidiar 37,92% das despesas correntes municipais. Os outros municípios apresentaram valores, também para 2017, de 20,98% (Salinas), 23,83% (Padre Carvalho), 17,53% (Josenópolis) e 16,58% (Fruta de Leite).

Em relação aos repasses da cota parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) apenas os municípios de Salinas e Grão Mogol recebiam valores um pouco mais significativos dessa contrapartida financeira, em 2017, algo em torno de 50 mil e 41 mil reais, respectivamente. Nesse mesmo ano a CFEM destinada ao município de Padre Carvalho contabilizou não mais de 2 mil e quinhentos reais, sendo que em Fruta de Leite e Josenópolis o valor chegou a ser nulo, ou muito próximo disso.

A falta de autonomia econômico-financeira de um município, ou seja, independência em relação ao FPM, repercute na limitação de investimentos públicos em serviços e infraestruturas básicas asseguradores de qualidade de vida à população municipal, tais como saúde, educação, assistência social, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Como consequência da existência de “poucas” estruturas e serviços públicos municipais, boa parcela da população economicamente ativa do município acaba por ficar desocupada, principalmente quando o cenário socioeconômico do município é de carência de atividades econômicas geradoras de emprego e renda.

Assim, na análise dos dados de aplicação dos recursos municipais da Área de Estudo, verifica-se, que historicamente os municípios tem realizado o aporte constitucional de recursos nos setores de saúde e educação, equivalente a respectivamente, 15% e 25% da arrecadação tributária.

Dos recursos orçamentários restantes, em 2017, a maior parte destinou-se ao custeio da Administração Pública Municipal (11,23%), ficando a menor parte voltada ao custeio do restante de todo o complexo estruturador das condições de vida municipais, tais como Urbanismo (6,48%), Desporto e Lazer (4,65%), Assistência Social (4,57%), Transporte (2,45%), Saneamento Básico (1,80%) e Agricultura (1,29%).

Colocada as considerações acima se observa uma tendência natural de restrições orçamentárias para aprimoramento e diversificação de infraestruturas e serviços municipais, principalmente aqueles não os relativos à educação básica e saúde pública.

Ademais, os dados de finanças públicas dos municípios em estudo fazem referência à incipiência das atividades econômicas em todas as municipalidades analisadas, com, inclusive, reflexos diretos e negativos sobre a estrutura ocupacional municipal e sobre as possibilidades de incremento das fontes de Receita Tributária Própria ou das transferências devolutivas, como no caso do ICMS. O que, de imediato, aponta para a importância no fomento às possibilidades de arrecadação pública, principalmente, as mais perenes, em todos os municípios da Área de Estudo do Meio Socioeconômico do Projeto Bloco 8.

6.3.2.7 - Capital Social, Empreendedorismo e Desenvolvimento Socioeconômico Local

Os estudos do meio socioeconômico apresentam uma série de reflexões sobre a interação do capital social individual e coletivo dos municípios em voga, e a capacidade empreendedora potencial ou real de suas sociedades.

De acordo com VIANA, et al. (2016),

“O capital social, por articular ações coordenadas e colaborativas em torno de um ambiente cívico confiável e participativo, estimula um efeito multiplicador contínuo das interações entre pessoas, comunidades e instituições de modo geral. Ele serve como ferramenta para se gerar oportunidades e dinamizar a atividade econômica em diferentes regiões, sendo que, quanto maior sua proporção, maiores as possibilidades de êxito local ou regional.” (VIANA, 2016)

Dando suporte à avaliação de capital social dos municípios em estudo, a análise integrada dos aspectos socioeconômicos apurados em fontes secundárias e primárias - ao qual se incluem os resultados da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental realizada nas áreas de inserção e adjacência (sedes urbanas e localidades, comunidades e propriedades rurais) do Projeto Bloco 8, - apontam para a existência de um conjunto de aspectos desfavoráveis à formação de um capital social sólido nos municípios em estudo.

De acordo com Albagli e Maciel (2002) apud Viana (2016) “os ambientes mais propícios ao empreendedorismo são aqueles em que ocorrem processos interativos e cooperativos de aprendizado e inovação, de forma que os sistemas de relações existentes entre os diferentes atores podem favorecer processos de crescimento e mudança”, em promoção ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social.

Ou seja, quanto menor o capital social de uma localidade, menor será o desenvolvimento global dessa região, e menor será a capacidade empreendedora dos membros de sua sociedade. Nesse contexto, ainda que uma empresa chegue à localidade, gere empregos, dinamize a economia e avolume o recolhimento de tributos, a municipalidade e sua população ainda continuariam pobres, já que a pobreza que aqui se analisa não diz respeito à renda ou circulação de capital, mas à insuficiência das prerrogativas de rede social, capazes de modificar o *status quo* social e econômico local.

Esse conjunto de fatores limitantes foi identificado de forma mais relevante no município de Fruta de Leite (sede urbana e localidades rurais), Vale das Cancelas (distrito de Grão Mogol), e núcleos rurais de Vacaria/Ponte Velha e Campo de Vacarias, e na zona urbana de Padre Carvalho.

Daí, se podem prever limitações à capacidade empreendedora e de desenvolvimento socioeconômico espontâneo nas áreas em estudo, no âmbito do Projeto Bloco 8. A menos que sejam fomentados os canais adequados de promoção do capital humano (atitudes, conhecimentos e habilidades de um grupo), produtivo (recursos tangíveis e intangíveis existentes em grupos ou regiões, adequados à formação de riquezas e criação de oportunidades) e social (potencial da sociedade em atuar a partir de suas diversas forma de associativismo), à luz do desenvolvimento sustentável.

6.3.3 - Uso e Ocupação do Solo

A caracterização dos aspectos de uso e formas de ocupação do solo direciona-se à avaliação dos municípios passíveis de intervenção direta em seu território, ou seja, aqueles onde se prevê a inserção de algum tipo de estrutura do Projeto Bloco 8, bem como à caracterização dos distritos, núcleos rurais e localidades rurais a serem diretamente e/ou indiretamente afetadas pelas estruturas do Projeto, ou que estejam situadas em seu entorno imediato.

Assim, apresenta-se nesse capítulo a caracterização dos usos e ocupação do solo genérica dos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, bem como do distrito do Vale das Cancelas (Grão Mogol), e núcleos rurais de Vacaria/Ponte Velha (Padre Carvalho e Fruta de Leite) e Campo de Vacarias (Padre Carvalho), bem como das localidades rurais existentes nas áreas de inserção das estruturas: complexo minerário, barragem do rio Vacaria, adutora da barragem do rio Vacaria, adutora de Irapé e linha de transmissão.

Neste tópico apresentam-se, sucinta e conclusivamente, as formas de uso e ocupação do solo presentes nas regiões supracitadas no intento de compreender e apontar possíveis tendências quanto à sua dinâmica. É importante ressaltar que os aspectos referentes à caracterização dos Usos da Água e Infraestrutura Pública que caracterizam essas regiões são apresentados nos tópicos Usos da Água (Item 6.3.4) e Nível de Vida - Assentamentos Humanos (Item 6.3.5.1), respectivamente.

É importante ressaltar que apenas o município de Salinas (que não está analisado quanto uso e ocupação do solo por não possuir relação direta com as estruturas do empreendimento) possui instrumento legal acerca das especificidades da regulação territorial, ou seja, leis que regularizam o uso e a ocupação do solo no perímetro municipal, que em Salinas são regidas pelo Plano Diretor Municipal. Já o ordenamento e o zoneamento territorial dos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho são referenciados por leis estaduais ou federais, ao que se verificou in loco, pouca ou nenhuma fiscalização.

6.3.3.1 - Caracterização dos Usos e Formas de Ocupação do Solo

Em relação aos usos e ocupação do solo das localidades em tela aponta-se para uma tendência de conservação dos aspectos que serão abaixo mencionados, muitos deles já denotando o “congelamento” nas formas de ocupação do solo e do território, urbano e rural, bem como indicando limitações a usos do solo distintos dos que serão citados.

6.3.3.1.1 - Fruta de Leite

A ocupação do território de Fruta de Leite apresenta histórico recente, sendo que apenas em 1993 a região foi elevada à categoria de distrito de Salinas, do qual se emancipou em 1995. Atualmente, o município de Fruta de Leite apresenta-se constituído por um único distrito-sede.

Em relação ao escopo do presente diagnóstico socioeconômico é importante mencionar a existência da localidade rural de Vacaria/Ponte Velha (que integra também o município de Padre Carvalho) abordada em separado no presente documento, no que se refere aos processos de uso e ocupação do solo, uma vez que se situa nas imediações das áreas previstas para implantação da barragem do rio Vacaria.

A sede urbana de Fruta de Leite corresponde a um aglomerado urbano pouco adensado situado na porção central do perímetro municipal. Tal região configura-se pela existência de uma via central asfaltada, poucas vias laterais asfaltadas conjugadas a vias calçadas, e, majoritariamente, vias de terra em conexão à porção onde finda o perímetro urbano municipal e acessa-se as áreas de vegetação locais.

Observa-se, nos processos de ocupação da sede urbana de Fruta de Leite, a ocupação gradativa e relativamente ordenada do espaço. Evidencia-se na sede urbana do município, no local a realização de loteamentos com algum regramento urbanístico, mas que ainda assim são marcados pela ausência na servidão e/ou capilaridade adequada de equipamentos públicos urbanos⁷, ou mesmo, acesso facilitado aos equipamentos públicos comunitários⁸ situados na região central da cidade, e algum nível de ocupação desordenada do território nos limítrofes da sede urbana.

Quanto à tipologia das edificações verifica-se que a maioria possui um pavimento e são destinadas ao uso residencial, unifamiliar. Em número significativamente inferior se observam as edificações de uso misto, comercial e institucional, sendo importante pontuar o uso predominantemente residencial do distrito-sede de Fruta de Leite.

⁷ Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010. § 1º Consideram-se equipamentos públicos urbanos as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres.

⁸ Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010. § 2º Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres.



Foto 6.3-1 - Via central entrada da sede urbana de Fruta de Leite.

6.3.3.1.2 - Grão Mogol

A ocupação do território de Grão Mogol apresenta histórico pretérito que remonta aos idos do século XIX e à atividade extrativista clandestina de diamante em suas locações. O município foi elevado à categoria de distrito de Montes Claros em 1840, vindo a constituir municipalidade própria em 1858.

Atualmente, o município de Grão Mogol apresenta-se constituído por um distrito-sede, Grão Mogol, e três distritos: Barroão, Vale das Cancelas e Vila Sítio. Vale destacar a presença, no município de Grão Mogol, do Parque Estadual de Grão Mogol, importante bem natural por sua diversidade, essa área natural se insere na Serra Geral, região conhecida por Serra da Bocaina, não afetado social e ambientalmente pelas estruturas do Projeto. Outro importante marco do município de Grão Mogol é a Usina Hidrelétrica de Irapé, inaugurada em julho de 2006.

Em relação ao escopo do presente diagnóstico socioeconômico, é importante mencionar a existência do distrito do Vale das Cancelas, localizado nas margens da rodovia Júlio Garcia, BR-251, e que será tratado em separado, quanto a seus processos de uso e ocupação do solo.

A sede de Grão Mogol corresponde a um aglomerado urbano com médio grau de adensamento populacional e contornos irregulares, situado na porção noroeste do território municipal. A região guarda marcas do passado minerário: prédios e históricos e manifestações culturais ainda permanecem como memória do período de colonização da cidade, estando ainda preservados e constituindo-se em um atrativo turístico para o município.

A sede municipal apresenta-se, de forma geral, relativamente bem equacionada do ponto de vista urbanístico, ainda que o município de Grão Mogol não possua regramento legal para fracionamento, uso e ocupação do solo.

A presença de vias asfaltadas ou calçadas predomina em toda sede urbana, sendo que em mais de 50% de sua área, justamente as correlacionadas às mais recentes expansões urbanas, apresenta-se marcada por uma regularidade parcial de planejamento urbanístico.

É importante mencionar que outra grande fração da área urbana, responsável pelos contornos irregulares que caracterizam a parte mais antiga do município, assim o é por se apresentar intrusa nas regiões montanhosas da Serra do Espinhaço, limitando, inclusive a ocupação desordenada e o crescimento da cidade nesse sentido.

Quanto à tipologia das edificações verifica-se que a maioria possui um pavimento e são destinadas ao uso residencial, unifamiliar. Em menor número se observa o uso misto, comercial e institucional, da sede urbana de Grão Mogol, ainda que predomine o uso residencial.

De modo geral, os equipamentos públicos urbanos e comunitários apresentam boa capilaridade na sede urbana de Grão Mogol, permeando e distribuindo-se por toda a área da cidade.



Foto 6.3-2 - Praça central da sede urbana de Grão Mogol.

6.3.3.1.3 - Josenópolis

Com sua gênese ligada às atividades rurais existentes na região, o município de Josenópolis apresentou a formação do seu povoado inicial durante a segunda década do século XX, vindo a constituir-se em vila do município de Grão Mogol, em 1909. Quase um século depois, em 1995, a localidade foi emancipada e elevada à categoria de cidade. Atualmente, o município de Josenópolis apresenta-se constituído por um único distrito-sede, e apresenta grande parte de seu perímetro municipal ocupada pela atividade de Silvicultura de eucalipto e pinus.

Atualmente a sede urbana de Josenópolis corresponde a um aglomerado urbano pouco adensado, situado na porção centro-sul do perímetro municipal. Tal região apresenta predominância de vias calçadas e de terra, estando estas últimas, presentes, principalmente, em conexão à porção onde finda o perímetro urbano municipal e dá acesso às áreas rurais e de vegetação locais.

Dada às dimensões do distrito-sede de Josenópolis, e pelo fato de estar cercado por áreas verdes, a sede urbana ainda guarda fortes características rurais, sendo tênue a transição entre o meio urbano e rural. De forma geral observa-se, na sede urbana de Josenópolis, um “congelamento” de seu perímetro municipal nos últimos dez anos, sem o registro de expansões relevantes da área urbana do distrito-sede.

O município, além de ser bem equacionado do ponto de vista urbanístico, apresenta uma boa estrutura habitacional e capilaridade de equipamentos públicos urbanos e comunitários na sede urbana.

As unidades habitacionais, com largo predomínio unifamiliar, apresentam traços homogêneos no tocante aos seus tamanhos e possuem um acabamento integral. Na perspectiva do ordenamento do espaço, o conjunto urbano está, em sua maioria, distribuído em lotes regulares. Em número significativamente inferior se observam as edificações de uso misto, comercial e institucional, sendo importante pontuar o uso predominantemente residencial do distrito-sede de Josenópolis.



Foto 6.3-3 - Via central entrada da sede urbana de Josenópolis

6.3.3.1.4 - Padre Carvalho

Surgido como um povoado rural, a ocupação do território de Padre Carvalho, a partir do século XIX, “apresenta raízes na velha pecuária e numa florescente agricultura de milho, feijão e algodão” (CARVALHO *apud* IBGE, 2018). Em 30 de Dezembro de 1962 foi criado o distrito de Marianópolis, subordinando ao município de Grão Mogol, do qual se emancipou em 1995, já sobre a toponímia de Padre Carvalho, apresentando-se atualmente constituído por um único distrito-sede.

Ao que interessa ao escopo do presente diagnóstico socioeconômica, é importante citar a existência dos núcleos rurais Campo de Vacarias e Vacaria/Ponte Velha (que integra também o município de Fruta de Leite). Os núcleos rurais de Vacaria/Ponte Velha e Campo de Vacarias (conhecido na região como Campinho) são abordados em separado no presente documento, no que se refere aos processos de uso e ocupação do solo, uma vez que se situam nas imediações das áreas previstas para implantação da barragem do rio Vacaria, e integram a Área de Estudo do Meio Socioeconômico.

Por sua vez, o núcleo rural Curral de Varas, caracteriza-se por possuir uma pequena fração populacional, em comparação às localidades de Campo de Vacaria e Vacaria/Ponte Velha, contar com uma configuração urbanizada muito tímida e precariamente estruturada, encontrar-se rodeado por plantações de eucalipto e pinus, e situar-se no acesso principal ao município de Padre Carvalho.

A sede urbana de Padre Carvalho corresponde a um aglomerado pouco adensado situado na porção sudeste do perímetro municipal, limitado em sua região sudoeste pela atividade silvícola.

Tal qual ocorrido em Josenópolis, observa-se, na sede urbana de Padre Carvalho, um “congelamento” de seu perímetro municipal nos últimos dez anos, sem o registro de expansões, mesmo que pouco significativas, da área urbana do distrito-sede.

A despeito, a cidade de Padre Carvalho caracteriza-se pela ocorrência de ocupação urbana pautada em loteamentos sem regramento urbanístico, implicando, diretamente, na ocupação desordenada do território, e na ausência de capilaridade adequada de equipamentos públicos urbanos, ou mesmo acesso facilitado aos equipamentos públicos comunitários, que por sua vez situam-se todos na região central da cidade. Não se registra no distrito-sede de Padre Carvalho, ocorrências de aglomeração subnormal.

Na sede urbana de Padre Carvalho predominam as vias calçadas (região mais central) e de terra (áreas mais periféricas), estando em curso, no ano de 2018, um amplo projeto de calçamento voltado às vias urbanas mais largas.

Nos bairros da cidade, o uso predominante é residencial, com algum comércio de pequeno porte junto às residências. Destaca-se, no município, a presença de empresas madeireiras que são importantes geradoras de emprego e renda para o município, e que exploram material proveniente da atividade silvícola de eucalipto e pinus, amplamente praticada no perímetro municipal.



Foto 6.3-4 - Praça central da sede urbana de Padre Carvalho

6.3.3.1.5 - Distrito do Vale das Cancelas

O distrito do Vale das Cancelas é, dentre as localidades rurais em análise no presente estudo, o que possui maiores dimensões territoriais, número de habitantes e grau de urbanização. No contexto da área territorial de Grão Mogol, a localidade situa-se na porção nordeste do perímetro municipal, distando mais de 100 km da sede municipal.

A localidade, situada às margens (interceptada) pela rodovia Júlio Garcia, BR-251, corresponde a um aglomerado urbano com médio grau de adensamento populacional, ao que se estima a existência de aproximadamente 1.200 habitantes⁹, o que contabiliza cerca de 400¹⁰ famílias.

Observa-se nos processos de ocupação do Vale das Cancelas uma transição entre um processo inicialmente um pouco mais ordenado - verificado na área urbanizada mais central do referido distrito - e a expansão desordenada e ocupação não planejada do espaço, em intrusão ao meio natural, verificada nas bordas irregulares do Vale das Cancelas, em ambos os lados da rodovia. Importante ressaltar a presença de maciços de eucalipto nos sentidos nordeste-norte-sudoeste, condição já limitante para a evolução da mancha urbana.

Independente da porção central do Vale das Cancelas apresentar lotes mais regulares, condição fruto de um parcelamento do solo melhor equalizado no início da formação da região, o que se observa no geral é a ausência na servidão e/ou capilaridade adequada de equipamentos públicos urbanos, ou mesmo no acesso facilitado aos poucos equipamentos públicos comunitários existentes, situados em uma mesma região da cidade.

A localidade é caracterizada pelo uso predominantemente residencial, com moradias de baixo a médio padrão construtivo. As habitações unifamiliares em geral possuem um pavimento, sendo que em alguns casos podem-se identificar edificações de uso misto, comercial e de serviços.

No Vale das Cancelas predominam as vias calçadas (região mais central) e de terra (áreas mais periféricas), estando, estas últimas, presentes principalmente em conexão à porção onde finda o perímetro urbano municipal e dá acesso às áreas rurais e de vegetação. O asfalto existe principalmente apenas em uma quadra de acesso à BR-251, não sendo relevante no contexto urbanístico da localidade.

⁹ O valor apresentado refere-se a uma ordem de grandeza para o número de habitantes residentes no Vale das Cancelas em 2018. O valor exato, utilizado para os cálculos de projeção populacional do distrito Vale das Cancelas, é de 1.134 habitantes, segundo estimativas do IBGE para 2018, que apura a população de direito de uma região, ou seja a enumerando a população em seu local de residencial habitual. Importante ponderar que dados da Secretaria de Saúde de Grão Mogol indicam a existência de 1.400 pessoas no distrito do Vale das Cancelas, em 2018, dados condizentes à apuração da população que de fato residia em uma região, na data do levantamento.

¹⁰ Premissa de 3,0 moradores por domicílio, segundo referência do IBGE. (Síntese de Indicadores Sociais, IBGE, 2015)



Foto 6.3-5 - Via central interna do Vale das Cancelas

6.3.3.1.6 - Núcleo Rural de Vacaria/Ponte Velha

A localidade rural de Vacaria/Ponte Velha situa-se nos municípios de Fruta de Leite e Padre Carvalho, tendo sua inserção em cada um desses perímetros municipais marcada pela travessia da ponte sobre o rio Vacaria. A região pode ser acessada pela MG 626, partindo da BR-251, em direção à sede municipal de Fruta de Leite.

O grau de adensamento populacional de Vacaria/Ponte Velha é bem pequeno, com nítida ocupação desordenada do espaço, em intrusão às áreas de vegetação, ao que se verifica a predominância de vias de terra, irregularidade no loteamento e ocupação do espaço, e “congelamento” de sua porção urbanizada, ou seja, sem registro de expansão territorial.

A localidade é caracterizada pelo uso predominantemente residencial, com moradias de baixo padrão construtivo, ao que se estima a residência de, em média, 200¹¹ habitantes, cerca de 67 famílias. As habitações unifamiliares possuem um pavimento, sem a ocorrência de edificações de uso misto ou comercial.

¹¹ Dado reportado por entrevistados na Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Stakeholders Institucionais e Comunitários (Brandt, 2018).



Foto 6.3-6 - Via de acesso à localidade de Vacaria/Ponte Velha

6.3.3.1.7 - Núcleo Rural de Campo de Vacarias

A localidade rural de Campo de Vacarias situa-se no município de Padre Carvalho, podendo ser acessada pela MG-626, partindo da BR-251 em direção à sede municipal de Fruta de Leite.

Em comparação à localidade de Vacaria/Ponte Velha, o Campo de Vacarias apresenta maiores dimensões territorial, sendo também mais populoso, adensado, ordenado e dotado de melhor infraestrutura urbana, ao que se registra a existência de um campo de pouso para pequenas aeronaves.

Em Campo de Vacarias verifica-se a presença de uma significativa área de expansão territorial, à margem da MG-626, à frente da região consolidada da referida localidade rural. Observa-se in loco, que tal expansão territorial tem fins residenciais, e ocorre de forma lenta, mas progressiva, sendo marcada pelo fracionamento de território às margens de um grande maciço de eucaliptos, e construções de baixo a médio padrão construtivo.

No geral, a localidade de Campo de Vacarias configura-se pela existência de uma via central asfaltada, vias laterais calçadas, e, majoritariamente, vias de terra em conexão à porção onde finda o perímetro urbano municipal e acessam-se as áreas rurais e de vegetação nativa ou plantada.

A localidade é caracterizada pelo uso predominantemente residencial, com moradias de baixo a médio padrão construtivo, ao que se estima a residência de, em média, 900¹² habitantes, cerca de 300 famílias. As habitações unifamiliares possuem um ou dois pavimentos, sendo que em alguns casos podem-se identificar edificações de uso misto, comercial e de serviços.



Foto 6.3-7 - Via interna do Campo de Vacarias

6.3.3.1.8 - Localidades Rurais da Área de Inserção do Complexo Minerário

As localidades rurais da área de inserção do complexo minério do Projeto Bloco 8 - Córrego do Jibóia, Córrego do Lamarão, Córrego do São Francisco, Córrego do Batalha e Córrego do Vale - situam-se na porção nordeste do perímetro municipal de Grão Mogol, distando mais de 100 km da sede municipal, ao norte do distrito do Vale das Cancelas.

As localidades podem ser acessadas pela rodovia Júlio Garcia, BR-251, entrando à esquerda na altura do Vale das Cancelas, sentido Minas - Bahia.

Observa-se no processo de ocupação da região a expansão da monocultura de eucalipto e pinus nas chapadas, a partir de meados da década de 1960, e, consequentemente a concentração das propriedades rurais que praticam agricultura de subsistência e extrativismos do cerrado, nos vales dos córregos locais.

¹² Dado reportado por entrevistados na Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Stakeholders Institucionais e Comunitários (Brandt, 2018).

Ao longo dos anos, o parcelamento do solo na região caracterizou-se pelo fracionamento do território de algumas grandes fazendas locais. Independente dos parcelamentos do solo gravados em cartório - que são poucos, uma vez que o fracionamento do solo na região se dá, quando muito, com o uso de contratos de compra -, é possível verificar que as propriedades rurais possuem, muitas delas, mais de uma moradia (casa), sendo estas pertencentes a integrantes da mesma família, abrigo, por exemplo, a família de filhos e netos, casados.

Tais localidades rurais são caracterizadas pelo uso residencial, conjugado à agricultura de subsistência e pecuária extensiva praticada pelos moradores da localidade, com moradias de baixo a médio padrão construtivo, com um único pavimento, em que se registra uma predominância de casas construídas com tijolos artesanais de adobe, salvo em alguns casos onde as residências foram ampliadas com novos cômodos construídos em alvenaria, e, ainda mais recentemente, registrando-se a presença de algumas unidades construídas inteiramente com tijolos cerâmicos ou blocos de concreto.

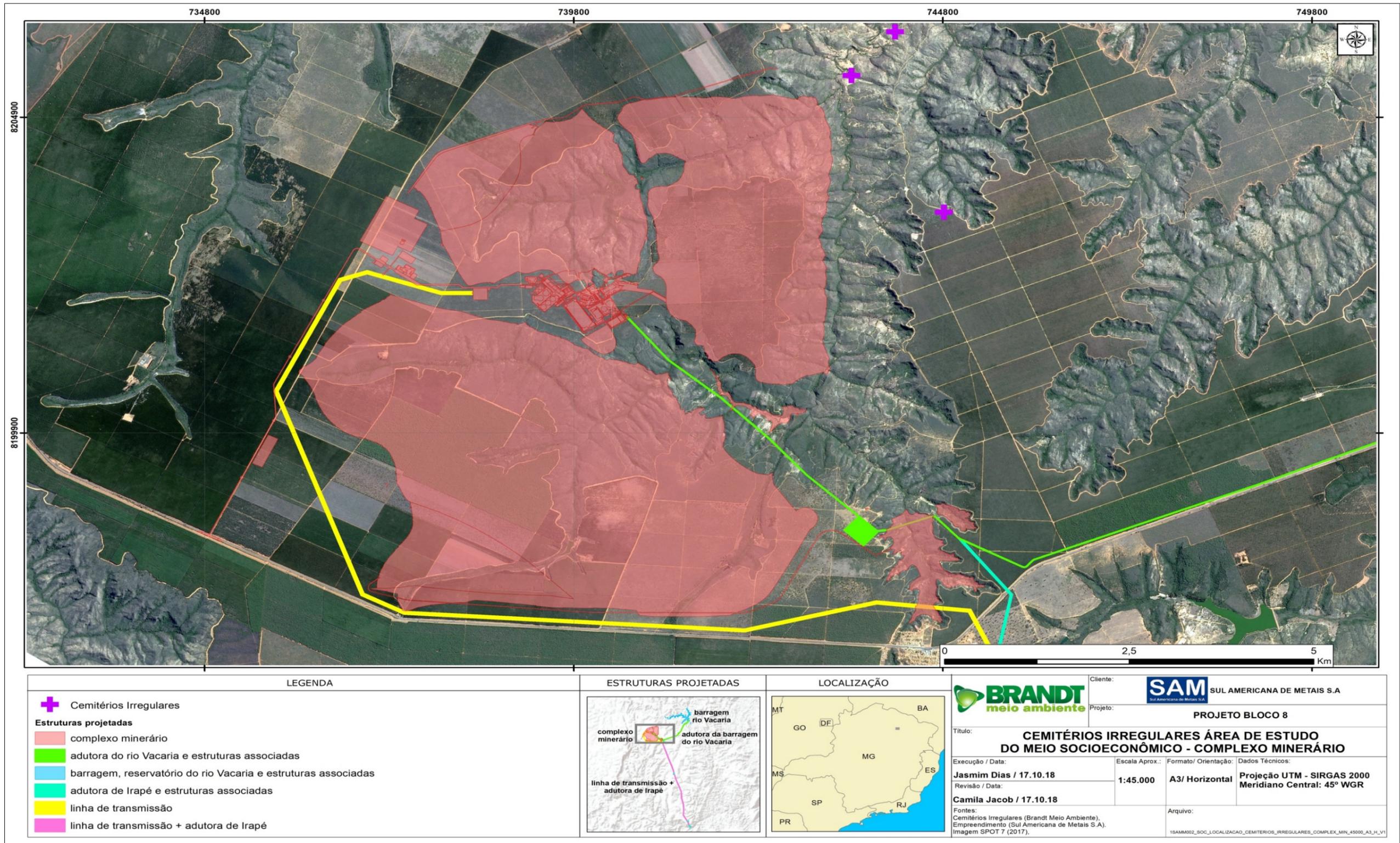
As localidades rurais da área de inserção do complexo minério do Projeto Bloco 8 são caracterizadas pela existência de acessos de terra, como é próprio em qualquer região do gênero, em estado intermediário e precário de conservação.



Foto 6.3-8 - Vista para o vale da localidade rural do Córrego do Lamarão

Ademais, cita-se a existência de 3 (três) cemitérios irregulares situadas em área externa à região de implantação das estruturas do complexo minerário.

FIGURA 6.3-1 - Cemitérios Irregulares situados na região do Complexo Minerário do Projeto Bloco 8



6.3.3.1.9 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Barragem do Rio Vacaria

As localidades rurais da área de inserção da adutora do rio Vacaria do Projeto Bloco 8 - Diamantina, Vaquejador, Ribeirãozinho, Ribeirão do Jequi, Miroró e Tamboril - situam-se na divisa entre os municípios de Fruta de Leite e Padre Carvalho, nas regiões sudoeste e norte, respectivamente, dos perímetros municipais.

As localidades podem ser acessadas pela via asfaltada, MG-626, na altura do núcleo rural de Vacaria/ Ponte Velha, sentido sede urbana de Fruta de Leite.

Tal qual ocorrido nas localidades rurais situadas na área do complexo minerário, observa-se no processo de ocupação da região a expansão da monocultura de eucalipto e pinus, a partir de meados da década de 1960, porém de forma menos expressiva, e, conseqüentemente a concentração das propriedades rurais que praticam agricultura de subsistência e extrativismos do cerrado, nos vales dos córregos e rios locais.

Da mesma forma, ao longo dos anos, o parcelamento do solo na região caracterizou-se pelo fracionamento do território de grandes fazendas locais. Independente dos parcelamentos do solo gravados em cartório é possível verificar que as propriedades rurais possuem, muitas delas, mais de uma moradia (casa), sendo estas pertencentes a integrantes da mesma família, abrigando, por exemplo, a família de filhos e netos, casados.

Tais localidades rurais são caracterizadas pelo uso residencial, com moradias de baixo a médio padrão construtivo, com um único pavimento, em que se registra uma predominância de casas construídas com tijolos artesanais de adobe, salvo em alguns casos onde as residências foram ampliadas com novos cômodos construídos em alvenaria, e, ainda mais recentemente, registrando-se a presença de algumas unidades construídas inteiramente com tijolos cerâmicos ou blocos de concreto.

As localidades rurais da área de inserção da barragem do rio Vacaria do Projeto Bloco 8 são caracterizadas pela existência de acessos de terra, como é próprio de qualquer região do gênero, em estado intermediário e precário de conservação.

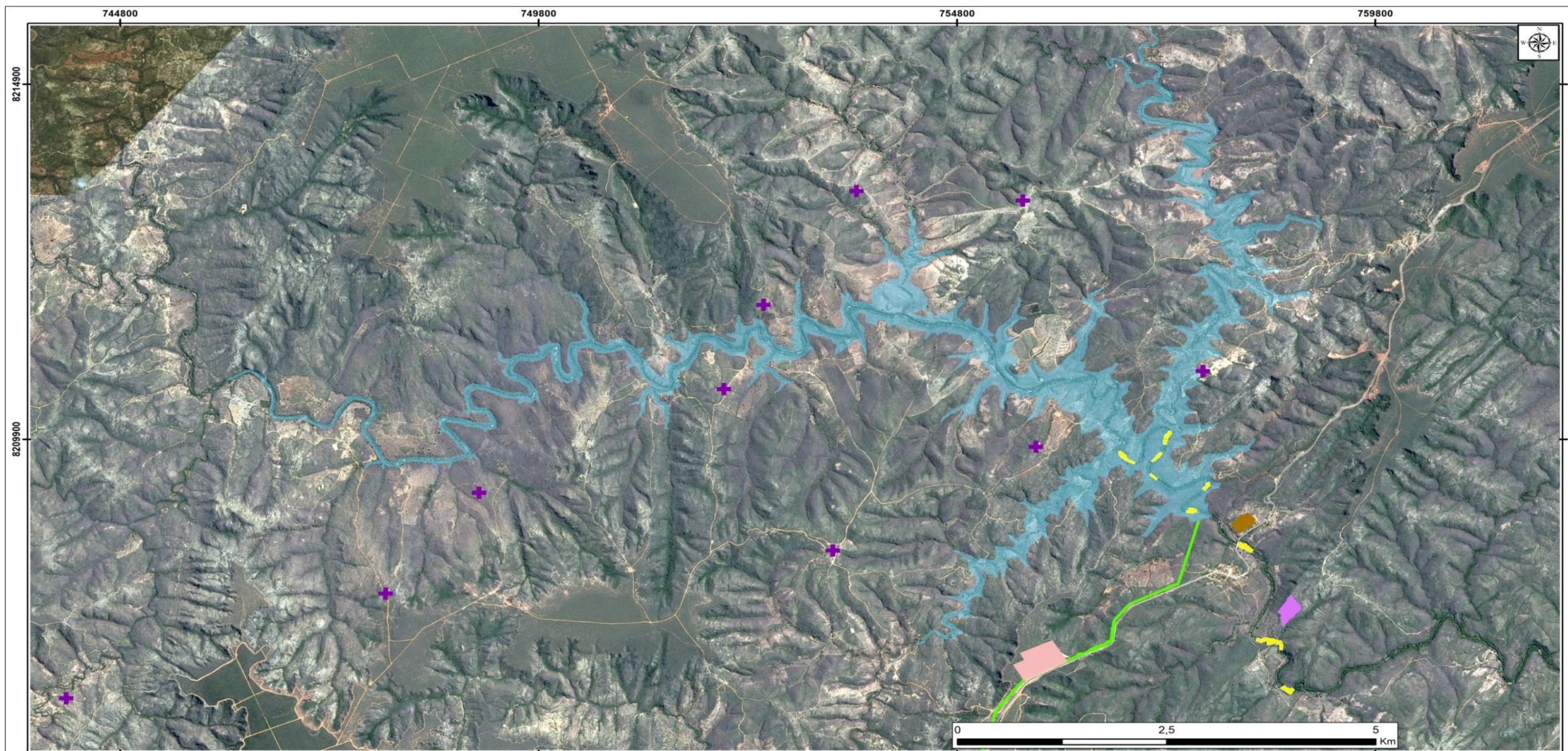


Foto 6.3-9 - Aspecto da paisagem característica da região da comunidade Tamboril.

Ademais, cita-se a existência de 9 (nove) cemitérios irregulares, nas áreas de inserção da barragem do rio Vacaria identificados pela equipe interna da Sul Americana de Metais. Tal identificação indica que nenhum deles encontra-se em área prevista de alagamento do reservatório da barragem do rio Vacaria.

A figura a seguir apresenta a localização dos cemitérios irregulares existentes nas áreas de inserção e/ou entorno do complexo minerário e da barragem do rio Vacaria.

FIGURA 6.3-2 - Cemitérios Irregulares situados na região da barragem do Rio Vacaria do Projeto Bloco 8



LEGENDA		EMPREENDIMENTO	LOCALIZAÇÃO	Cliente: SAM SUL AMERICANA DE METAIS S.A. Projeto: PROJETO BLOCO 8			
<ul style="list-style-type: none"> + Cemitérios Irregulares 	Estruturas projetadas <ul style="list-style-type: none"> — adutora da barragem do rio Vacaria — barragem do rio Vacaria Estruturas e instalações secundárias <ul style="list-style-type: none"> — canteiro de obras — jazida solo argiloso e cascalho — jazida de Areia — jazida de Quartzito 			Título: CEMITÉRIOS IRREGULARES ÁREA DE ESTUDO DO MEIO SOCIOECONÔMICO - BARRAGEM DO RIO VACARIA			
				Execução / Data: Lucas Lacerda / 17.10.18	Escala Aprox.: 1:45.000	Formato/ Orientação: A3/ Horizontal	Dados Técnicos: Projeção UTM - SIRGAS 2000 Meridiano Central: 45° WGR
				Revisão / Data: Camila Jacob / 17.10.18	Arquivo: <small>1SAMM002_SOC_LOCALIZACAO_CEMITERIOS_IRREGULARES_BARRAGEM_45000_A3_H_V1</small>		
				Fontes: Cemitérios Irregulares (Brandt Meio Ambiente), Empreendimento (Sul Americana de Metais S.A), Imagem SPOT 7 (2017).			

6.3.3.1.10 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Adutora da Barragem do Rio Vacaria

O uso do solo nas localidades rurais situadas na área de inserção da adutora da barragem do rio Vacaria, caracteriza-se pelo uso predominantemente silvícola (monoculturas de eucalipto e pinus), gerido pela empresa Rio Rancho Agropecuária S/A.

Pontualmente, em algumas áreas, são registradas ocupações humanas de fins residenciais.

Cita-se, nesse caso, a existência de área de expansão territorial, à margem da MG-626, situada no núcleo rural de Campo de Vacarias, e de propriedades rurais adjacentes ao maciço da barragem do rio Vacaria, pertencentes ao núcleo rural Vacaria/Ponte Velha e localidade rural de Vaquejador/Ribeirãozinho.



Foto 6.3-10 - Expansão humana na altura do núcleo rural de Campo de Vacarias, na área de passagem da adutora da barragem do rio Vacaria

6.3.3.1.11 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Adutora de Irapé e Linha de Transmissão

Não existem benfeitorias residenciais - moradias - inseridas ao longo do traçado da adutora de Irapé e linha de transmissão do Projeto Bloco 8, em um *buffer* de 500 metros para cada lado, sendo a região caracterizada pelo uso silvícola (monoculturas de eucalipto e pinus) geridas por empresas com atuação local, como a Floresta Empreendimentos Ltda., a Norflor Empreendimentos Agrícolas Ltda., a Rio Rancho Agropecuária S/A, a Rima Industrial Ltda., e a Cerâmica União já na área mais próxima do Complexo Minerário.

As ocupações humanas da região, situadas fora do *buffer* de 500 metros, e, conseqüentemente, fora da área sob possível influência da adutora de Irapé e linha de transmissão, referem-se à existência de 10¹³ propriedades rurais que serão seccionados pelas estruturas, não necessariamente ocupadas e produtivas, quatro delas em litígio com empresas de silvicultura com atuação local; e existência do Acampamento Alvimar Ribeiro organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens e pela Comissão Pastoral da Terra, situado há mais de 1 km de distância das estruturas.

No total, entre empresas particulares e áreas rurais, registra-se a existência de 20¹⁴ superficiários no traçado da adutora de Irapé e linha de transmissão.



Foto 6.3-11 - Aspecto da paisagem na estrada que margeia o traçado da adutora de Irapé e linha de transmissão (Reflorestamento de eucalipto da Norflor)

¹³ Fonte: Levantamento Sul Americana de Metais, 2018.

¹⁴ Fonte: Levantamento Sul Americana de Metais, 2018.

6.3.4 - Uso da Água

A caracterização dos usos da água apresentada neste item direciona-se à avaliação dos municípios passíveis de intervenção direta em seu território, ou seja, aqueles onde se prevê a inserção de algum tipo de estrutura do Projeto Bloco 8, bem como à caracterização dos distritos, núcleos rurais e localidades rurais a serem diretamente e/ou indiretamente afetadas pelas estruturas do Projeto, ou que estejam situadas em seu entorno imediato.

Assim, apresenta-se nesse capítulo a caracterização dos usos da água nas sedes urbanas centrais de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, bem como no distrito do Vale das Cancelas, e núcleos rurais de Vacaria/Ponte Velha, de Campo de Vacarias, e localidades rurais da área de inserção das estruturas do Projeto Bloco 8.

O conteúdo que subsidia a caracterização dos usos da água, apresentado no Diagnóstico do Meio Socioeconômico e aqui sintetizado, foi enriquecido por informações relativas aos usos da água repassadas por gestores municipais, representantes comunitários e moradores locais, conforme apurado na Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental.

6.3.4.1 - Caracterização dos Usos da Água

No âmbito da área de inserção e adjacência às estruturas do Projeto Bloco 8, verifica-se uma larga e diversificada apropriação socioeconômica dos corpos d'água.

Notam-se nos municípios e núcleos/localidades rurais em estudo, que o crescimento populacional poderá impor alguns obstáculos para a conservação dos recursos hídricos e abastecimento populacional.

Atualmente, a rede de abastecimento e sistemas de tratamento de afluentes e efluentes não atinge a totalidade da população dos municípios em estudo. As prefeituras municipais, por vezes em parceria com agentes públicos e privados, desenvolvem projetos de expansão das redes de tratamento de águas e esgotos; fato eminentemente positivo, mas que se restringe ao atendimento das sedes urbanas e regiões rurais de maior expoência municipal, como o distrito do Vale das Cancelas.

Com exceção do Vale das Cancelas - onde há planos mais efetivos para investimentos públicos no esgotamento sanitário - nos demais núcleos e localidades rurais não se preveem investimentos públicos e privados voltados à estruturação de sistemas de abastecimento de água e tratamento de água e esgoto. Sem tais aportes, a tendência nos usos socioeconômicos dos recursos hídricos, a médio e longo prazo, tende a ser problemática nessas regiões, com prejuízos à qualidade de vida da população e comprometimento ambiental pontual e regional.

Assim, a presente análise de usos da água aponta para uma tendência futura de agravamento na insuficiência em infraestrutura de apoio aos usos sustentáveis dos recursos hídricos, nos núcleos e localidades rurais situados nas áreas de inserção e adjacências ao Projeto Bloco 8, condição um pouco mais favorável nas sedes urbanas de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho.

6.3.4.1.1 - Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho

O uso da água nas áreas de estudo do Projeto Bloco 8 ocorre nas vertentes: doméstico, industrial, agropecuário, serviços, e recreativo para banho.

Conforme se verificou em campo, os usos domésticos, agropecuários e para fins de recreativos dos recursos hídricos são constantes nos quatro municípios em tela - Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho. Apenas em Grão Mogol desponta o uso industrial do recurso hídrico, sendo importante destacar a operação da Usina Hidrelétrica de Irapé, no município, desde 2006.

É importante registrar que os usos domésticos e agropecuários dos recursos hídricos nos municípios em estudo se vinculam diretamente a produção econômica da população urbana e rural, bem como à sua própria sobrevivência, ou seja, via consumo humano e irrigação de cultivos de subsistência.

Conforme dados obtidos durante a realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, observa-se que a captação em águas superficiais em rios e córregos da região é mais prevalente para o abastecimento das sedes urbanas de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, do que a captação em águas subterrâneas.

Quanto ao tratamento de água, nos municípios de Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho a COPANOR realiza a desinfecção simples via cloração, sendo o tratamento completo do recurso, para fins de abastecimento populacional, realizado apenas em Grão Mogol, pela COPASA, com o apoio de uma Estação de Tratamento de Água (ETA).

Os resultados apurados na ocasião da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental indicam que não há grande restrição de abastecimento de água nas sedes urbanas dos municípios em estudo - falta d'água - e que a qualidade da água é avaliada como boa pelos moradores dessas regiões.

Em relação ao tratamento dos efluentes sanitários doméstico, verifica-se que apenas a sede municipal de Fruta de Leite não conta com o apoio de Estação de Tratamento de Esgoto.

Por fim, cabe mencionar que os municípios em estudo - Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho - integram a área do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Jequitinhonha - JQ1. Somente o município de Grão Mogol tem representante no comitê, bem como a Sul Americana de Metais.



Foto 6.3-12 - Família utilizando o rio Vacaria para fins recreativos e para lavar roupa, divisa dos municípios de Fruta de Leite e Padre Carvalho

6.3.4.1.2 - Distrito do Vale das Cancelas

Os principais usos da água identificados no distrito do Vale das Cancelas são o abastecimento doméstico e o consumo humano.

Os recursos hídricos para fins de abastecimento doméstico provêm de um pequeno barramento do Córrego Batalha, situada na localidade rural homônima, sendo a água tratada pela COPANOR em uma Estação de Tratamento de Água (ETA) e distribuída via rede geral às residências da região.

Não foram registrados relatos de restrição hídrica - falta d'água - para abastecimento humano no Vale das Cancelas, durante a realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, embora se tenha conhecimento de que situações de falta d'água para uso doméstico.

Em relação ao esgotamento sanitário, as obras de implantação da rede geral de esgoto e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na região, encontram-se paralisadas. Em face da falta de esgotamento sanitário adequado é comum encontrar no Vale das Cancelas, o esgoto correndo a céu aberto, já que muitas vezes as fossas rudimentares locais não dão conta da demanda.



Foto 6.3-13 - Barragem córrego batalha - captação de água para o Vale das Cancelas

6.3.4.1.3 - Núcleo Rural de Vacaria/Ponte Velha

Os usos da água que se verificam no núcleo rural de Vacaria/Ponte Velha são, prevalentemente, uso doméstico e consumo humano.

Para o abastecimento da região a água é captada em nascentes e não recebe tratamento algum. O esgoto gerado nos domicílios, por sua vez, não recebe tratamento, sendo lançado em fossas rudimentares, caseiras.

Não foram registrados relatos de restrição hídrica - falta d'água - para abastecimento humano no núcleo rural de Vacaria/Ponte Velha, durante a realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental.

6.3.4.1.4 - Núcleo Rural de Campo de Vacarias

Os usos da água que se verificam no núcleo rural de Campo de Vacarias são, prevalentemente, uso doméstico e consumo humano.

Para o abastecimento da região, a água é captada nos recursos hídricos superficiais locais, recebendo tratamento pela COPANOR em uma Estação de Tratamento de Água (ETA).

Também com o apoio da subsidiária COPANOR, registra-se que parte do esgoto gerado no Campo de Vacarias recebe tratamento em uma Estação de Tratamento de Água (ETE) antes do lançamento nos corpos hídricos da região. Outra parte do esgoto, não ligada à rede geral de esgotamento sanitário, é descartada em fossas rudimentares, caseiras.

Não foram registrados relatos de restrição hídrica - falta d'água - para abastecimento humano no núcleo rural de Campo de Vacarias, durante a realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental.

6.3.4.1.5 - Localidades Rurais da Área de Inserção do Complexo Minerário

Os usos da água nas localidades rurais de inserção do complexo minerário, do Projeto Bloco 8, são relativos ao abastecimento doméstico, consumo humano e suprimento da agricultura de subsistência, dessedentação animal e ocorrências de recreação de contato primário, constituídas por atividades de banho.

A captação da água para suprimento dessas localidades rurais - Córrego do Jibóia, Córrego do Lamarão, Córrego do São Francisco, Córrego do Batalha e Córrego do Vale - ocorre principalmente em minas d'água, e secundariamente nos córregos da região. A água captada é armazenada em caixas d'água, sendo, a partir daí, distribuída por gravidade para as residências da região, sem tratamento algum.

As referidas localidades rurais já sofrem com a falta d'água, intensificada na época de seca. As necessidades fisiológicas são realizadas diretamente no terreno, e, em menor escala, com o apoio de fossas rudimentares ("fossas negras") e fossas sépticas para o esgotamento sanitário.



Foto 6.3-14 - Cano de distribuição de água para abastecimento da Localidade rural de Lamarão

Para além das localidades rurais inseridas na área de implantação do complexo minerário, registra-se a existência de 23 propriedades rurais à jusante do principal curso hídrico local, o Córrego Lamarão, localizadas fora da área diretamente afetada pelo Projeto Bloco 8, mas cujas funções socioeconômicas serão potencialmente impactadas pela inserção desta unidade do empreendimento, sendo que 7 (sete) destas propriedades tem o referido córrego como fonte única de água.

Estas propriedades foram caracterizadas no âmbito físico e socioeconômico quanto aos principais usos que fazem dos recursos hídricos locais, gerando a *Ficha de Identificação de Moradias e dos Usos da Água a Jusante do Complexo Minerário - Córrego do Lamarão*, documento anexo ao Diagnóstico do Meio Físico.

De acordo com os dados apurados em campo, e registrados em referida ficha de identificação, os principais usos da água nesta região destinam-se ao abastecimento doméstico, consumo humano, suprimento da agricultura de subsistência, dessedentação animal e ocorrências de recreação de contato primário, constituídas por atividades de banho, e, por vezes, pesca artesanal.

A depender da localidade rural em análise, verifica-se que além da captação dos recursos hídricos no córrego Lamarão, são usadas outras fontes de água, sendo elas as nascentes do córrego Mundo Novo (nas propriedades rurais situadas na porção extremo norte do complexo minerário) e o rio Vacaria (nas propriedades rurais situadas na porção extremo leste do complexo minerário).

Tal qual ocorre para as localidades inseridas na área do complexo minerário, conforme relatos dos proprietários rurais entrevistados, a água não recebe tratamento algum, sendo percebida como límpida, de boa qualidade e sem odor.

6.3.4.1.6 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Barragem do Rio Vacaria

Os usos da água nas localidades rurais de inserção da barragem do rio Vacaria, do Projeto Bloco 8, são relativos ao abastecimento doméstico, consumo humano e suprimento da agricultura de subsistência, dessedentação animal e ocorrências de recreação de contato primário, constituídas por atividades de banho.

A captação da água para suprimento dessas localidades rurais ocorre principalmente em minas d'água, e, por vezes, no rio Vacaria e poços "artesianos" (tubulares profundos, próprios ou comunitários). A água captada é armazenada em caixas d'água, sendo, a partir daí, distribuída por gravidade para as residências da região, também sem tratamento.

As referidas localidades rurais informam sofrer com a falta d'água, intensificada na época de seca, ao que são abastecidas por caminhões pipa designados pela Prefeitura Municipal de Fruta de Leite e Padre Carvalho. Foi significativo ainda, o grande número de propriedades identificadas com cisternas para coleta e armazenamento de água das chuvas.



Foto 6.3-15 - Caixa d'água de poço "artesiano" (tubulares profundo) comunitário da localidade rural de Tamboril, em Fruta de Leite

6.3.4.1.7 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Adutora da Barragem do Rio Vacaria

A caracterização dos aspectos relativos aos usos da água nas localidades rurais da área de inserção da adutora da barragem do rio Vacaria, reproduz o perfil apontado, anteriormente, para as localidades rurais situadas na área de inserção da barragem do rio Vacaria. Ainda assim, é preciso registrar a prevalência na ocorrência de eucaliptais nesta área, e, conseqüentemente, a existência de poucas propriedades rurais.

6.3.4.1.8 - Localidades Rurais da Área de Inserção da Adutora de Irapé e Linha de Transmissão

Não existem benfeitorias residenciais - moradias - inseridas ao longo do traçado da adutora de Irapé e linha de transmissão do Projeto Bloco 8, em um *buffer* de 500 metros para cada lado.

As ocupações humanas da região, situadas fora do *buffer*, e, conseqüentemente, fora da área sob possível influência da adutora de Irapé e linha de transmissão, referem-se à existência de 10¹⁵ propriedades rurais que serão seccionados pelas estruturas, não necessariamente ocupadas e produtivas, quatro delas em litígio com empresas de silvicultura com atuação local; e existência do Acampamento Alvimar Ribeiro organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens e pela Comissão Pastoral da Terra, situado há mais de 1 km de distância das estruturas.

¹⁵ Fonte: Levantamento Sul Americana de Metais, 2018.

6.3.5 - Nível de Vida

A temática Nível de Vida fundamenta-se na análise integrada de aspectos e indicadores que possibilitam conhecer a realidade social dos moradores que vivem nos municípios da Área de Estudo do Meio Socioeconômico do Projeto Bloco 8, especialmente no que se refere ao desenvolvimento humano, acesso aos serviços públicos, oportunidades de efetivação de emprego e renda e bem-estar social.

Assim, apresentam-se, a seguir, a análise procedida sobre as temáticas Assentamentos Humanos (incluindo infraestrutura e serviços de Saneamento Básico, Energia Elétrica, Redes de Comunicação e Transporte Público), Educação, Saúde, Lazer, Turismo, Cultura, Segurança Social, cujos aspectos caracterizadores remetem à qualidade de vida disponibilizada nas municipalidades em estudo a seus moradores, e, portanto, ao desenvolvimento socioeconômico de tais de regiões.

Antes da apresentação detalhada dos aspectos supracitados, apresentam-se as considerações acerca do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios que integram a Área de Estudo do Meio Socioeconômico, considerado como um indicador síntese dos níveis de qualidade de vida de uma localidade.

6.3.5.1 - Índice de Desenvolvimento Humano

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD o conceito de Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, saúde e educação. Assim foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o objetivo de “oferece um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto - PIB *per capita*, que considera somente a dimensão econômica do desenvolvimento” (PNUD, 2017).

A partir do ajuste metodológico do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que originou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), é possível aferir os aspectos da qualidade de vida da população de um determinado município, e a evolução temporal desses aspectos, nas dimensões básicas: Saúde (Longevidade), Educação e Renda.

De forma sucinta, tem-se na perspectiva do IDH-M que a primeira dimensão mencionada expressa a expectativa de vida da população municipal, a segunda reflete o número médio de anos de estudo de sua população adulta e expectativa de anos de escolaridade prevista para as crianças em idade escolar segundo características do sistema de ensino da localidade, e a terceira referindo-se ao poder aquisitivo dos residentes no município.

Para possibilitar a comparação evolutiva do IDH-M - censos de 1991, 2000 e 2010 - a agregação realizada pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (Fonte: Atlas Brasil 2013) apresenta os valores de IDH-M que podem variar no intervalo entre 0 e 1, sendo composto por cinco faixas representativas do nível de desenvolvimento humano: muito baixo (IDH entre 0,000 a 0,499), baixo (IDH entre 0,500 a 599), médio (IDH entre 0,600 a 0,699), alto (IDH entre 0,700 a 0,799) e muito alto (IDH igual ou acima de 0,800).

Entre 1991 e 2010 os municípios de Grão Mogol e Salinas saíram da condição de muito baixo desenvolvimento humano ascendendo à condição de localidades de médio desenvolvimento humano. Os demais municípios - Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho - alçaram apenas um nível de desenvolvimento em todo o período de aferição do IDH-M, passando da condição de muito baixo desenvolvimento humano, em 1991, para baixo desenvolvimento humano, em 2010.

Observando os dados aferidos para os municípios em estudo, observa-se que no período de 1991 a 2010 os municípios de Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho apresentaram taxas de crescimento do IDH-M bastante superiores às dos municípios de Grão Mogol e Salinas, e também à do estado de Minas Gerais. Tal fato, pode se dever à emancipação desses distritos em 1995, possibilitando que investimentos mais direcionados e consistentes pudessem ser feitos pela administração pública nas áreas que compõem o índice de desenvolvimento humano.

Mesmo em face às boas taxas de evolução positiva do IDH-M dos municípios de Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho, no período de 19 anos analisados, eles ainda ocupavam posições muito baixas no ranking de desenvolvimento dos municípios do Estado, que conta com 853 posições, juntamente ao município de Grão Mogol. Essa condição explicita os níveis preocupantes de desenvolvimento humano que caracterizam a região norte de Minas, desde quando o indicador começou a ser mensurado, em 1991.

Os dados apurados para cada componente que integra o IDH-M demonstram que a evolução positiva do índice em todos os municípios em estudo se sustenta na contribuição significativa da variável Educação, que manteve manter incrementos percentuais acima que a média do estado de Minas Gerais desde que o indicador começou a ser mensurado, em 1991.

Tal fato demonstra os resultados positivos dos investimentos que cada uma das municipalidades procedeu no setor de educação, especialmente àqueles destinados a atender a demanda reprimida, diminuir a distorção idade-série, reduzir a evasão escolar, e melhorar a qualidade do ensino quando se tem por referência a redução nos índices de reprovação.

Para a componente Longevidade, observam-se níveis maiores de investimento e aplicação de políticas públicas para o desenvolvimento desses setores no município de Fruta de Leite, único que conseguiu manter incrementos percentuais da componente acima da média do estado de Minas Gerais, nos dois períodos analisados: 1991-2000 e 2000-2010.

É importante notar que a componente Renda dos cinco municípios analisados ultrapassou o crescimento médio do IDH-M Renda de Minas Gerais, entre 2000 e 2010, demonstrando os frutos dos investimentos realizados na região norte de Minas, e especificamente na Área de Estudo do Meio Socioeconômico, visando o aumento do poder aquisitivo da população ali residente.

6.3.5.2 - Assentamentos Humanos / Infraestrutura Básica

A qualificação e natureza dos assentamentos humanos tende a impactar profundamente as formas de ordenamento de uma sociedade e, para além, representa importante indicador de fragilidades sociais, ambientais e econômicas às quais de submete.

Assim, a infraestrutura básica com que pode contar um determinado assentamento humano, ou seja, um grupamento populacional conformado em núcleos urbanos ou rurais apresenta-se como determinante para a sua progressão social, e minimização de sua exposição a riscos físicos e pessoais de toda ordem.

Como indicadores importantes para a caracterização dos assentamentos humanos e sua infraestrutura básica foram avaliados nos municípios em estudo e núcleos/localidades rurais de referência ao Projeto Bloco 8, a existência e servidão de serviços públicos essenciais à manutenção da qualidade de vida nas regiões em estudo.

6.3.5.2.1 - Caracterização dos Assentamentos Humanos e sua Infraestrutura Básica

O Diagnóstico do Meio Socioeconômico (Anexo I) apresenta os aspectos relacionados à servidão e qualidade dos serviços essenciais, no intuito de compreender e apontar possíveis tendências quanto à sua dinâmica.

Como serviços essenciais adota-se a perspectiva de dotação, em áreas urbanas e rurais, de equipamentos públicos relativos às instalações e servidão de infraestruturas destinadas aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, disposição e tratamento dos resíduos sólidos (Saneamento Básico), energia elétrica, rede telefônica e televisiva (Comunicação), e transporte público.

É importante ressaltar que a análise dos aspectos qualificadores da qualidade de vida vivenciada em um assentamento humano não se resume à abordagem dos temas acima elencados, ao contrário, só pode ser concedida quando se avalia o todo dos aspectos de conformação social que incidem sobre a área, ou seja, todos os temas do presente diagnóstico socioeconômico.

A caracterização da infraestrutura básica de assentamentos humanos permitiu concluir que os serviços acima elencados apresentam melhor nível de estruturação no município de Salinas, Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis mantendo-se muito equivalentes, e, por fim, Fruta de Leite.

Em relação ao distrito do Vale das Cancelas, e núcleos rurais de Vacaria/Ponte Velha e Campo de Vacarias, observou-se a reprodução de um cenário de saneamento, energia, telecomunicações e transporte público, muito similar aos identificados para os municípios de Padre Carvalho e Fruta de Leite. Ainda que, por exemplo, o Vale das Cancelas pertença à jurisdição administrativa de Grão Mogol.

Em relação aos aspectos de infraestrutura básica das localidades rurais situadas nas áreas de inserção do Projeto Bloco 8, verifica-se um abastecimento de água predominantemente realizado por captação em minas d'água, córregos e rios locais; um esgotamento sanitário diversificado, seja marcado pela inexistência de qualquer forma de latrina, ou caracterizado pela ocorrências de fossas rudimentares (fossas negras), e, por vezes, por fossas sépticas; e a prática corriqueira da queima do "lixo" inorgânico e reaproveitamento do resíduos sólidos orgânicos.

A energia elétrica se faz presente em todas as propriedades rurais situadas nas áreas de inserção do Projeto Bloco 8, bem como a presença de TV aberta, sinal de rádio, e sinal de celular propiciado pela operadora Vivo, e acesso à internet via dados móveis, ou mesmo via rádio.

As referidas localidades rurais não são contempladas com o transporte público, apenas com o transporte escolar; assim, a mobilidade da população local é realizada por meios próprios (a pé ou motocicletas), ou, irregularmente, pelo ônibus dos estudantes.

É importante registrar que não existem benfeitorias inseridas ao longo do traçado da adutora de Irapé e linha de transmissão do Projeto Bloco 8, em um *buffer* de 500 metros dessas estruturas.

As ocupações humanas da região, situadas fora do *buffer* em tela, e, conseqüentemente, fora da área sob possível influência da adutora de Irapé e linha de transmissão, referem-se à existência de 10 (dez) propriedades rurais que serão seccionadas pelas estruturas, não necessariamente ocupadas e produtivas, quatro delas em litígio com empresas de silvicultura com atuação local; e existência do Acampamento Alvimar Ribeiro organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens e pela Comissão Pastoral da Terra, situado há mais de 1 km de distância das estruturas.

No que se refere aos temas específicos tem-se como via de integração dos municípios em estudo, a rodovia Júlio Garcia, BR-251, limitada em sua largura, com sobrecarregada de tráfego pelo intenso fluxo de caminhões, em estado questionável de conservação de vias e sinalização, sem patrulhamento, sem atendimento de equipe paramédica permanente, e já famosa em todo o estado de Minas Gerais pelo elevado número de acidentes. A inexistência de planos efetivos para duplicação e manutenção da BR-251 corrobora esse cenário negativo.

No distrito do Vale das Cancelas identifica-se eminência de riscos de acidentes e atropelamentos associados à sobreposição entre os problemas de tráfego e segurança da BR-251, e o contexto urbano da região, que é interceptada pela rodovia.

A ausência de adequada infraestrutura rodoviária, além de oferecer riscos humanos, dificulta a realização de investimentos na região, gerando redução das possibilidades econômicas, com óbvios rebatimentos sobre o desenvolvimento humano.

Em relação à servidão por energia elétrica, o cenário é positivo em quase todos os municípios em análise, que tem se aproximado muito das metas de universalização deste que é um dos mais importantes indicadores de qualidade social e de habitação.

Na média o acesso à energia elétrica contabilizava, em 2010, uma cobertura de 95% dos domicílios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Padre Carvalho e Salinas. O município de Josenópolis mantinha valores da ordem de 83% de cobertura. Estima-se que no presente ano - 2018 - a ordem de cobertura dos domicílios rurais (região que impacta o indicador de universalização da energia) chegue a 98%.

De toda a forma, a crescente urbanização dessas regiões rurais, via êxodo rural, tende as pressões e demandas da população no quesito energia elétrica, dentre outros, facilitando a concretização da meta.

Ademais, o cenário energético na Área de Estudo, para fins industriais mostra-se pouco estruturado, uma vez que não há subestações e linhas de transmissão do Sistema Elétrico Nacional na região, demandando a realização de obras básicas de infraestrutura em caso de instalação de novas demandas industriais.

A ressalva que se faz é relativa à implantação - em andamento na ocasião da campanha de campo do meio socioeconômico - de uma Linha de Transmissão pela empresa CYMI, trazendo recursos energéticos da Usina Hidrelétrica de Irapé, e passando pela região do distrito Vale das Cancelas.

Esse processo retroalimenta o desinteresse pelo investimento econômico na região, pressionando as possibilidades de geração de riquezas e desenvolvimento humano nesses municípios.

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE, o cenário de saneamento básico nos municípios em estudo é majoritariamente adequado apenas em Salinas (60,0%), seguido pelos municípios de Josenópolis (39,7%) e Grão Mogol (30,1%), majoritariamente semi-adequado em Padre Carvalho (73,0%), e prevalentemente inadequado em Fruta de Leite (54,2%).

De modo geral, observa-se que dentre os aspectos que caracterizam os serviços de saneamento da Área em Estudo, a insuficiência no esgotamento sanitário representam um grave problema da infraestrutura local.

Evidentemente, não é possível instalar rede de coleta de esgoto em áreas rurais, mas, em contexto urbano, notam-se carências passíveis de solução. Salinas, detentora do melhor nível de infraestrutura regional de saneamento (possuindo três ETEs e três ETAs) possui dificuldades na universalização do acesso à rede de esgoto em meio urbano. Nas outras localidades, há déficit considerável.

Como destinação final dos resíduos sólidos coletados, registra-se a existência de aterro controlado em todos os municípios em estudo, que, conforme apurado na Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental realizada em 2018, buscam, cada qual, implantar seus próprios aterros sanitários.

Nos aspectos relativos aos serviços de comunicação na Área de Estudo, englobando temas como telefonia, internet, radiodifusão e televisão, verificou-se uma maior rede abrangência no uso de celulares, em comparação aos telefones fixos, acesso à TV aberta e internet (via cabo ou rádio), tanto nas sedes urbanas dos municípios analisados neste diagnóstico, quanto nos núcleos e propriedades rurais em estudo.

Ainda assim, o acesso a tais recursos, especialmente os de telefonia móvel e internet, são comprometidos pelo baixo poder aquisitivo que marca os moradores de Fruta Leite, Josenópolis, Padre Carvalho, distrito do Vale das Cancelas, e núcleos rurais de Vacaria/Ponte Velha e Campo de Vacarias, bem como das propriedades rurais existentes nas áreas previstas para a instalação das estruturas do complexo minerário e barragem do rio Vacaria.

Por fim, acreditou-se ser cabível, para o contexto do presente diagnóstico socioeconômico, proceder a uma caracterização sobre as possibilidades de moradia nos municípios em estudo, uma vez que sob a análise dos valores de venda e aluguéis de imóveis é possível observar o aquecimento do mercado imobiliário, refletindo também os aspectos inerentes ao custo de vida em cada localidade.

O que se observou é a quase ausência na oferta de moradias prontas, seja para venda ou aluguel, ou fixação temporária (pousadas e hotéis) em todas as áreas estudadas - sedes urbanas e núcleos rurais - à exceção de Salinas que apresenta melhor condição neste sentido. O que se correlaciona, diretamente, ao fenômeno de expansão das moradias pela construção de residências em loteamentos não regrados legalmente.

A tendência que se pode apontar para a Área de Estudo, especialmente no contexto dos municípios, núcleos e localidade rurais que de fato receberão as estruturas do Projeto Bloco 8, é de uma difícil superação dos aspectos deficitários supracitados, especialmente os relacionados aos serviços de saneamento básico e possibilidades moradia.

6.3.5.3 - Educação

A caracterização do sistema de ensino dos municípios em estudo, ora apresentada, baseia-se na análise dos dados relativos à estruturação dos sistemas de ensino formal e não formal, e da educação informal.

Assim, a análise que se procede, a seguir, retoma detalhes relativos à oferta de educação básica, educação profissional e educação superior, além de indicadores educacionais diversos, e caracterização das instâncias locais onde se procedem a educação não formal e informal, nos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas, e núcleos/localidades rurais de referência ao Projeto Bloco 8.

Fundamentam a presente análise, uma grande gama de dados secundários disponibilizados, entre outras fontes, pelo Ministério da Educação, e dados primários compilados a partir da realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental nas áreas em estudo, conforme apresentado no Diagnóstico do Meio Socioeconômico.

6.3.5.3.1 - Caracterização do Sistema de Ensino Formal

O sistema de ensino formal dos municípios em estudo caracteriza-se pela predominância no fornecimento dos serviços correlatos à educação básica, com presença de instituições de educação profissionalizante e superior no município de Salinas.

Em relação à infraestrutura de educação básica registra-se a presença de 98 estabelecimentos de ensino, como um todo, nos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho; sendo 75,5% deles geridos pela instância municipal.

Todas as etapas de ensino da educação básica - educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e ensino médio (incluindo ensino médio integrado ao ensino técnico) - foram analisadas no presente diagnóstico, sendo possível concluir, em máxima síntese, que o município de Salinas apresenta os melhores indicadores de qualidade e oferta em educação básica, seguido pelo município de Grão Mogol, Padre Carvalho, Josenópolis e Fruta de Leite; este último, em pior panorama.

Tal conclusão incide sobre a análise de dados recentes, apurados para o ano de 2017, e em comparação ao ano de 2010, acerca do (i) número de estabelecimentos de ensino, por dependência administrativa, percentual relativo e lotação; (ii) existência de infraestrutura pedagógica; (iii) quantitativo de matrículas; (iv) demanda reprimida; (v) déficit e superávit de matrículas, por etapa da educação; (vi) número de docentes, sua formação acadêmica, e percentual de adequação por etapa do ensino; (vii) taxa de distorção idade-série; (viii) taxa de rendimento escolar, e suas componentes taxas de aprovação, reprovação e abandono; e (viii) Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico e subíndice aprendido.

Em todos os quesitos acima o município de Salinas apresentou resultados superiores aos dos demais municípios em análise, restando evidente a oferta de uma educação básica de qualidade em sua instância municipal, mantenedora, dentro de suas prerrogativas, de um bom nível de vida à população local e da abertura de perspectivas positivas para o desenvolvimento socioeconômico de sua região.

Dentre estes resultados de Salinas citam-se:

- A proporcionalidade adequada no quantitativo de estabelecimentos de ensino, por etapa da educação básica;
- A existência de estabelecimentos federais e particulares de educação básica;
- Aparatos e infraestrutura pedagógica em maior disponibilidade, tais como os quantitativos de dependências escolares, de equipamentos audiovisuais, de possibilidades de acesso à internet, e da existência de condições de acessibilidade às escolas;
- Aumento na oferta de vagas para o ensino médio regular, profissionalizante, e de educação de jovens e adultos no período de 2010 e 2017;
- Maiores percentuais relativos de professores com ensino superior e que possuem formação acadêmica adequada à etapa do ensino em que lecionam;
- Menores taxas de distorção idade-série; menores taxas de abandono escolar no ensino fundamental e médio, e de rendimento escolar, como um todo;
- Progressão positiva do Ideb, e superação da meta 2015 para Minas Gerais, no ano de 2013; e, superação dos indicadores de aprendizagem de MG, em 2015.

Os demais municípios apresentam resultados menos qualificados em todos os aspectos acima expostos, alternando, vez ou outra, sua posição relativa quanto ao tema abordado.

Deve-se observar, na análise global das componentes que regem a educação básica ofertada nos municípios em estudo, a existência de dois gargalos na educação básica: o primeiro relativo à insuficiência de unidades e vagas no ensino infantil, e de infraestrutura física, humana e pedagógica nos estabelecimentos existentes; e o segundo, relacionado à evasão escolar expressiva no ensino médio, conformada, em parte, por movimentos migratórios pendulares para fins de trabalho, e, em outra medida, pela não oferta do ensino médio profissionalizante. Ambos os aspectos são uma condição prevalente em todos os municípios em estudo, inclusive no município de Salinas.

Em relação ao ensino formal profissionalizante e de nível superior, o Diagnóstico do Meio Socioeconômico apresenta a relação de instituições atuantes no município de Salinas, onde é possível observar a inexistência deste tipo estabelecimento nos municípios de Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho. Ressalta-se que há previsão de inauguração e uma escola técnica em Grão Mogol, no ano de 2019.

É importante citar que o ensino superior e o ensino profissionalizante (não integrado ao ensino médio) não são etapas da educação básica, mas, no âmbito do sistema de ensino formal, apresentam-se como importantes esferas de transformação social e capacitação para o mercado de trabalho.

Por fim, conclui-se que a estrutura educacional dos municípios em estudo, principalmente quando comparados entre si, não apresenta um padrão de equidade, ao que se podem distinguir três grupos de municípios em virtude da caracterização de seu ensino formal: os dos municípios de menor desenvolvimento educacional, eminentemente rurais, de pouco desenvolvimento socioeconômico e maior vulnerabilidade social: Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho; o do maior desenvolvimento educacional e perfil socioeconômico: Salinas; e o que ocupa posição intermediária entre eles: Grão Mogol.

Especificamente em relação ao distrito e núcleos rurais de referência ao diagnóstico socioeconômico do Projeto Bloco 8 - Vale das Cancelas, Vacaria/Ponte Velha, Campo de Vacarias - registra-se que o sistema de ensino ali existente possui infraestrutura e porte limitado para atendimento da demanda existente, cabendo a eles absorver o contingente discente (Ensino Fundamental, anos finais, e Ensino Médio) de uma grande amplitude de localidades rurais da região.

Apenas nas localidades rurais situadas nas áreas onde se prevê a instalação da barragem do rio Vacaria, ainda se encontram estabelecimentos de ensino operantes, em atividade, para atendimento multisseriado de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

Como tendência futura para o setor educacional - especialmente nos municípios que irão receber as estruturas do Projeto, e seus núcleos / localidades rurais de referência - verifica-se que o sistema de ensino formal dessas regiões sofre de limitações físicas, humanas e orçamentárias para atendimento de demanda extra ou reprimida (em todos os segmentos da educação básica ou profissional), bem como de implicações sociais que afetam diretamente o transcorrer do processo de ensino-aprendizado; e que tal cenário não deve encontrar alteração em curto e médio prazo.

Dentre os programas educacionais identificados em todos os municípios em estudo, apontam-se como principais: o (i) Plano Municipal de Educação; o (ii) Programa ProJovem Trabalhador; e o (iii) Programa de Educação Profissional.

6.3.5.3.2 - Caracterização do Sistema de Ensino Não Formal e da Educação Informal

Enquanto a educação formal ocorre em espaços institucionalizados e regrados, onde as atividades, realizadas dentro de uma prática pedagógica, ocupam-se em consolidar no estudante um processo aprendido qualificado por padrões contemporâneos, e validados pela ótica da habilitação do sujeito, o ensino não formal, pouco assistido pelo ato pedagógico, disponibiliza ao cidadão uma ampla variedade de atividades e oportunidades para a expansão do seu saber, sem compromisso ou metrificação de qualquer ordem.

Em atenção à relação de instituições aptas a proceder ao ensino não formal, apresentadas no Diagnóstico do Meio Socioeconômico dos municípios em estudo, observa-se uma maior variedade de espaços direcionados à educação não formal no município de Salinas, polo sociocultural de sua região.

Em Grão Mogol, cidade também marcada pela presença significativa de espaços educativos, é importante perceber a concentração majoritária dessas estruturas na sede urbana do município, restando ao Vale das Cancelas, distrito de Grão Mogol situado próximo às áreas de inserção do Complexo Minerário do Projeto Bloco 8, poucas opções nessa modalidade de ensino, tais como quadra de esporte, campo de futebol, praça de lazer e áreas verdes.

Por sua vez, os municípios de Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho registram poucas, ou quase nenhuma, ocorrência de espaços não formais de ensino, além de pouco variados, também caracterizadas por quadra de esporte, campo de futebol, praça de lazer e áreas verdes.

Em relação à educação informal, caracterizada pelo aprendizado fluido que se estabelece no cotidiano do sujeito, em meio às relações estabelecidas por eles com seus pares e em consequência aos processos dialógicos que desenvolve, é interessante mencionar, no contexto do presente diagnóstico, que esta modalidade de educação ocorre, também, dentro de instituições onde se procede a organização social, cultural e política da sociedade civil.

Tais locais proporcionam aos seus frequentadores, cursos, palestras e atividades educativas cujo cerne da discussão seja a temática que envolve o dia a dia dos participantes, e das instituições.

No caso dos municípios em estudo, é possível citar as associações de classe e sindicatos como locais mais utilizados para acepção da educação informal. Nestes locais as atividades realizadas compõem o espectro de ações que trabalham, necessariamente, temas ligados à atuação de cada entidade, fornecendo aos seus participantes saberes específicos a respeito de temas não comumente trabalhados em outros âmbitos escolares.

Nos municípios em estudo, e conforme apurado na Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, registrou-se a existência e atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde são oferecidos cursos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG.

Para além, cita-se um leque variado de associações e cooperativas produtivas de atuação nos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e, principalmente, Salinas.

Como tendência futura para o setor educacional - especialmente nos municípios que irão receber as estruturas do Projeto, e seus núcleos / localidades rurais de referência - verifica-se que o sistema de ensino não formal e da educação informal deve passar por uma progressiva, mas lenta estruturação nessas regiões.

6.3.5.3.3 - Escolaridade e Alfabetização da População Municipal

Os aspectos referentes aos anos de estudo da população adulta, e taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional da população residente dos municípios da Área de Estudo do Meio Socioeconômico do Projeto Bloco 8, foram amplamente abordados no Diagnóstico do Meio Socioeconômico.

Pelo exposto se observa, em máxima síntese, que a formação educacional dos residentes nos municípios em estudo é baixa (Salinas e Grão Mogol), e, mesmo extremamente baixa (Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho) refletindo as inúmeras fraquezas do sistema de ensino formal, já abordadas no presente Resumo Executivo.

Dentre os temas escolaridade e alfabetização da população municipal, o analfabetismo, grave problema enfrentado em várias regiões do Brasil, constitui-se como grande desafio ao desenvolvimento humano na Área de Estudo.

A taxa de analfabetismo pode ser avaliada em função do nível de formação dos indivíduos e, em outra perspectiva, em relação às habilidades adquiridas (analfabetismo funcional). Em relação à taxa de analfabetismo tendo como referência a formação escolar, nota-se que Fruta de Leite e Josenópolis possuem os piores indicadores para qualquer faixa etária analisada.

O analfabetismo entre maiores de quinze anos indica carências no sistema, contudo, entre a faixa etária anterior (07 a 14 anos) indica que é preciso avaliar a estrutura de ensino local. Em todos os cenários, o município de Salinas apresenta o melhor desempenho, já que 23,85% dos maiores de quinze anos e apenas 8,64% da faixa etária anterior são analfabetos. De certo modo, a redução proporcional no analfabetismo na faixa etária entre 07 e 14 anos indica melhorias no sistema educacional e perspectivas de incrementos futuros.

O analfabetismo funcional, entendido como a incapacidade de ler e interpretar um texto, acomete boa parte da população em todos os municípios. Esse indicador revela fraquezas no sistema educacional as quais, em certa medida, refletem-se em inúmeros problemas sociais posteriores. Na Área de Estudo, o analfabetismo funcional é superior a 50% em todos os municípios, excetuando-se, mais uma vez, Salinas, onde o indicador equivale a 42,62%.

O quadro exposto impõe grandes entraves à promoção socioeconômica dos referidos municípios, dificultando as possibilidades de desenvolvimento econômico e, especialmente, tornando árdua a busca pela emancipação humana nessas regiões.

O passivo de escolaridade e alfabetização identificado nos municípios em estudo pressupõe um volume expressivo de recursos financeiros e humanos, além de diligência, tempo, para sua superação; sendo esta a tendência que se prevê para o incremento na escolaridade e alfabetização da população da Área de Estudo do Projeto Bloco 8.

6.3.5.3.4 - Compatibilidade do Sistema Educacional em Face às Demandas Atuais e Previstas.

Tendo em vista a premente necessidade de desenvolvimento da educação municipal, inclusive como meta nacional, a estrutura do sistema de educação dos municípios da Área de Estudo apresenta carências significativas que, sob a análise de tendência para o setor, poderão impactar no desenvolvimento social futuro dos residentes nessas localidades.

Com efeito, é preciso ressaltar que os municípios de Fruta de Leite, Padre Carvalho, Josenópolis e, de certo modo, Grão Mogol, encontram-se em patamar semelhante em relação ao sistema atual de educação básica, onde a demanda central pode ser suprida, mas sem que haja indicativos de excelência na infraestrutura de prestação de serviços, os quais poderiam se refletir no desenvolvimento dos alunos e da sociedade, como um todo.

Por um lado, sabidamente, os recursos do sistema de educação desses municípios não abarcam uma ampla gama de serviços, para consecução da excelência. Contudo, a busca pela constante melhoria poderia incrementar a qualidade atual e, para além, preparar os municípios para eventos de crescimento no futuro. Assim, em relação ao ensino básico, tais municípios atendem parcialmente à demanda atual porém, sem novos investimentos, não estão preparados para os desafios futuros.

Salinas, por sua vez, destoa desse cenário, apresentando uma infraestrutura superior de educação básica, e, para além, espaços de ensino formal, voltados à educação profissional e superior, ensino não formal, e educação informal.

Em relação à educação técnica, Salinas possui um significativo leque de opções que, no entanto, não abarcam toda a demanda. Como ponto positivo, demonstra-se que, no município, há potencialidade de expansão futura desse ramo de ensino.

Nos demais municípios, o ensino técnico ainda é insipiente e pouco desenvolvido. De acordo com os Planos de Educação atuais, e pensando em possíveis eventos de incremento da futura demanda, os investimentos - públicos e privados - serão questão fundamental para o atendimento das vindouras demandas.

Em relação ao ensino superior, embora Salinas se destaque com a presença de cursos, presenciais e não presenciais, há uma demanda reprimida, sendo as vagas e opções de cursos, limitadas. Ainda assim, Salinas polariza estudantes da região, que desejam, e possuem condições de estender seus estudos fora do domicílio de moradia.

Todavia, a pesquisa identificou recentes incrementos nas opções para estudo, em nível superior e técnico, em Salinas (diversificação de cursos para educação formal e eventos para educação não formal) e Grão Mogol (inauguração de escola técnica), o que, em médio e longo prazo, pode gerar um quadro de estabilidade, tendo em vista a situação atual.

6.3.5.5 - Saúde

A caracterização do sistema de saúde dos municípios em estudo, ora apresentada, baseia-se na análise dos dados relativos à estruturação física e humana do sistema de saúde, indicadores de saúde pública e indicadores da atenção básica.

Assim, a análise que se procede retoma detalhes relativos ao número de estabelecimentos integrantes do sistema de saúde, recursos humanos atuantes no sistema de saúde, número de leitos de internação hospitalar e indicadores referentes aos procedimentos hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além disso, considera percentuais de morbidades, número de óbitos e taxas de mortalidades hospitalares, taxa de mortalidade infantil, principal problema de saúde pública das áreas de estudo, indicadores da Estratégia de Saúde de Família, e da componente saúde do Índice Mineiro de Responsabilidade Social dos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas e núcleos/localidades rurais de referência ao Projeto Bloco 8.

Fundamenta a presente análise, uma grande gama de dados secundários disponibilizados, entre outras fontes, pelo Ministério da Saúde e pelo Departamento de Atenção Básica, além de dados primários compilados a partir da realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental (2018) conforme apresentado no Diagnóstico do Meio Socioeconômico.

6.5.3.4.1 - Caracterização do Sistema de Saúde

Ao analisar os aspectos referentes à estruturação física do sistema de saúde dos municípios em estudo, observa-se que nos municípios de menor porte populacional, Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho, a atenção à saúde concentra-se na atuação das Unidades Básicas de Saúde, das Academias de Saúde, da Estratégia de Saúde da Família, e da Farmácia Popular.

A saber, o distrito do Vale das Cancelas e o núcleo rural de Campo de Vacarias apresentam, cada qual, uma Unidade Básica de Saúde polarizadoras dos atendimentos de várias localidades rurais da região, inclusive de parte das localidades rurais onde se prevê a instalação do complexo minerário e adutora do rio Vacaria, do Projeto Bloco 8. As UBSs do município de Fruta de Leite também cumprem esse papel no que se refere às localidades rurais (em estudo) situadas na área de implantação da barragem do rio Vacaria.

Com tal estruturação estes municípios ofertam à sua população apenas o atendimento de saúde de baixa complexidade, sendo os atendimentos de média complexidade ofertados nos municípios de Grão Mogol e Salinas, e os atendimentos de alta complexidade disponibilizados apenas no município de Salinas, e por óbvio outros municípios de grande influência regional, como Montes Claros. Assim, é preciso que os convênios de saúde intermunicipais, estejam em plena funcionalidade - como de fato estão - nos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho, para que os moradores dessas localidades possam se beneficiar dos serviços médicos mais complexos do SUS, não ofertados no município de origem.

De fato, os dados de caracterização do sistema de saúde na Área de Estudo, demonstram que a Atenção Básica, considerada porta de entrada do SUS, está em plena atividade em todos os municípios em análise no presente estudo, bem como nos núcleos e localidades rurais de referência ao Projeto Bloco 8.

Os dados socioeconômicos, demonstram que a Atenção Básica, centrada na atuação das equipes de Estratégia de Saúde da Família (eSF), e capilarizada pela atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), atende 100% da população municipal nos municípios que ofertam apenas os serviços de saúde de baixa e média complexidade. Tal aspecto é importante para a estruturação do sistema de saúde em regiões que apresentam um escopo mais restrito de serviços do SUS.

No geral, os dados apresentados pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social na componente Saúde, que contempla as perspectivas de estado de saúde, acesso e utilização dos serviços de saúde, e gestão em saúde, demonstram um alto desenvolvimento do sistema nos municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho, e índices de médio desenvolvimento deste setor em Fruta de Leite, Josenópolis e Salinas.

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) aborda 9 dimensões temáticas: saúde, educação, habitação e meio ambiente, segurança pública, renda e emprego, gestão fiscal, cultura, desporto e lazer, demografia. Para obter os índices que representam as dimensões abordadas são utilizados mais de 40 indicadores infraestruturais, de serviços, e gestão.

É importante citar que todos os municípios em estudo possuem estrutura institucional de gestão caracterizada pela existência de Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde, conforme apontado pelos gestores municipais durante a realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental. A presença de tais estruturas é um requisito importante para a execução de políticas públicas destinadas a garantir o bem estar da população, no quesito saúde, especialmente em integração às demais áreas de desenvolvimento social, a citar: educação e assistência social.

Na perspectiva da relação entre o número de leitos de internação hospitalar disponibilizados a cada 1.000 habitantes, destaca-se que o município de Grão Mogol que com um total de 48 leitos hospitalares de internação se encontra dentro do padrão ideal estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) - três leitos para cada mil habitantes. Em contraponto, tem-se Salinas, que com seus 78 leitos hospitalares de internação, ainda assim possui um déficit de, aproximadamente, 1 leito de internação para cada mil habitantes.

A internação hospitalar, característica da prestação de serviços de média e alta complexidade não está disponível nos municípios de Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho, sendo atendida em municípios como Grão Mogol, Salinas e Montes Claros, como indicam os dados compilados pelo Ministério da Saúde, os quais permitem verificar as principais ocorrências de morbidades e mortalidades que acometem os residentes destes municípios, ainda que recebam atendimento “fora de casa”.

Em análise aos dados de morbidade hospitalar registrados nos municípios da Área de Estudo verifica-se a predominância de ocorrências relacionadas à gravidez e puerpério, seguida por doenças do aparelho circulatório, por ocorrências relacionadas a lesões, envenenamentos, e outras causas externas, por doenças do aparelho respiratório, e por doenças do sistema digestório.

Há entre os municípios em estudo uma grande congruência nos casos de morbidade hospitalar, seguindo a prevalência acima apresentada. É importante mencionar que a Doença de Chagas, ostensivamente apontada pelos gestores da saúde, no âmbito da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, como o principal problema de saúde pública local, realmente, possui relevância em todos os municípios e localidades rurais pesquisados, o que é respaldado pelo elevado percentual de casos referentes às doenças do aparelho circulatório, conforme dados apresentados no Diagnóstico do Meio Socioeconômico.

No passado, a região em estudo fora assolada por uma epidemia de doença de chagas, sendo o município de Fruta de Leite um dos mais afetados. Entre os anos de 1987 e 2000, a contaminação pelo protozoário atingiu seu ápice, sendo realizado, no final do século passado, um alto investimento público para combate à praga, tendo em vista as terríveis consequências para a saúde humana e a inexistência de cura. Esses esforços, que envolveram agentes públicos e a sociedade, surtiram efeito.

De acordo com as informações das secretarias municipais de saúde, prefeituras e população, não há relatos significativos de contágio por doença de chagas nos últimos anos. Os dados sistemáticos do Ministério da Saúde, obtidos junto ao DATASUS, atestam a raridade de novos contágios na última década. Contudo, tendo em vista o longo surto supracitado - e o histórico regional de contágio - ainda existem diversos indivíduos contaminados, vivendo nos municípios da Área de Estudo. Essa situação merece especial atenção.

Peculiarmente registra-se apenas um alto índice de ocorrências relacionadas às doenças infecciosas e parasitárias, em Grão Mogol, denotando as baixas condições sanitárias locais. Nos demais municípios os percentuais deste grupamento de morbidade - doenças infecciosas e parasitárias - também não é tão baixo, checando a perfazer 6,53% das ocorrências hospitalares de Fruta de Leite, e 5,04% em Salinas, o que, de forma geral, remete às baixas condições de saneamento básico, em todos os municípios em estudo.

Na linha das mortalidades hospitalares verificadas nos municípios em estudo entre 2017 e 2018, verifica-se a maior concentração de ocorrências no quesito doenças respiratórias, seguidor por doenças do sistema digestório, e de origem infecciosa e parasitária, refletindo condição recorrente no restante do país.

O que acaba denotando insuficiência na qualidade de prestação dos serviços de saúde básica e de maior complexidade é verificar que morbidades relacionadas a tais ocorrências evoluam para o óbito em percentuais significativos, como ocorre, principalmente, nos municípios de Fruta de Leite, Josenópolis, Padre Carvalho, e Salinas.

Já a mortalidade no segmento doenças infecciosas e parasitárias indica não apenas insuficiência nos serviços de saúde ofertados nas áreas em estudo, mas apresenta-se como um grande ponto de fragilidade social em saúde pública, uma vez que ocorrências deste tipo podem ser plenamente evitadas com medidas de saneamento básico muitas vezes simples, o que pouco se verifica nos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, principalmente (como já apresentado na caracterização dos assentamentos humanos e sua infraestrutura básica).

Caba mencionar que as doenças venéreas e sexualmente transmissíveis, e os casos de desidratação e desnutrição não apresentam registros relevantes de morbidade e mortalidade nos municípios e núcleos / localidades rurais em estudo.

No que se refere à mortalidade infantil de crianças até 01 ano de idade, verificam-se números significativos nos municípios de Grão Mogol (32,46 óbitos a cada mil crianças nascidas vivas em 2016), Fruta de Leite (19,61 óbitos em 2016) e Salinas (17,86 óbitos em 2016), e cifras oculta nos municípios de Josenópolis e Padre Carvalho, caracterizada por pacientes que evoluíram para o óbito sem sequer passar por atendimento médico hospitalar.

É importante ressaltar que os dados apresentados são recolhidos apenas no sistema hospitalar do SUS, e que portanto, não isenta os municípios de Josenópolis e Padre Carvalho dessa triste estatística. É possível que nessas regiões (e também em Fruta de Leite e Grão Mogol) as dificuldades de acesso ao sistema hospitalar de média e alta complexidade contribua para a ocorrência de casos não reportados de mortalidade infantil, ou seja, pacientes que evoluíram para o óbito sem sequer passar por atendimento médico hospitalar.

Como tendência futura para o setor de saúde, especialmente nos municípios que irão receber as estruturas do Projeto, e seus núcleos / localidades rurais de referência, à parte às principais causas de mortalidade e morbidade hospitalar, verifica-se que o sistema de saúde dessas regiões já sofre pressão pela necessidade de atendimento continuado aos pacientes portadores da Doença de Chagas, ainda que não existam relatos de novas infecções pelo *Trypanosoma cruzi*. E, que, como uma reação em cadeia, acabam pressionando os serviços de saúde de Salinas, principalmente.

Somado a este contexto, verificam-se restrições orçamentárias para planejamento e consecução de projetos de ampliação da estruturação e dos serviços prestados sistema de saúde vigente nas áreas em estudo, hoje restritos e pouco suficientes para a demanda, conforme reportado pelos gestores municipais no âmbito da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental.

6.3.5.5 - Lazer, Esporte, Turismo e Cultura

Como indicadores importantes para a caracterização da temática Lazer, Esporte, Turismo e Cultura foram avaliados, nos municípios e núcleos/localidades rurais em estudo, a existência de setores de gestão municipal específica para estes segmentos, a existência de conselhos municipais em atividade nestas áreas, e a existência de alguns equipamentos ou estruturas voltadas ao lazer, às práticas esportivas, de incentivo ao turismo, e à manifestação cultural.

6.3.5.5.1 - Caracterização da Infraestrutura e Serviços de Lazer, Esporte, Turismo e Cultura

O que se observou nos municípios em estudo foi a existência de órgãos de gestão pública ou conselhos deliberativos em lazer, esporte, turismo ou cultural, apenas nos municípios de Grão Mogol e Salinas, sendo estas instâncias de gestão fundamentais para a emissão e regulação de políticas públicas de fomento aos referidos setores sociais.

Não por acaso, estes municípios são também os que apresentam uma boa diversidade de equipamentos de cultura, esporte e lazer, para além da existência de apenas uma biblioteca pública como ocorre nos municípios de Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho. Em Salinas e Grão Mogol há registros de outras formas de difusão e interação cultural, propiciadas pela presença de centro cultural e teatro; no caso de Salinas, soma-se a presença de museus, um cinema e banda de música.

Por sua vez, identificou-se nas localidades rurais em estudo neste diagnóstico socioeconômico, a presença de uma quadra coberta no Vale das Cancelas, uma quadra coberta no Campo de Vacarias, e um campo de futebol de várzea em ambos núcleos rurais, e também na localidade de Vacaria/Ponte Velha.

Entretanto os dados apurados junto à Fundação João Pinheiro, indicam que os gastos municipais para incentivo do setor de cultura, esporte e lazer, em 2016, foram mais expressivos nos municípios de Fruta de Leite, seguido pelos municípios de Josenópolis, Grão Mogol, Padre Carvalho e Salinas. Tal fato demonstra que os gestores públicos dos municípios de menor porte, como o são Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho, tem se preocupado em desenvolver essa importante área integradora social. Já o segmento do turismo recebe incentivos financeiros apenas nos municípios de Grão Mogol e Salinas.

O que se pode concluir pela presente análise é a verificação de uma tendência de fomento ao lazer, esporte, turismo e cultura nos municípios em estudo, principalmente direcionadas às sedes urbanas e núcleos rurais de maior relevância às municipalidades, como o são o Vale das Cancelas e o Campo de Vacarias.

De modo geral as festividades dos municípios da Área de Estudo apresentam-se conectadas às temáticas produtivas (festa da mandioca, festa da cachaça), ou religiosas (festas da padroeira, cavalgada, dentre outros.). Cabe aqui registrar que nos casos específicos de Grão Mogol e Salinas, os expoentes turísticos giram também em torno das edificações históricas, do Parque Estadual, e do carnaval, como é o caso de Grão Mogol, e do feitiço e festividades em torno da produção de cachaças, no caso de Salinas.

As questões referentes à identificação e reconhecimento do Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural Material e Imaterial são apresentadas mais em tópico específico neste relatório.

6.3.5.6 - Segurança Pública

A caracterização dos aspectos inerentes à segurança pública de um município, núcleo ou localidade rural, representa um importante indicador de fragilidades sociais que afetam uma determinada região.

Para tal caracterização, o estudo da infraestrutura e dos aspectos de gestão em segurança pública existentes nas áreas em estudo do Projeto Bloco 8, representa uma importante medida de avaliação do suporte em segurança conferido à população dos municípios e núcleos/localidades rurais em análise no presente diagnóstico socioeconômico.

Assim, foram apurados dados como (i) o investimento feito pelas administrações públicas na manutenção e melhoria da segurança pública; (ii) a existência de conselhos municipais de gestão e estruturas especializadas em direitos dos grupos vulneráveis; (iii) a existência de estruturas de policiamento militar, civil, guarda municipal, unidades de retenção, e fóruns; (iv) o número de habitantes por efetivo policial existente.

6.3.5.6.1 - Caracterização da Infraestrutura e Serviços de Segurança Pública

O que se observou em análise aos aspectos acima elencados foi uma melhor condição infraestrutural e de gestão em segurança pública, no município de Salinas, seguido pelos municípios de Grão Mogol, Josenópolis, Fruta de Leite e Padre Carvalho.

À exceção de Padre Carvalho, todos os municípios em estudo apresentam um médio padrão de responsabilidade social na área de segurança pública, conforme dados sistematizados pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS para a componente Segurança Pública.

Em termos de gestão, apenas o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) se fazem presentes em todos os municípios em estudo. O conselho de segurança pública apresenta-se constituído apenas nos municípios de Grão Mogol e Salinas e o conselho de defesa dos direitos das mulheres, no município de Salinas. Registra-se, também, a presença de comarca judicial apenas nos municípios de Grão Mogol e Salinas.

A ausência de conselhos ou estruturas especializadas em direitos dos grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, mulheres e idosos, denotam as restrições ao desenvolvimento social, via suporte em segurança pública, em todos os municípios em estudo, mas principalmente em Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho.

Em 2015, os municípios de Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho não fizeram qualquer investimento próprio para a estruturação e qualificação da segurança pública municipal, entretanto, estes municípios apresentam um contingente de policiais militares por habitante bem superior ao verificado nos municípios de Fruta de Leite e Salinas.

Há a perspectiva de que o melhor panorama vigente de recursos humanos em segurança pública nos municípios de Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho, possa estar coibindo a restrita, ou mesmo nenhuma, aplicação de recursos municipais no setor, já que tais investimentos podem ser vistos como não sendo maior prioridade para a gestão municipal, em vista das diversas necessidades e desafios das administrações públicas.

Dentre o distrito e núcleos rurais analisados no presente estudo - Vale das Cancelas, Vacaria/Ponte Velha, e Campo de Vacarias - apenas o Vale das Cancelas apresenta melhor estruturação em segurança pública, contando com um destacamento de polícia militar, quatro policiais em exercício e um Conselho de Segurança Pública - CONSEP. Os demais núcleos rurais, bem como as localidades rurais onde se prevê a inserção das estruturas do Projeto Bloco 8, são apoiados por policiamento apenas no caso de registro de alguma ocorrência de maior importância.

A criminalidade nos municípios e núcleos/localidades rurais em estudo centra-se em ocorrências de menor potencial ofensivo, seguidas por ocorrências de crimes violentos, e, só então, por homicídios.

À luz dos indicadores de criminalidade apontados pelo IMRS, para os municípios em estudo, verifica-se que a infraestrutura de segurança pública dessas regiões, bem como dos núcleos e localidades rurais investigados, não são suficientes para atender a demanda de segurança e paz social de seus moradores. O aumento de algumas taxas de criminalidades no período de 10 anos analisado (2005 a 2015), principalmente em comparação à média da mesorregião do Norte de Minas, são indicadores da insuficiência das estruturas de segurança públicas na prevenção, combate e investigação das infrações cometidas nos municípios da Área de Estudo do Projeto Bloco 8.

Por fim, cabe mencionar que segundo relatado pelos entrevistados na Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental de 2018, o consumo de drogas e o alcoolismo são os principais problemas sociais fomentadores da violência nos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas.

A tais fenômenos somam-se a relevância que a prostituição e a variante criminosa da exploração sexual infanto-juvenil, têm tomado, principalmente nas áreas próximas à BR-251; com menções mais relevantes à sua ocorrência no Vale das Cancelas, e sede urbana de Fruta de Leite.

A tendência que se pode apontar para a Área de Estudo, especialmente no contexto dos municípios, núcleos e localidade rurais que de fato receberão as estruturas do Projeto Bloco 8, é de uma lenta superação dos aspectos deficitários de infraestrutura e gestão em segurança pública, supracitados, em consideração à timidez de investimentos verificada no setor, e aumento das ocorrências de consumo e tráfico de drogas, alcoolismo, prostituição e exploração sexual infanto-juvenil.

6.3.6 - Organização Social

Dentro da perspectiva teórico-metodológica desse estudo de organização social - uma visão weberiana das relações sociais enquanto conduta individual reciprocamente orientada e dotada de sentido partilhado - o associativismo é derivado de um conjunto de ações motivadas por preferências e interesses individuais e comunitários.

Enquanto forma de organização social, cultural ou político-institucional, formal ou informal, o associativismo apresenta-se como uma possibilidade de participação e mobilização ativa de um grupo social, em busca de interesses comuns ou de interesses públicos.

Para dar melhor direcionamento ao tema, de forma oportuna ao que se espera do presente Diagnóstico do Meio Socioeconômico, a identificação de associações e organizações da sociedade civil, e forças sociais, políticas e sindicais pactuadas pelos atores sociais, direcionou-se aos temas correlatos ao empreendimento: direitos pela terra, produção agropecuária, produção artesanal, associativismo comunitário, defesa social ou ambiental, e comunidades tradicionais.

Nesta tônica foram identificadas 20 (vinte) organizações sociais cooperativistas, associativistas e sindicais vinculadas a processos produtivos, nos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Padre Carvalho e Salinas.

Em análise à relação de associações sociais atuantes nos municípios em estudo, o tipo mais comum de instituição da sociedade civil organizada que pode ter interface com o Projeto Bloco 8 é a “produtivista/trabalhista”. Este tipo de associação caracteriza-se pela união de produtores e trabalhadores rurais, e de artesãos, que se organizam para realização de atividades produtivas agrícolas, pecuárias, silvícolas ou artesanais, em defesa de interesses comuns e com representação política e/ou sociocomunitária.

Para além dessas instâncias de representatividade social mencionadas foram identificadas associações beneficentes e de cunho social, diversas, atuantes no município de Salinas, como a APAE, a Associação *Hope of The Future*, Associação para uma Juventude Pensadora e Construtora de Cidadania, e Pastoral da Criança.

Outro tipo comum de associativismo e de instituições sociais na Área de Estudo é o relacionado à temática comunitária. A temática comunitária engloba ações e atividades de indivíduos que compartilham um território em comum - como, por exemplo, um bairro ou um povoado - e que, por isso, organizam-se em torno de uma associação ou instituição para a defesa dos seus interesses comuns.

A ausência de localidades rurais no traçado da adutora de Irapé e da linha de transmissão reflete-se na ausência de associações comunitárias nas regiões de implantação e entorno da referida estrutura.

Já os proprietários rurais das regiões de inserção das estruturas do complexo minerário, barragem do rio Vacaria e adutora da barragem do rio Vacaria contam com significativa representatividade comunitária, conformada em associações que muitas vezes agregam diferentes regiões das localidades rurais.

Dentre os movimentos sociais com atuação nas áreas de inserção e adjacências ao Projeto Bloco 8, principalmente na região do complexo minerário, registra-se a presença do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e instituições parceiras: o Centro de Agricultura Alternativa (CAA), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Muito embora a atuação do MAB em Grão Mogol, remonte à implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé, dadas as controvérsias do Projeto sobre o processo de relocação dos proprietários rurais das áreas que seriam alagadas, a atuação do MAB na região norte de Minas intensificou-se com a perspectiva da região se transformar na nova fronteira mineral do estado de Minas Gerais.

A participação e envolvimento com associações comunitárias e movimentos sociais que caracterizam as localidades rurais em estudo do Projeto Bloco 8 são apresentadas nos resultados da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, Módulo Propriedades Rurais. A partir da referida análise é possível concluir pela existência de um grau intermediário de coesão social no campo, e existência de redes e laços de solidariedade e relações familiares entre os produtores agrícolas das regiões de inserção das estruturas do Projeto, principalmente nas áreas do complexo minerário e da barragem do rio Vacaria.

Ademais, é importante registrar a existência de um sistema político adequadamente conformado em todos os municípios em estudo, constituído por uma estrutura executiva arregimentada por um leque diversificado de Secretarias Municipais e uma estrutura legislativa atuante.

Em relação à institucionalização da presença da sociedade nas decisões tomadas pelo Poder Público, propiciada pela constituição de Conselhos Municipais, verificou-se em campo que esta é uma realidade em todos os municípios em estudo para o Projeto Bloco 8 que apresentam conselhos nas principais áreas de desenvolvimento municipal: Conselho Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A ressalva que se faz quanto à articulação social em Conselhos Municipais é que não basta que eles estejam constituídos, é preciso que estejam ativos, para que se concretize a participação social no planejamento municipal. Conforme apurado em campo, o município de Fruta de Leite foi o único, dentre os municípios em estudo, que apresenta inatividade de alguns de seus conselhos municipais.

De modo global, as preferências e percepções manifestas pela população durante a realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, indicam temas potencialmente conflituosos, motrizes de embates sociais.

As principais tensões sociais verificadas nos municípios em estudo recaem sobre os temas relacionados à questão político-partidária, à insuficiência na prestação de serviços públicos, à expansão da silvicultura, à disponibilidade de água e ao reconhecimento de comunidades tradicionais Geraizeiras. Evidentemente, esses indicativos encontram respaldo nas condições socioambientais e econômicas da região, gerando, dialeticamente, focos de tensões e conflitos.

A questão político-partidária surge como uma rivalidade entre grupos partidários proeminentemente locais, aos quais se engajam grande parte da população residente nas áreas urbanas e núcleos rurais. A premissa central dessa tensão social é a garantia de empregos na administração pública para a população apoiadora do partido que assume a posição. Como o cenário de empregabilidade nos municípios em estudo é por demasiado restrito, a tensão social em torno da questão político-partidária assume ainda maior importância no contexto municipal.

A insuficiência na prestação de serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde, saneamento básico, transporte e segurança pública, foi evocada pelos entrevistados na Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, *stakeholders* institucionais e comunitários, e proprietários rurais. Segundo os entrevistados, o já grande descontentamento social quanto a esta questão, tende a se agravar com a potencial chegada do Projeto Bloco 8, em prejuízo direto à qualidade de vida da população local, e acirrando assim os conflitos sociais já existentes.

A expansão da silvicultura emerge como aspecto cardeal na geração de tensões sociais no meio rural, conforme apontado pelos entrevistados na Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental.

A questão conflituosa remete a um histórico processo que, na visão dos entrevistados, foi caracterizado pela expropriação e grilagem de terras, e teria sido capitaneado pelo poder público estadual e federal, desde meados da década de 1960. Conforme apontado tal evento ainda ocorre nos dias atuais, mas de forma mais tênue, empurrando os proprietários rurais, cada vez mais, para dentro dos vales e para longe das áreas, já muito devastadas, de planícies.

Ademais, tal alteração das modalidades de uso e ocupação do solo é vista pelos proprietários rurais residentes nas áreas de inserção das estruturas do Projeto Bloco 8, como altamente prejudicial à sua sobrevivência, via agricultura de subsistência; sem que haja contrapartida de empregos nas monoculturas de eucalipto, cuja colheita já se encontra totalmente mecanizada.

A preocupação com a disponibilidade hídrica é apontada pelos proprietários rurais e *stakeholders* comunitários associados aos núcleos e localidade rurais de referência no presente estudo.

A falta de água nas localidades rurais se faz sentir nas áreas de inserção do complexo minerário, segundo os entrevistados na Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, sendo tal fator muito agravado em épocas de seca. A relação entre os eucaliptais e a depreciação do recurso hídrico, surge também como um ponto de tensão nessas localidades. Independentemente dos debates científicos acerca do tema, existe uma percepção, dentre a população local, que o eucalipto seria forte agente na redução da disponibilidade hídrica. A essa percepção soma-se uma grande preocupação quanto à instalação do complexo minerário do Projeto Bloco 8, ao que se entende que irá agravar sobremaneira a escassez do recurso hídrico na zona rural.

No meio urbano, a água torna-se elemento fundamental para a qualidade de vida e, com isso, a preservação de nascentes e rios tende a se tornar, cada vez mais, motivo para geração de tensões sociais. Esse fenômeno, com a expansão da consciência ambiental em geral, pode conformar novas preferências e agregar grupos de interesse, especialmente com a chegada agentes econômicos dependentes de recursos hídricos. Há de se ressaltar que os agentes ambientais e organizações não governamentais focam especial atenção na questão hídrica do norte mineiro.

Outro tema de grande mobilização social na área de inserção e adjacências ao complexo minerário do Projeto Bloco 8 associa-se ao reconhecimento de Comunidades Tradicionais Geraizeiras. A questão será trabalhada em tópico específico no Resumo Executivo do Meio Socioeconômico.

6.3.7 - Patrimônio Natural e Cultural

6.3.7.1 - Patrimônio Arqueológico

Em atendimento ao Licenciamento Cultural no âmbito do Licenciamento Ambiental junto ao IBAMA¹⁶, em 2010, a Sul Americana de Metais S.A. - SAM, iniciou junto ao IPHAN o *Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área do Projeto Vale do Rio Pardo* (Processo IPHAN nº 01450.013880/2010-29), este, sob vigência da Portaria IPHAN 230/2002¹⁷. O projeto contemplou as áreas correspondentes ao complexo minerário (mina com cava a céu aberto, usina de tratamento de minério e uma adutora de água) e mineroduto e, em sua aprovação, por meio do Ofício nº 139/2014/CNA/DEPAM/IPHAN (06/06/2014)¹⁸ o IPHAN manifestou-se favoravelmente a emissão da Licença Prévia para o empreendimento.

Em 2014 a SAM protocolou junto ao IPHAN, a correspondência de nº 01450.011718/2014-08, referente à atualização do EIA/RIMA do Projeto Vale do Rio Pardo bem como, relacionada aos estudos preventivos desenvolvidos na área do empreendimento. Sobre esta documentação conforme Ofício nº 133/2015 - CNA/DEPAM/IPHAN (17/09/2015)¹⁹, o IPHAN considerou:

- a) *O Diagnóstico Interventivo na Área do Projeto Vale do Rio Pardo, coordenado pelo Sr. Tiago Moreira Alves (Permissão nº 26, Portaria nº 28/2010, de 18/10/2010), foi analisado e considerado suficiente à manifestação favorável deste Instituto à Licença Prévia do empreendimento Vale do Rio Pardo;*

¹⁶ Ofício nº 0234/2010-COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA de 10/08/2010 - Minuta de TR para Elaboração do EIA/RIMA do Projeto Salinas.

¹⁷ Foi elaborado, executado e aprovado o Diagnóstico Arqueológico Interventivo, correspondente ao pleito de Licença Prévia de acordo com o que estabelece a Portaria IPHAN 230/2002 - vigente até março de 2015.

¹⁸ Anexo 02.

¹⁹ Anexo 02.

b) *A atualização do EIA/RIMA, bem como a atualização da área de influência do empreendimento (Módulo 3, Anexo 1, item 3. Atualização da Descrição do Empreendimento, sub item 3.2. Planejamento da Mina), não estabelecem a necessidade de revisão e/ou complementação do diagnóstico é uma avaliação prévia da área de influência, e esta não foi significativamente alterada.*

Em 2017 pretendendo a concentração de esforços no detalhamento de projetos direcionados a implantação e operação do complexo minerário e estruturas correlatas, o empreendedor reestruturou seu modelo de negócios, resultando em alterações no projeto inicial - onde resolveu a incorporação da barragem do rio Vacaria e a supressão do mineroduto, que passa a ser desenvolvido por empresa independente - passando este a ser denominado *Projeto Ferro Vale do Rio Pardo*.

Assim, considerando o novo escopo do *Projeto Ferro Vale do Rio Pardo*, bem como a necessidade de nova submissão do projeto às autoridades públicas, o empreendimento foi submetido à apreciação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, já que todas as operações da SAM estão circunscritas ao Estado de Minas Gerais. Em 16/11/2017 a SAM protocolou o Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCE, tendo recebido em 27/11/2017 o Formulário de Orientação Básico nº 1321386/2017, com orientações para a formalização do processo de licenciamento ambiental no âmbito da Superintendência de Projetos Prioritários - SUPPRI²⁰.

Nestes moldes, em atendimento a legislação em vigor relacionada ao Patrimônio Cultural acautelado em âmbito federal, deu-se entrada do documento Ficha de Caracterização de Atividade²¹ (FCA) junto a Superintendência Estadual do IPHAN em Minas Gerais, solicitando sua análise e conseqüente emissão de Parecer Técnico com o enquadramento do empreendimento *Projeto Ferro Vale do Rio Pardo*.

Neste ínterim, faz-se indispensável o entendimento de que em 15/05/2018, posteriormente a data de protocolo da FCA junto no IPHAN/MG, a Sul Americana de Metais S.A. decidiu-se pela alteração do nome do projeto - passando de *Projeto Ferro Vale do Rio Pardo* a ***Projeto Bloco 8*** e assim, procedeu oficialmente com a comunicação desta alteração junto a SEMAD/SUPPRI. Na mesma data, o empreendimento recebeu o Formulário de Orientação Básica/SEMAD 0361112/2018 (Anexo 02).

Em 21/05/2018, o IPHAN/MG emitiu o Parecer Técnico nº 183/2018/COTEC IPHAN-MG/IPHAN (Anexo 03) - com base no Ofício VPR-0020-R-OF-0302-MAI2018 (SAM) e documentação correlata (SEI IPHAN 0464419, 0464510 e 0464514) - manifestando-se pelo enquadramento do empreendimento como Nível III, e estabeleceu:

“... a realização do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) que inclui pesquisa prospectiva sistemática, considerando toda a ADA, abarcando todas as estruturas já detalhadas e necessárias para a operação do empreendimento (barragem Vacaria, complexo minerário e adutora)” (Pág. 2/2).

²⁰ Anexo 02. Em abril de 2017 o Governo do Estado de Minas Gerais, através do Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável, considerou o Projeto Ferro Vale do Rio Pardo - atualmente denominado Projeto Bloco 8 - como prioritário no Estado de Minas Gerais.

²¹ Protocolo em 10/02/2016. Processo IPHAN nº 01514.001726/2016-16

Na mesma data, o IPHAN/MG emitiu o Ofício nº 461/2018/DIVAP IPHAN-MG/IPHAN-MG-IPHAN que, ao endossar o estabelecido no Parecer Técnico nº 183/2018/COTEC IPHAN-MG/IPHAN, solicita o protocolado junto ao órgão, dos seguintes: **i)** Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (Nível III - PAIPA) para as áreas de implantação do complexo minerário, da adutora da barragem do rio Vacaria e da barragem do rio Vacaria, **ii)** após realização do PAIPA, protocolo do respectivo relatório - Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA), e ainda, **iii)** relatório completo das pesquisas de Diagnóstico Arqueológico Interventivo já realizadas no âmbito do processo IPHAN 01450.013880/2010-29, como documento anexo ao PAIPA.

Neste viés, em 22/08/2018, protocolou-se no IPHAN/MG o “*Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA) - Projeto Bloco 8*” (Anexo 04), elaborado de acordo com as solicitações constantes em documentação oficial produzida pelo IPHAN/MG, ao tempo que se apresentou o relatório completo das pesquisas de Diagnóstico Arqueológico Interventivo já realizadas no âmbito do processo IPHAN 01450.013880/2010-29, em atendimento ao Ofício nº 461/2018/DIVAP IPHAN-MG/IPHAN-MG-IPHAN.

No presente momento, aguarda-se a avaliação e emissão de Parecer Técnico do IPHAN/MG e, sequencialmente a publicação da portaria federal autorizativa de pesquisa no D.O.U. conforme trâmites habituais, para realização dos trabalhos de campo e elaboração do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAIPA) com vista ao completo atendimento do estabelecido pelo IPHAN/MG na presente fase do licenciamento cultural.

6.3.7.2 - O contexto arqueológico na Área de Estudo

Nos municípios envolvidos, observamos o registro de 45 sítios arqueológicos de acordo com o banco de dados do CNSA/IPHAN. Deste total de sítios arqueológicos registrados, 96% (43 sítios) encontram-se inseridos no município de Grão Mogol, enquanto os municípios de Padre Carvalho (01 sítio) e Fruta de Leite (01 sítio) reúnem os demais 4%, e o município Josenópolis não apresenta nenhum registro no banco de consultas.

O registro dos sítios arqueológicos nos municípios Fruta de Leite e Padre Carvalho decorre da realização dos trabalhos desenvolvidos durante o Programa de Diagnóstico Arqueológico no âmbito do antigo Projeto Vale do Rio Pardo (Anexo 04 - Processo IPHAN nº 01450.013880/2010-29).

Localizado no município de Fruta de Leite, o sítio arqueológico SM-01 (UTM 23K 758167E / 8207976N) caracterizou-se como um sítio arqueológico histórico, sendo possível identificar mais de uma fase de construção na edificação, praticamente em ruínas. Em levantamento oportunístico, a equipe foi informada que o local se refere à antiga casa de um dos ex-prefeitos de Grão Mogol.



Foto 6.3.7-1 - Sítio arqueológico histórico SM - 01



Foto 6.3.7-2 - Detalhes da construção - base da estrutura
 Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2012

Já no município de Padre Carvalho, efetuou-se o registro do sítio pré-histórico SM - 02 (UTM 23K 771290E / 8220393N). O sítio, lito-cerâmico, situa-se em área onde são notados vários episódios de interferência antrópica, sendo o mais impactante, aparentemente, a utilização de maquinário (atividade de gradeamento) na preparação do solo para plantio de milho e feijão e queimadas. No total foram registradas doze (12) peças nos sítio, sendo que os vestígios líticos se traduzem em lascas e fragmentos de quartzo hialino e leitoso, e o material cerâmico apresentou fragmentos de dimensões variadas, sendo notada decoração plástica em um (01) desses. Todavia a realização de prospecções sistemáticas de superfície na área do sítio, nenhum material arqueológico foi registrado em profundidade.



Foto 6.3.7-3 - Sítio Arqueológico SM - 01

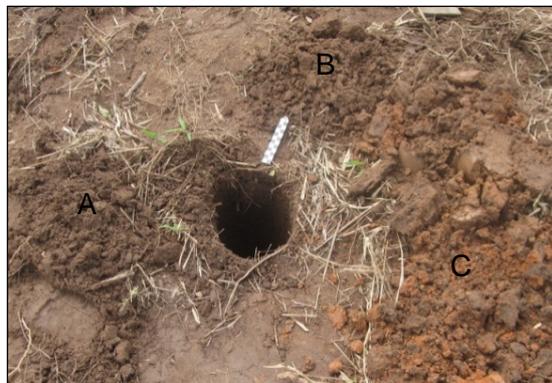


Foto 6.3.7-4 - Sondagem: prospecção subsuperficial na área do sítio
 Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2012



Foto 6.3.7-5 - Amostra do material lítico coletado



Foto 6.3.7-6 - Amostra do material cerâmico coletado
Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2012

Os sítios arqueológicos registrados no município de Grão Mogol formam a grande maioria nos cadastros. Dos 43 sítios, 39 registram informações sobre a categoria e implantação na paisagem dos sítios bem como, a natureza dos vestígios.

O registro dos sítios arqueológicos nos municípios Fruta de Leite e Padre Carvalho decorre da realização dos trabalhos desenvolvidos durante o Programa de Diagnóstico Arqueológico no âmbito do Projeto Vale do Rio Pardo (Anexo 04 - Processo IPHAN nº 01450.013880/2010-29).

Localizado no município de Fruta de Leite, o sítio arqueológico SM-01 (UTM 23K 758167E / 8207976N) caracterizou-se como um sítio arqueológico histórico, sendo possível identificar mais de uma fase de construção na edificação, praticamente em ruínas. Em levantamento oportunístico, a equipe foi informada que o local se refere à antiga casa de um dos ex-prefeitos de Grão Mogol.



Foto 6.3.7-7 - Sítio arqueológico histórico SM - 01



Foto 6.3.7-8 - Detalhes da construção - base da estrutura
Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2012

Já no município de Padre Carvalho, efetuou-se o registro do sítio pré-histórico SM - 02 (UTM 23K 771290E / 8220393N). O sítio, lito-cerâmico, situa-se em área onde são notados vários episódios de interferência antrópica, sendo o mais impactante, aparentemente, a utilização de maquinário (atividade de gradeamento) na preparação do solo para plantio de milho e feijão e queimadas. No total foram registradas doze (12) peças nos sítio, sendo que os vestígios líticos se traduzem em lascas e fragmentos de quartzo hialino e leitoso, e o material cerâmico apresentou fragmentos de dimensões variadas, sendo notada decoração plástica em um (01) desses. Todavia a realização de prospecções sistemáticas de superfície na área do sítio, nenhum material arqueológico foi registrado em profundidade.



Foto 6.3.7-9 - Sítio Arqueológico SM - 01

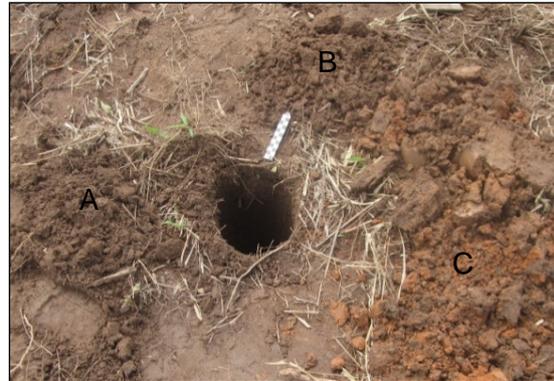


Foto 6.3.7-10 - Sondagem: prospecção subsuperficial na área do sítio

Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2012



Foto 6.3.7-11 - Amostra do material lítico coletado



Foto 6.3.7-12 - Amostra do material cerâmico coletado

Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2012

Os sítios arqueológicos registrados no município de Grão Mogol conforme observado no Quadro 6.3.7-1, formam a grande maioria nos cadastros. Dos 43 sítios, 39 registram informações sobre a categoria e implantação na paisagem dos sítios bem como, a natureza dos vestígios.

A contar com as informações levantadas no CNSA/IPHAN, notamos que os sítios arqueológicos implantados a céu aberto correspondem a sítios onde foram identificados vestígios líticos (material lascado) e que os sítios implantados em abrigos sob rocha estão sempre associados à presença de arte rupestre (pintura e/ou gravura).

A partir dos gráficos é possível notar que a quase totalidade de sítios registrados no município de Grão Mogol relaciona-se a presença da arte rupestre e, em consulta a bibliografia especializada, o alcance da informação sobre os sítios arqueológicos no município também se firma sobre esta especificidade. São poucos os documentos científicos relacionados à arqueologia e seu estudo no município de Grão Mogol, sendo que majoritariamente os registros trazem informações pontuais sobre os sítios arqueológicos ou, citações sobre estes, inseridos no contexto arqueológico da região norte de Minas Gerais.

Inseridos no Programa Vale do Jequitinhonha, Carvalho e Seda (1982) descrevem alguns sítios arqueológicos registrados em Grão Mogol. São os sítios e suas descrições:

- Sítio Arqueológico Pedra do Veado (MG-SJ-1): incluído no Programa Vale do Jequitinhonha, o sítio sobre o suporte rochoso arenito, é de acesso fácil e formado por 03 blocos seguidos (o 1º à 50m do 2º, e este à 80m do 3º), apresentando figuras rupestres (pintura) nas paredes e tetos, na coloração vermelho, com representações de temática não figurativas, astronômicas, geométricas, zoomorfas, efetuadas a partir das técnicas linear e silhueta, em tratamento esquemático, registrando baixo estado de conservação.
- Sítio Arqueológico Lapa Maria das Neves (MG-SJ-2): incluído no Programa Vale do Jequitinhonha, o sítio de acesso fácil, é formado um paredão em calcário, com cerca de 100 metros de extensão e vários abrigos no entorno, apresentando figuras rupestres (pintura) nas paredes e tetos em todos os abrigos, nas colorações vermelho, preto e amarelo, com representações de temática não figurativas, zoomorfas, efetuadas a partir das técnicas linear e silhueta, em tratamento esquemático, registrando bom estado de conservação. Com o registro de material lítico no Abrigo nº 04, o sítio foi localizado em 14/07/1974.
- Sítio Arqueológico Pedra do Altino (MG-SJ-5): incluído no Programa Vale do Jequitinhonha, o sítio de bom acesso, é formado por um bloco calcário de dimensões 3,05 x 2,50 metros, apresentando figuras rupestres (pintura), na coloração vermelha, com representações de temáticas não figurativas, zoomorfas, efetuada a partir da técnica linear. Com bom estado de conservação, as pinturas notadas incluem apenas um pássaro (bem realista) e alguns traços verticais e horizontais. O sítio foi localizado em 12/07/1974.

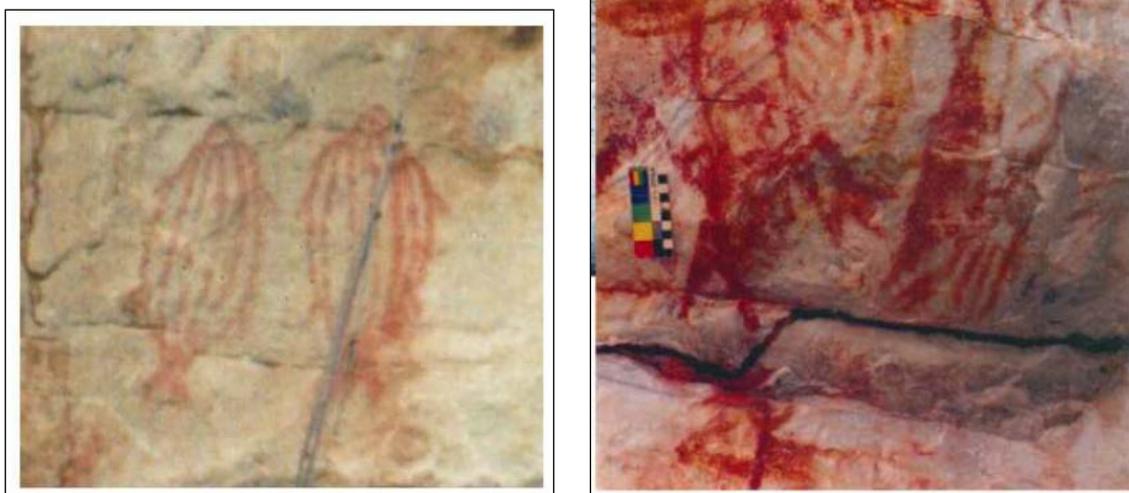
O Volume 4-5 dos Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (1979/1980: 228) apresenta um o catálogo dos sítios em colaboração com o Instituto de Arqueologia Brasileira, onde observamos o registro de 05 sítios arqueológicos no município de Grão Mogol, entretanto, sem detalhamentos.

FIGURA 16.3.7-1 - Registro de sítios arqueológicos: Grão Mogol

GRÃO MOGOL	Pedra do Veado IAB Sítio do Jambreiro. CETEC. MG-SJ-1	abrigo	prosp. IAB. 1973 prosp. CETEC 1980	Carvalho e Cheuiche ' 1976. Carvalho e Seda 1981 no prelo. Dias ' Jr. 1975. Projeto Jequitinhonha CETEC 1980.
	Lapa Maria das Neves. MG-SJ-2	abrigo	prosp. IAB. 1974	Carvalho e Cheuiche ' 1976; Carvalho e Seda 1981 no prelo; Dias ' Jr. 1975.
	Pedra do Altino MG-SJ-5	abrigo	prosp. IAB. 1974	Ibidem
	Vargem dos Quarteis. MG-SJ-26	abrigo	prosp. CETEC 1980	Relatórios do Projeto Jequitinhonha-Prous ; Paula 1980 .
	Lavra da Escura I e II. MG-SJ-27	abrigos	prosp. CETEC 1980	Idem

Fonte: MHNJB/UFMG, 1979/1980

Isnardis (2009) ressalta as semelhanças entre os grafismos da Tradição Planalto observadas em Santana do Riacho, na Serra do Cipó, na região de Grão Mogol e Diamantina, e aponta: “Certamente ha alguma afinidade cultural unindo autores de expressões gráficas com tais semelhanças (de ordem temática e gramatical, sobretudo, mas também estética e estilística).”



Fotos 6.3.7-13 e 6.3.7-14 - Figuras zoomorfas - Grão Mogol

Fonte: Isnardis (2009)

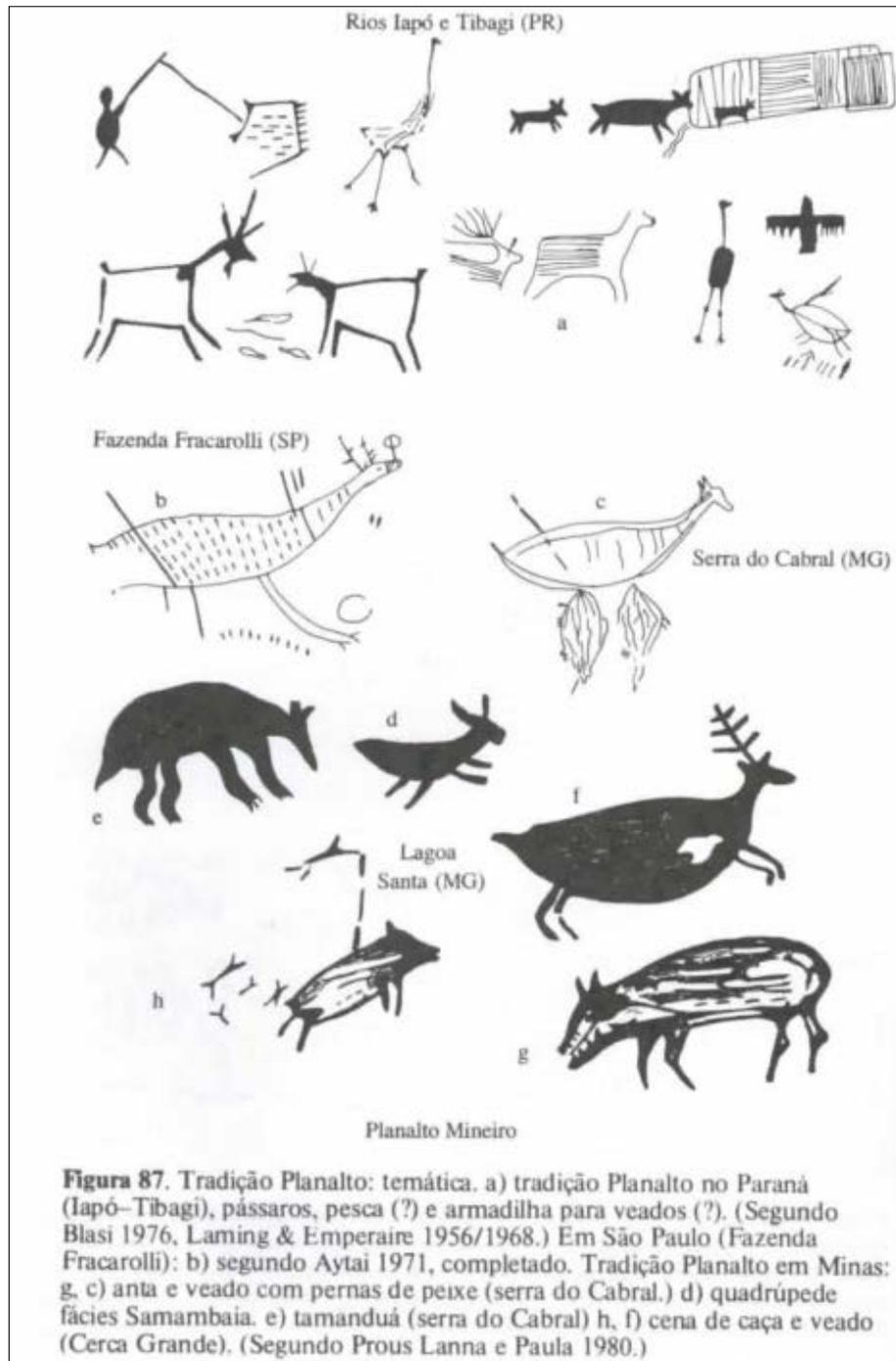
Em bibliografias especializadas, observamos citações sobre a arte rupestre na região de Grão Mogol que a filiam culturalmente a Tradição Planalto e a Tradição São Francisco.

- A Tradição Planalto

De acordo com PROUS (1992: 515-521) a tradição Planalto é definida a partir de mais de uma centena de sítios espalhados no planalto central brasileiro, desde a fronteira entre Paraná e São Paulo (rios Iapó e Tibagi) até o Estado da Bahia, sendo que seu foco principal parece estar no centro de Minas Gerais. A quase totalidade dos sítios só apresenta grafismos pintados, geralmente em vermelho (mais raramente em preto ou amarelo e, por vezes, em branco).

As figuras mais destacadas são sempre zoomorfos monocromáticos, cuja frequência pode ser muito alta, sendo raramente inferior à dos sinais geométricos; aparecem antropomorfos, também monocromáticos, em pequena quantidade, a não ser quando muito esquematizados. Nesse caso, formam conjuntos de pequenas figuras filiformes, que parecem cercar os zoomorfos. Entre os animais, os quadrúpedes são os mais representados particularmente pelos cervídeos (até dois terços dos zoomorfos em alguns grandes sítios, a totalidade em outros, menores).

FIGURA 6.3.7-1 - Tradição Planalto



Fonte: Prous (1992)

No centro mineiro, numerosos sítios foram estudados (Missão Franco-Brasileira em Lagoa Santa e pela UFMG, mais ao norte), havendo a existência de vários estilos regionais, alguns com fâcies locais. Alguns deles se caracterizam pelo tratamento dos zoomorfos, mais ou menos cuidadosa e naturalisticamente tratados (algumas figuras do alto Jequitinhonha ou da Serra o Cabral têm alto valor estético), enquanto os antropomorfos são apenas esboçados. Outros evidenciam quase exclusivamente as representações de cervídeos e peixes. Os sinais geométricos podem ser 'nuvens de pontos', 'bastonetes', 'pentes' etc. Em regiões de fronteiras há existência de influências externas (figuras bicrômicas, perto do Vale do São Francisco).

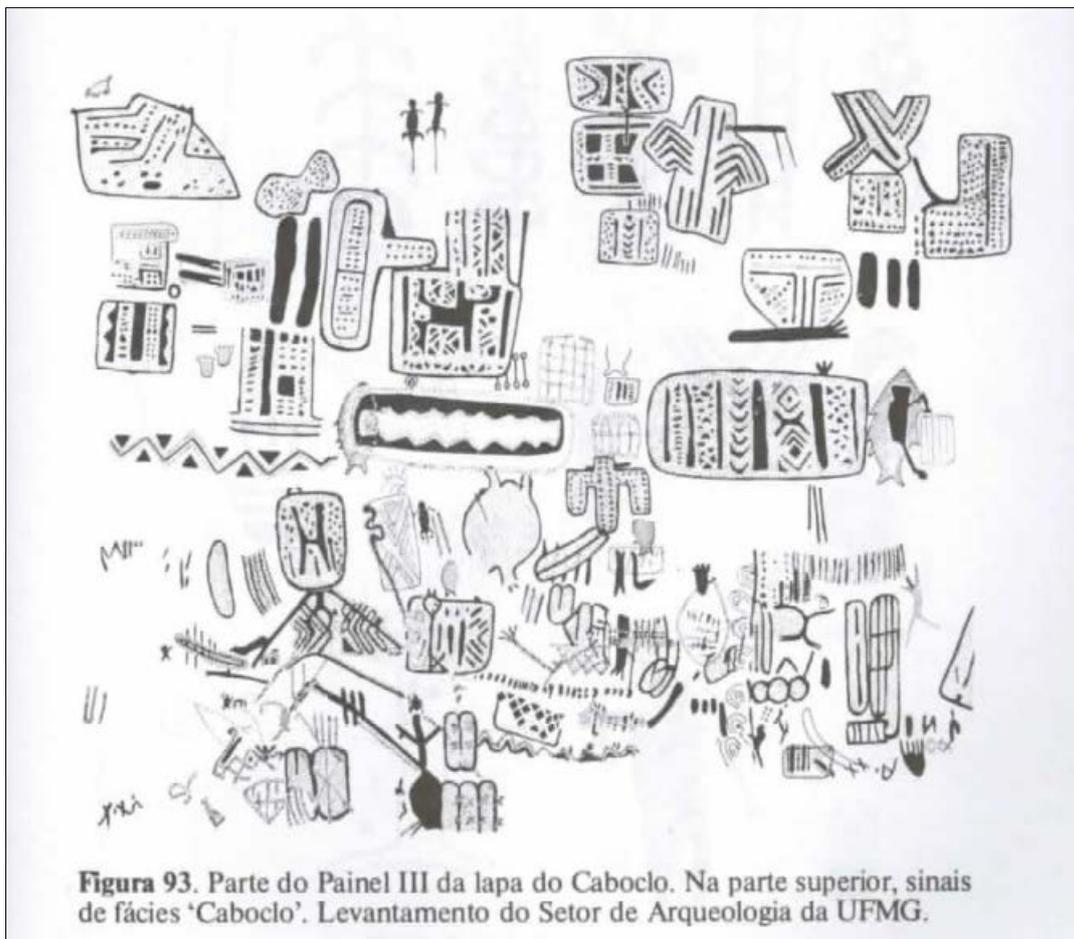
- A Tradição São Francisco

Segundo PROUS (1992: 525-527) a tradição São Francisco é representada no vale do São Francisco, em Minas Gerais, Bahia e Sergipe, bem como nos estados de Goiás e Mato Grosso.

Essa tradição é definida como uma tradição onde grafismos abstratos (geométricos) sobrepõem amplamente em quantidade os zoomorfos e antropomorfos, perfazendo entre 80% e 100% das sinalizações. Na quase totalidade dos casos (excluindo-se o estilo mais antigo), a utilização de bicromia é intensa nas figuras pintadas. Os raros zoomorfos são quase que exclusivamente peixes, pássaros, cobras, sáurios e talvez tartarugas. Notável é a ausência dos cervídeos, não existindo nenhuma cena, mesmo do tipo 'implícito', mas existem por vezes 'trocadilhos' entre biomorfos e sinais na região de Montalvânia, estado de Minas Gerais.

Variedades regionais e cronológicas são nítidas no extremo norte mineiro, onde são conhecidos quase 80 sítios com obras pertinentes a essa tradição; a extensão das pesquisas no vale do Rio São Francisco, tanto rio abaixo (Bahia e Sergipe), quanto rio acima (Arcos, Jequitaiá, Andrelândia), mostra que outras tradições deveriam ser definidas. A região norte mineira é caracterizada por representações de pés humanos, armas (lanças, propulsores) e instrumentos (cestas, tipiti, panela, maracás etc.), sem que haja cenas mostrando sua utilização.

FIGURA 6.3.7-2 - Tradição São Francisco



Fonte: Prous (1992)

Inseridos no contexto da arqueologia de contrato, notamos o registro de três sítios arqueológicos no município de Grão Mogol, constantes no banco de dados do CNSA (SM-17/Lapa da Promessa, SM-18 e SM-19). Tais registros decorrem da realização dos trabalhos desenvolvidos durante o Programa de Diagnóstico Arqueológico no âmbito do Projeto Vale do Rio Pardo (Processo IPHAN nº 01450.013880/2010-29) e estudo direcionados ao aprofundamento da investigação arqueológica estão previstos para nova fase de trabalho, em projeto apresentado ao IPHAN/MG22, em continuidade ao processo de Licenciamento Cultural do empreendimento em voga. São os sítios apresentados a seguir.

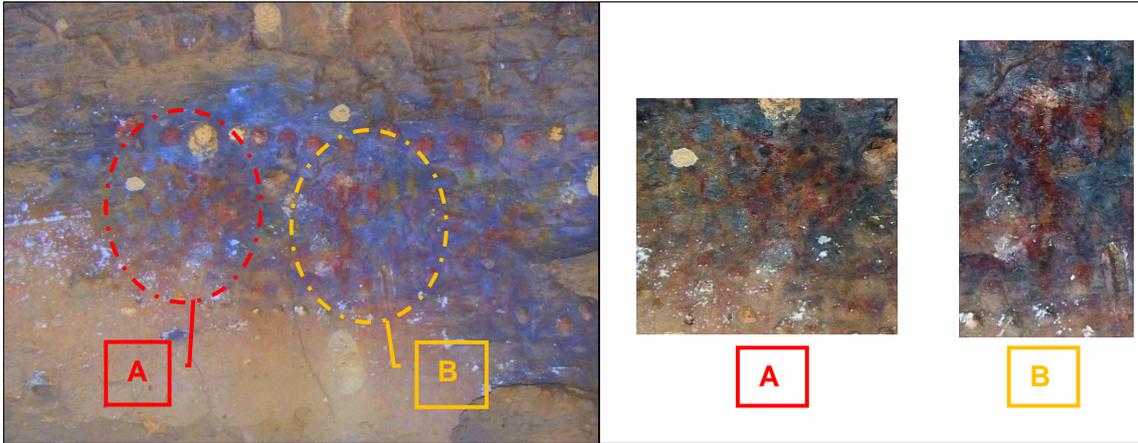
- Sítio Arqueológico SM-17/Lapa da Promessa

GPS: 23K 742071/ 8200971 - 881 metros
Município: Grão Mogol
Área do Empreendimento: Complexo Minerário
Situação em relação ao projeto: AID
Estado: Minas Gerais

Localizado na AID do complexo minerário, a cavidade apresenta, na entrada, duas aberturas em arco, voltadas ao sentido Sudoeste, que se expandem em um salão, onde percebe-se luminosidade somente nos primeiros metros, sendo consideradas suas demais extensões (pequenos salões, canais e dutos), subafóticas - todas averiguadas.

Em superfície, o sedimento registrou textura areno-siltosa, coloração castanho acinzentado, compactação e umidade baixas, sendo homogêneo e não apresentando serosidade. Ressalta-se o intenso brilho do sedimento justificado pela formação rochosa no local.

Com aproximadamente 70 m², o sítio arqueológico registrou pinturas rupestres nas colorações amarelo e vermelho, gravuras (cupules) e marcas de incisões (sulcos geralmente organizados e uniformes, no sentido vertical e horizontal), inseridos na cavidade, assim como nos arcos da entrada e nos arcos de passagem entre salões da mesma. Para além, foram ainda registrados icnofósseis os quais passaram por estudo e registro de especialistas, sendo a cavidade classificada em termos de relevância dos aspectos paleontológicos segundo os preceitos da IN-MMA 2/2009.



Fotos 6.3.7-15, 6.3.7-16 e 6.3.7-137- pinturas e gravuras rupestres registradas no S.A. Lapa da Promessa

Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2012



Fotos 6.3.7-18 e 6.3.7-19 - pinturas e gravuras rupestres registradas no S.A. Lapa da Promessa

Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2012

- Sítio Arqueológico SM-18

GPS: 23K 743067 / 8200597 - 881 metros
Município: Grão Mogol
Área do Empreendimento: Complexo Minerário
Situação em relação ao projeto: AID
Estado: Minas Gerais

Localizado na AID do complexo minerário do Projeto Bloco 8, a cavidade de dimensões reduzidas e difícil acesso, apresentou possíveis fragmentos de material lítico, que mostraram, aparentemente, polimento. Tal material foi coletado em porção subafótica da cavidade e mostrou-se carregado e lavado.



Foto 6.3.7-20- área de coleta de material no S.A. SM -17



Foto 6.3.7-21- entrada da cavidade que dá acesso ao S.A. SM -17

Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2012

O SM-19 caracterizou-se como um sítio lítico, altamente modificado por atividades antrópicas, inscrito em alta vertente e próximo a uma nascente. Conforme cita relatório final do Diagnóstico Arqueológico Interventivo: “O sítio foi completamente destruído pela passagem de maquinários, abertura de estradas e efeitos tafonômicos decorrentes do plantio de eucalipto”.

6.3.7.3 - Patrimônio Cultural Material e Natural

Segundo o IPHAN/MG, o patrimônio material protegido, a partir de sua tutela federal, é composto por um conjunto de bens culturais, classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação - como o Registro e o Inventário - além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos²³ e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN).

As relações dos patrimônios materiais tombados pelo IPHAN, em suas diversas naturezas, podem ser acessadas a partir de variados bancos de dados disponibilizados pelo órgão. Nestes moldes, procedemos com levantamento de dados detalhado, a partir bases variadas, a saber:

²³ Tratado especificamente no item 1.7.2 do presente documento.

Arquivo Noronha Santos

Considerando-se as informações constantes no citado banco de dados para o Estado de Minas Gerais, aponta-se nulidade de registros para os municípios de Josenópolis, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Grão Mogol, os quais abrangem o empreendimento em tela.

Lista dos Conjuntos Urbanos Protegidos

Considerando-se as informações constantes no citado banco de dados para o Estado de Minas Gerais, aponta-se nulidade de registros para os municípios de Josenópolis, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Grão Mogol, os quais abrangem o empreendimento em tela.

Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938 - 2018)

Para o Estado de Minas Gerais, observamos mais de trezentos (300) registros, em estágios diferenciados de instrução.

Relacionado ao Projeto Bloco 8, observando-se os municípios em sua área de abrangência, aponta-se a nulidade de qualquer registro nos municípios de Josenópolis, Padre Carvalho e Fruta de Leite e um (01) registro para o município de Grão Mogol²⁴, registrado na classe Conjunto Urbano, descrito como “Conjunto Cultural, histórico, artístico e ambiental Grão Mogol”, apresentando estágio de instrução “Indeferido”.

Lista dos Museus e Acervos Tombados pelo IPHAN.

Considerando-se as informações constantes no banco de dados do IPHAN para o Estado de Minas Gerais, aponta-se nulidade de registros para os municípios de Josenópolis, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Grão Mogol, os quais abrangem o empreendimento em tela.

Direcionados ao Patrimônio Natural, os quais constam no banco de dados disponibilizado pela **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938 - 2018)** bem como os citados como **Patrimônio Mundial Cultural e Natural** com chancela do IPHAN, mais uma vez apontamos a nulidade de registros para os municípios que abrange a área do Projeto Bloco 8.

Nestes moldes, considerando o profuso levantamento realizado sobre as bases disponíveis, direcionadas aos bens de natureza material e natural, observa-se:

- em relação ao singular registro observado no município de Grão Mogol remetido à classe de “Conjunto Urbano” - de localização na zona urbana do município - ponderando-se sobre o estabelecido estágio de instrução como “indeferido” no banco de dados consultado²⁵, ressalta-se que o registro está localizado a mais de 100 km das áreas de influência ADA e AID de qualquer estrutura planejada no Plano Diretor do Projeto Bloco 8.

²⁴ - Apontamos que o Centro Histórico de Grão Mogol recebeu tombamento no âmbito estadual no ano de 2016, sendo assim reconhecido como patrimônio cultural de Minas Gerais.

²⁵ - <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf>

- com bases sobre esta observação e evidentemente, sobre toda a pesquisa elaborada, conclui-se a não identificação de impactos a qualquer bem cultural de natureza material (inseridos nas classes apresentadas neste item²⁶) e natural, a partir da instalação e operação do empreendimento “Projeto Bloco 8”.

6.3.7.4 - O Patrimônio Imaterial

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - define que “os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, assim como reconhece a inclusão no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial, Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Este documento, denominado Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial (RAIPI), é parte do processo de Licenciamento Cultural junto ao Iphan - no âmbito do Licenciamento Ambiental - do empreendimento *Projeto Bloco 8*²⁷, de responsabilidade da empresa SAM Metais S.A, o qual atende o Termo de Referência Específico (TRE) emitido pelo citado órgão em resposta a análise de Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), com bases no que estabelece a Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015.

Assim, o presente documento trata do levantamento acerca do Patrimônio Cultural Imaterial apontado nos municípios sob influência do empreendimento, a saber: Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Fruta de Leite, localizados no Estado de Minas Gerais.

Com vista à realização dos estudos a seguir descritos, consideramos três escalas de abrangência:

- i) Área Diretamente Afetada (ADA): constituída pela área de terreno diretamente afetada pelas obras necessárias à implantação do empreendimento, entendida como área de uso e ocupação do empreendimento em suas estruturas “complexo minerário”, “adutora da barragem do rio Vacaria”, “barragem do rio Vacaria” e, “adutora de Irapé”;

²⁶ - Considerando-se que o Patrimônio Arqueológico foi apresentado em item anterior, a saber: 6.3.7.1

²⁷ - PA IPHAN/MG nº 01514.001726/2016-16

- ii) Área de Influência Direta (AID): perímetros das sedes urbanas dos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Fruta de Leite, do núcleo rural Vacaria/Ponte Velha, do núcleo rural de Campo de Vacarias e do distrito do Vale das Cancelas; perímetro da área do traçado da linha de transmissão e adutora de Irapé em Josenópolis; e,
- iii) Área de Influência indireta (AII): perímetros municipais de Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Fruta de Leite.

6.3.7.4.1 - Metodologia

→ Levantamento e Registro do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial

Para o presente item faz-se necessário o entendimento que ao longo do percurso do Licenciamento Cultural do presente projeto, no que se direciona ao Patrimônio Imaterial, foram realizadas campanhas de campo bem como, produzidos relatórios acerca do Patrimônio Imaterial nos anos de 2012, 2013, 2014, 2016 e 2018.

Nestes moldes, a metodologia aqui exposta, abriga informações coletadas pelas consultorias Brandt Meio Ambiente (2012, 2018) e IC Ambiental (2013, 2014, 2016), as quais podem ser condensadas em etapas de campo e gabinete, a seguir detalhadamente descritas.

Etapa: Gabinete (Fase 01)

- Levantamento dos dados secundários (fontes bibliográficas, como pesquisas acadêmicas, publicações especializadas, documentos do IPHAN e IEPHA, entre outros), objetivando o embasamento específico sobre a contextualização histórica e cultural da área de estudo;
- Preparação de bases georreferenciadas, utilizando imagens de satélite;
- Elaboração de mapas temáticos, com informações necessárias à análise espacial da dinâmica sociocultural em relação ao empreendimento e ao contexto municipal.

Etapa: Campanhas de campo

Campanhas de campo foram realizadas entre os anos de 2012, 2013, 2014 e 2018, as quais consistiram em visitas à Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII), para conhecimento e conjunturas em relação à localização dos Bens de Natureza Imaterial e obtenção de informações acerca dos bens em questão. Esta etapa compreendeu as seguintes atividades:

- Levantamento de informações e dados em instituições públicas e privadas dos municípios de Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Fruta de Leite, tais como: Prefeituras Municipais, Secretarias de Cultura, CRAS, casas paroquiais, associação de moradores. Tais informações visavam dados relativos à História e ao Patrimônio Cultural Imaterial dos municípios, bem como aspectos que integram a dinâmica social, de forma a complementar e confirmar a caracterização feita a partir de fontes secundárias;
- Realização de entrevistas com os detentores dos bens imateriais (membros da comunidade e de instituições dos municípios) de Grão Mogol, Padre Carvalho e Fruta de Leite, e ainda, com pessoas relacionadas a estes bens;

- Registro textual e fotográfico das referências culturais, quando possível;
- Para os bens culturais cuja recriação se dá em momentos específicos do ano e que, portanto, não puderam ser diretamente visualizados pela equipe, buscou-se ter acesso a fotografias feitas pelos próprios detentores dos bens;
- Coleta de coordenadas geográficas, para os pontos relevantes identificados nas áreas de influência do empreendimento.

Cabe ressaltar, contudo, que poucas informações foram obtidas, tanto em relação às fontes secundárias, quanto às fontes primárias, e não existe nenhum bem cultural de natureza imaterial acautelado na região de estudo. As informações obtidas até o presente se mostraram incipientes, principalmente em termos de fontes; consistiram em históricos e inventários ainda em fase de elaboração e entrevistas junto a instituições locais. Para além, os planos de inventário dos municípios²⁸ encontram-se ainda em fase primária de elaboração, não atendendo aos critérios solicitados pelos órgãos fiscalizadores.

A visita de campo permitiu a avaliação e confirmação *in loco* da área e a identificação de bens imateriais significativos e característicos da região, o que já havia sido realizado, em grande parte, na 1ª etapa de pesquisa, Gabinete (Fase 01). Em razão da carência de referências textuais e fotográficas, as informações obtidas a partir das fontes orais, realizadas junto às comunidades locais, fizeram-se significativas na identificação e a descrição dos bens imateriais aqui observados.

Etapa: Gabinete (Fase 02)

Tal etapa laborou sobre a organização sistematização e processamento dos dados primários, nos quais foram incorporados aos dados levantados na etapa Gabinete (Fase 01) - quando do levantamento dos dados secundários.

A identificação e a caracterização da dinâmica sociocultural forneceram subsídios para a análise integrada da área em estudo, o que embasou a avaliação acerca das manifestações culturais identificadas e dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento.

6.3.7.4.2 - Caracterização Histórica e Territorial da Área de Pesquisa

A área de pesquisa referente ao empreendimento está localizada na Região Hidrográfica do Atlântico Leste (ANA, 2018²⁹), Unidade Hidrográfica Pardo Jequitinhonha (ANA, 2015³⁰: 30), mais precisamente na Bacia Hidrográfica do rio Jequitinhonha. O território dos municípios investigados pelo estudo em tela integra a Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (IBGE, 2017³¹), enquanto os municípios de Grão Mogol e Josenópolis estão inseridos na Região Geográfica Imediata de Montes Claros e os municípios de Fruta de Leite e Padre Carvalho pertencem a Região Geográfica Imediata de Salinas (IBGE, 2017³²).

²⁸ - Documentos elaborados pelas Prefeituras Municipais.

²⁹ - <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/todos-os-documentos-do-portal/documentos-spr/mapas-regioes-hidrograficas/atlantico-leste-para-site-ana-a0.pdf> Consulta em 19/11/2018

³⁰ - Agência Nacional de Águas (Brasil). Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras - Edição Especial. - Brasília: ANA, 2015.

³¹ - https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/ Consulta em 19/11/2018

³² - Idem ao anterior

Segundo a literatura, as origens remotas da região do Norte de Minas, onde atualmente situam-se os municípios da área de estudo, remonta ao desbravamento destes “sertões” pelo castelhano Francisco Bruzza Espinosa, convocado pelo Governador Geral Tomé de Souza, ainda no Século XVI.

Quanto ao período pré-colonial ou pré-histórico da região e os indígenas que já a ocupavam, vários são os indícios arqueológicos que sugerem uma correlação dos povos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê, especialmente os Xacriabás, e os grupos que habitaram o Cerrado.

“[...] a distribuição geográfica original do tronco Macro-Jê coincide em larga medida com a área nuclear de Cerrado, fortalecendo a hipótese de que esses seriam descendentes diretos dos habitantes pré-históricos do bioma - especialmente os povos de língua Jê” (NOGUEIRA, 2009).

De acordo com estudiosos da história de Minas Gerais - dentre as poucas fontes encontradas acerca desta região - Diogo de Vasconcelos menciona que:

“internaram-se os sertanistas, como convinha a um país inteiramente desconhecido, com todas as cautelas; e depois de muito andarem, chegaram ao Rio Grande (Jequitinhonha), de onde subiram e prolongaram uma dilatada serra, até onde nasce o rio das Ourinas (Rio Pardo) [...]. Tal foi a primeira expedição que devassou nosso território [...]. A dilatada serra que prolongaram, foi a de Grão Mogol, da Itacambira, das Almas [...]” (VASCONCELOS, 1999).

Como registro da ocupação oficial da região, autores apontam que a referência é datada de 16 de janeiro de 1734, quando da concessão da primeira sesmaria em nome do Capitão Inácio de Souza Ferreira. No Século XIX, em petição datada de 05 de abril de 1830, o Capitão-Mor Theodoro de Sá declarou ser proprietário da fazenda Pé da Serra, hoje Matrona, distrito do município de Salinas.

Assim, o efetivo processo de ocupação do Norte de Minas teve seu início no Século XVII, a partir do movimento de expansão da pecuária, ao longo do Rio São Francisco. Entre os Séculos XVII e XVIII, a região recebeu a presença de vaqueiros, originários da Bahia e de Pernambuco e por bandeirantes paulistas. “A diversidade de grupos indígenas que aí habitava foi dizimada, restando hoje descendentes dos Xacriabás, no município de Itacarambi.” (PEREIRA, 2007). Distante do litoral e não propício ao cultivo da cana-de-açúcar, estas são apontados por historiadores como razões para o desinteresse da Coroa Portuguesa pela região. Assim, o fornecimento de gado e derivados da pecuária, eram destinados às regiões canavieiras e, depois, para a área da mineração.

A matriz da formação do Norte de Minas é a grande fazenda de criação de gado, mas outras atividades também foram responsáveis pela ocupação do espaço e formação de cidades, a exemplo da mineração de pedras preciosas em certas localidades, como Grão Mogol, e a agricultura exercida por camponeses em conjunto com a pecuária (COSTA, 1997).

O Norte de Minas é um espaço singular no contexto estadual, permeado de contradições e peculiaridades, seja por suas características fisiográficas, seja pelas condições socioeconômicas ou, ainda, pela constante intervenção estatal que nele tem ocorrido. Tal região é ora descrita como cheia de potencialidades, ora como bolsão de pobreza. Grande parte dos estudos acerca da região a relaciona com a pobreza, a seca, a marginalização, o isolamento regional, a dependência dos municípios frente às transferências da União e do Estado, o que a aproxima mais do Nordeste brasileiro do que do Sudeste.

Até os anos de 1950 esta visão prevaleceu e, talvez por esta razão, pode-se afirmar da existência de um pensamento que apostava em potencialidades a serem desenvolvidas. Assim, a implantação da ferrovia na década de 1920 foi importante marco da esperada chegada do progresso na região, trazendo consigo a instalação da energia elétrica, a implantação de várias escolas e de infraestrutura, como rodovias.

“Nessa época, em sintonia com o ideário desenvolvimentista que tomava conta do país, os grupos dirigentes do Norte de Minas articularam-se para atrair à região os recursos estaduais e federais, principalmente para o setor de energia e transportes, bem como a indústria. Essa última, por sua vez, implicaria a inserção definitiva da região no tão sonhado desenvolvimento. Para tanto, houve a preocupação em identificar essa área com as imagens de progresso, urbanidade e “civilização” (PEREIRA, 2007).

Entretanto, a partir de 1959, quando da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - por Juscelino Kubistcheck, direcionava-se o Norte de Minas novamente à identidade da região Nordeste, sendo categorizada como “região das secas” e do “abandono”, apesar do seu “grande potencial inexplorado”. As oligarquias locais têm um papel preponderante neste processo, constatando-se um aprofundamento das relações de dependência entre o município e os governos estadual e central, ao mesmo tempo em que são fortalecidas as lideranças locais.

O Norte de Minas só recebeu efetivamente os recursos da Superintendência a partir de 1965. Os incentivos do Poder Público, estadual e federal, foram destinados à modernização do campo e à industrialização. No campo, os investimentos concentraram-se nas fazendas de criação de gado, nos grandes projetos de irrigação e nas atividades de reflorestamento.

No que diz respeito à configuração territorial atual, a região do Norte de Minas, é resultado de um processo histórico de fragmentação municipal. Apesar de durante o período militar ter havido uma desaceleração do processo de criação de municípios, a Constituição de 1988 veio reverter este quadro. Aos estados coube a responsabilidade pela incorporação, fusão e desmembramento de municípios, num processo de descentralização dos poderes da União.

Minas Gerais foi um dos estados que emancipou um maior número de municípios. O ano de 1962 representou um aumento substancial no número de municípios - 237 novos municípios - no estado de Minas Gerais, criados sem plebiscito, com o único objetivo de aumentar a participação do estado nas receitas de impostos federais (CARVALHO, 1995). O estado de Minas Gerais era constituído, em 1980, por 722 municípios e, em 1995, este número subiu para 853, denotando a intensa fragmentação territorial ocorrida na década de 1990 (PEREIRA, 2007).

Neste contexto de incentivo maciço à emancipação de distritos na década 90 em Minas Gerais aponta-se o caso dos quatro municípios objetos de estudo deste documento: Grão Mogol, Fruta de Leite, Padre Carvalho e Josenópolis.

→ **Fruta de Leite**

Após as primeiras incursões no território do Norte de Minas por desbravadores à procura de pedras preciosas no Século XVI, entre eles Francisco Espinosa, somente no século seguinte parece ter sido o início da ocupação desta região. Em 1663, o Conde da Ponte obteve a concessão de uma sesmaria e por volta de 1698, Antônio Luiz dos Passos, também desbravador, instalou uma fazenda de criação de gado às margens do Rio Pardo. A partir daí, iniciou uma incursão por toda a região à procura de riquezas, chegando até o Rio Salinas, que recebeu este nome pelo fato de os animais serem vistos lambendo o chão, devido às minas de sal-gema. Espalhando-se a notícia rapidamente, inúmeros baianos e mineiros dirigiram-se a esta região, iniciando assim o povoamento do atual município de Salinas, do qual Fruta de Leite se emancipou.

Cabe ressaltar, contudo, que as fontes acerca dos primórdios do município podem ser apontadas como escassas. O que mais se sabe acerca da história de Fruta de Leite refere-se ao Século XX, por volta de 1935. A constante passagem de cavaleiros, boiadeiros, tropeiros e feirantes pela região proporcionou o aparecimento de uma estrada que ligava Salinas às fazendas de Vacarias, Ribeirão do Jequi, Caiçara, Roça do Mel, Jabuticaba, Cedro e Brejo das Almas (atual Francisco Sá), chegando a Montes Claros, a “estrada boiadeira”. Em determinado trecho deste caminho havia uma árvore de grande porte cujo fruto expelia uma substância leitosa, que popularmente ficou conhecida como “fruta de leite”.

E era justamente neste ponto que os viajantes montavam acampamento, o que acabou tornando o local conhecido.

Por esta época, Cipriano Moreira e Custódio Ferreira eram proprietários, respectivamente, das fazendas Jabuticaba e Cedro, situadas nas proximidades da árvore da fruta de leite. Os dois fazendeiros resolveram, então, construir um cemitério e uma capela ali perto, capela esta construída em adobe e cobertura de telhas e onde todo primeiro domingo do mês reuniam-se os fazendeiros da região. Nestes encontros rezava-se o terço e depois se realizava um leilão beneficente para arrecadar fundos para a ampliação da capela. Estas reuniões ficaram conhecidas como “Domingas” e à medida que atraíam mais adeptos, foi-se conformando o povoado em 1937, cuja topônimo passou a ser justamente Fruta de Leite. O terreno para a criação do povoado foi doado à Santa Isabel pelo mesmo Custódio Ferreira e por Vicente José dos Santos, no qual foram construídas, inicialmente, duas casas, sendo uma a “casa da santa”. E assim, sucessivamente, outras casas foram erguidas pelo Sr. Moisés de Souza Franco, de Lagoa de Baixo, pelo Sr. Antônio Santiago e pelo Sr. Clemente Rodrigues, pedreiro, responsável pela construção de algumas das moradias locais.

A primeira missa foi celebrada na localidade em 26 de agosto de 1937 pelo Frei Clemenciano, quando também aconteceu o primeiro casamento.

Em 1942, o Sr. Antônio de Castro Neto, de Salinas, muda-se para Fruta de Leite com o intuito de estabelecer ali um comércio, vindo a residir com a família, primeiramente, na Casa da Santa. O armazém “Secos e Molhados”, como ficou conhecido, era abastecido por mercadorias vindas de Belo Horizonte e eram conduzidas até o local chamado “Entrocamento”, em Salinas. A partir daí, em razão da deficiência de transportes, chegavam até Fruta de Leite em uma carroça comprada pelo Sr. Antônio e puxada por um burro chamado Garoto. A loja do Sr. Antônio foi um marco importante para o crescimento e desenvolvimento do povoado.

Desmembrando-se de Salinas, o distrito foi elevado à categoria de município, mantendo a denominação de Fruta de Leite, em 21 de dezembro de 1995.

→ **Padre Carvalho**

Apenas no Século XX, por volta de 1905, a ocupação em Padre Carvalho realmente se mostrou significativa, quando chegaram as primeiras famílias que se instalaram às margens do córrego Capim-Pubo. Foram estas as famílias de Heitor José dos Santos, Gregório José dos Santos, Sabino José dos Santos (o “Sabinão”) e Pedro José dos Santos, que fundaram a localidade primeiramente homônima ao córrego.

Em meados de 1908, Gregório dos Santos, em viagem pelas cidades vizinhas procurando recursos, encontra pelo trajeto um padre chamado José de Carvalho e o convida para celebrar uma missa em sua casa, em Capim-Pubo. Atendendo ao pedido, Padre José de Carvalho passou posteriormente a frequentar o local, que expandia sua população.

O ano de 1911 é importante referência para Capim-Pubo, pois é quando se constrói a capela e se ergue o cruzeiro, com as frequentes missas celebradas por Padre Carvalho, personalidade que exerceu grande influência para o desenvolvimento socioeconômico do povoado, que mais tarde recebeu o topônimo de Marianópolis, em decorrência de sua servidão de água ser proveniente do rio de mesmo nome.

Como santa padroeira, Padre José de Carvalho consagrou Nossa Senhora da Paz, detentora que era das terras do perímetro urbano do povoado, e fez doação de uma área de aproximadamente 561.44 hectares.

Em 1966 foi o povoado elevado à categoria de Distrito e em homenagem ao padre tão importante, foi estabelecida a denominação de Padre Carvalho. A emancipação se deu em 1995, quando se desmembrou de Grão Mogol, mantendo, todavia, a mesma denominação.

→ **Grão Mogol**

Após a primeira incursão ao território que compreende o município, por Francisco Bruzza Espinosa em meados do século XVI, um século depois, a bandeira de Fernão Dias Paes Leme buscando jazidas de esmeraldas assinala sua permanência nas terras de Grão Mogol, pela fundação do arraial de Itacambira, primeiro nome dado ao local (IBGE, 1959³³, p. 162).

³³ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Jurandyr Pires Ferreira (Planejamento e Orientação). Volume 25. 1959.

A história de Grão Mogol tem início no ano de 1768 com a descoberta de riquezas minerais na serra de Itacambiruçu. Seu povoamento tem origem a partir de uma expedição vinda do arraial do Tijuco (hoje Diamantina, MG) no ano de 1781, atraindo um grande número de pessoas de diversas regiões para o local em busca de diamantes. O povoado originado deste movimento passou a ser conhecido como Serra de Santo Antônio de Itacambiruçu, posteriormente arraial da Serra de Grão Mogol, também conhecida informalmente como “Serrinha” pertencendo ao município de Montes Claros de Formigas (IBGE, 1959). De acordo com o historiador Waldemar Barbosa (1995), o ano de 1781 foi também marcado por um conflito entre a tropa oficial de Antônio José de Araújo e os garimpeiros liderados por João da Costa Pereira, saindo estes últimos como vitoriosos.

“É obscura a origem do nome do município. Tradição corrente entre os mais antigos, diz que a primeira denominação dada ao lugar teria sido Grande Amargor, em razão das lutas frequentes, com grande morticínio, havidas entre os garimpeiros e as forças mantidas pela Coroa Portuguesa, para a fiscalização da saída dos produtos da mineração” (IBGE, 1959, p. 162).

O nome Grão Mogol parece ter sido uma referência a uma região diamantífera da Índia denominada de Condado de Grão Mogol. De acordo com o geólogo Frederich E. Renger (2004), a descoberta de diamantes foi feita pelo Sargento Mor José de Abreu Guimarães Motta que encontrou 31 pedras no rio Itacambiruçu, ainda segundo Renger, as pedras eram todas pequenas e chamadas de “olhos de mosquito”.

Já no século XIX, no ano de 1839, a Coroa Portuguesa envia “um representante para administrar a exploração das jazidas e comercialização dos seus produtos”. (FONSECA; LESSA, 2010, p. 262). Com intuito de fiscalizar o local, a Coroa transforma o arraial em Vila no ano de 1840 pela Lei Provincial nº171 e, em seguida a condição de distrito de Montes Claros.

Já no início do século XIX, Grão Mogol possuía notoriedade mundial por ter explorado a lavra de diamantes através do desmonte de rochas, conhecidas como Pedra Rica (CHAVES, *et.al*, S/D). A localidade foi a primeira no mundo a realizar esse tipo de mineração de diamantes.

Grão Mogol elevou-se à condição de cidade pela lei nº 859, de 14 de maio de 1858. Esta lei "menciona que a vila da 'Serra do Santo Antônio do Grão Mogol' é elevada a cidade, com a mesma denominação" (BARBOSA, 1995, p. 205). No final do século XIX um poderoso coronel da cidade chamado de Gualter Martins Pereira recebeu o título de barão de Grão Mogol pelos esforços que havia empreendido na Guerra do Paraguai (1864-1870). Ele foi o responsável pela construção da “Trilha do Barão” e da Igreja Matriz de Santo Antônio.

FIGURA 6.3.7-3 - Guálter Martins Pereira, Barão de Grão Mogol

Fonte: Prefeitura Municipal de Grão Mogol

Por muitos anos Grão Mogol se destacou como uma das cidades mais importantes do norte de Minas, no ano de 1960 ocorreu uma crise interna econômica na cidade decorrente da decadência da exploração de diamantes no local.

“A cidade já teve outrora a sua vida, a sua agitação, nos belos tempos em que os diamantes faiscavam nas bateias dos mineradores. A população era bem maior e estimativas de pessoas antigas admitem a existência, em outros tempos, de cerca de 12.000 habitantes na cidade que hoje não contará mais do que 1.000” (IBGE, 1959³⁴, p. 166.).

→ Josenópolis

A ocupação do território do atual município de Josenópolis data do início do século XX, com as fazendas de Manoel José Lino e Domingos Ramalho, no local conhecido como Barreiros ou Barreiras.

Das raras fontes de pesquisa sobre o município, sabe-se que, por volta do ano de 1911, o padre José de Carvalho se reúne com os fazendeiros locais - José Lino Martins, Manoel José Lino, José Luiz Gonzaga e José Fidelis - intuindo a construção de uma igreja, uma escola e um cemitério.

Conforme comprometimento do sacerdote, após a construção da igreja foi trazida uma imagem de São José, e assim o nome local se alterou para Josenópolis (IBGE, 2018³⁵).

³⁴ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Jurandyr Pires Ferreira (Planejamento e Orientação). Volume 25. 1959.

³⁵ - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/josenopolis/historico> Consulta em 19/11/2018

O arraial da Serra (atual Grão Mogol) servia de apoio à localidade como fornecedor de mantimentos, a partir de estrada aberta por Antônio Torneiro e um grupo de pessoas reunidas por ele (atual estrada Manoel Maria), o que em muito contribuiu para o desenvolvimento local.

Em 1962 (Lei estadual nº 2.764) Josenópolis é elevado à categoria de distrito, subordinado a Grão Mogol e, em 1995 (Lei estadual nº 12.030), se emancipa, tornando-se município com a mesma denominação.

Frente às poucas informações referentes ao contexto histórico do município de Josenópolis, tentamos levantar as informações junto às secretarias municipais de administração e educação do município bem como, junto à paróquia de São José, objetivando alcançar dados complementares. Entretanto, o esforço se mostrou infrutífero ao passo que não obtivemos retorno dos entes contatados.

6.3.7.4.3 - Identificação dos Bens Culturais de Natureza Imaterial

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Esta é a definição da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de Bens Culturais Imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551/2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Segundo o Decreto Federal n.º 3.551/2000:

Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Este registro se fará em um dos seguintes livros:

- I I. Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;*
- II II. Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;*
- III III. Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;*
- IV IV. Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.*

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

Artigo 8º - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização deste patrimônio.

De forma a complementar o Decreto Federal n.º 3.551/2000, a Portaria IEPHA nº 47, de 28 de novembro de 2008 dispõe sobre os procedimentos e normas internas de instrução dos processos de Registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG.

Diante do exposto, a categorização proposta para os bens de natureza imaterial são a seguir elencadas:

- Saberes;
- Celebrações;
- Formas de Expressão;
- Lugares.

O Estado de Minas Gerais foi pioneiro no desenvolvimento de uma política de destinação de recursos aos municípios, que atuam de forma efetiva na proteção do Patrimônio com a instituição do denominado ICMS Cultural, por meio da Lei Estadual n.º 12.040/1995, revogada e substituída pela lei n.º 13.803/2000. As pesquisas no âmbito do ICMS Cultural, que resultam em inventários, tombamentos, programas de Educação Patrimonial e laudos técnicos, tem possibilitado a ampliação do universo de bens culturais conhecidos no Estado, com a maior participação dos municípios.

No âmbito do Projeto Bloco 8, para a análise da dinâmica local e da interpretação dos agentes locais a ela atribuída, o conceito chave a ser utilizado é o de Referências Culturais.

Tal conceito, conforme proposto por FONSECA (2001, 2003) é fundamental para a reflexão acerca do patrimônio imaterial. Abrange objetos, práticas e lugares apropriados culturalmente por um determinado grupo ou comunidade e que são constituintes de sua identidade. Ele suscita a consideração dos sentidos e valores atribuídos pelos próprios detentores dos bens culturais, pois são estes atores sociais quem de fato podem afirmar a relevância patrimonial de elementos da sua cultura.

No tocante aos bens imateriais que desempenham o papel de “referência cultural” para as comunidades inseridas nas áreas de influência do empreendimento, os mesmos foram apontados por membros da comunidade e de instituições dos municípios objetos do estudo.

Nos quatro (04) municípios que abarcam o empreendimento - Grão Mogol, Josenópolis, Fruta de Leite, Padre Carvalho - estes bens apontam maior representatividade na categoria de Celebrações, a exceção do município de Padre Carvalho onde foi identificado um único bem imaterial registrado no âmbito dos estudos realizados para o ICMS Cultural no município, a saber, o registro federal (IPHAN/MG) da Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira.

O Quadro 6.3.7-1 apresenta os bens culturais imateriais levantados, de acordo com o município.

QUADRO 6.3.7-1 - Bens Imateriais identificados nos municípios pesquisados

Município	Bem identificado	Fonte
Grão Mogol	Festa de Nossa Senhora do Rosário	- Prefeitura Municipal - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura: Guilherme Meira Paulino - EIA Brandt, 2012
	Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade	
	Folia de Reis	
	Festa do Divino	
Padre Carvalho	Festa da Mandioca	- Diagnóstico do patrimônio cultural - Bens culturais imateriais. IC/Fevereiro de 2016 - Prefeitura Municipal/Secretaria de Cultura: Adailton Antônio Barbosa - CRAS: Priscila Soares da Rocha Oliveira - INRC dos Mestres e Grupos de Capoeira no Estado de Minas Gerais. IPHAN/MG
	Festa de Nossa Senhora da Paz	
	Festa de Santa Luzia	
	Festa de Bom Jesus	
	Festa de Nossa Senhora Aparecida	
	Festa de Santo Antônio	
	Folia de Reis	
Festa de Bom Jesus		
Fruta de Leite	Festa de Santa Isabel	- Diagnóstico do patrimônio cultural - Bens culturais imateriais. IC/Fevereiro de 2016 - Prefeitura Municipal: Secretaria de Cultura: Valdir dos Santos
	Folia de Reis	
	Cavalgada de Fruta de Leite	
Josenópolis	Festa de Maio - São José Operário	Secretaria de Administração Pública: Lorivaldo Pires de Matos e Marco Aurélio Costa
	Festa de Maio - Nossa Senhora dos Anjos	

6.3.7.4.4 - Descrição dos Bens Imateriais Registrados**→ Fruta de Leite**

Os bens culturais patrimoniais de natureza imaterial identificados no município de Fruta de Leite referem-se à categoria das Celebrações, a saber, a Festa de Santa Isabel de Portugal e a Folia de Reis, ambas celebradas na sede do município.

Santa Isabel de Portugal

Nascida em 1271, Isabel de Aragão era filha de Pedro III e da princesa da Sicília Constança de Hohenstaufen. Neta de Jaime II e sobrinha de Isabel da Hungria. Isabel viveu com o avô por onze anos, nesse período conheceu um pouco da vida, e a rebeldia em que se encontrava o mundo. Desde criança, ela demonstrava uma grande preocupação pelas pessoas sofredoras, pobres, desamparadas e doentes que via quando conseguia sair do palácio (FERREIRA, 2014³⁶).

De acordo com a autora (*Op. cit.*), além da educação religiosa, Isabel soube por meio do avô a história dos seus antepassados, inclusive o envolvimento com a Igreja. Após a morte do avô ela retorna a Saragoça para viver com os pais, e logo se depara com o interesse do pai em casá-la para conquistar novos territórios, após ele ter recebido vários acordos de casamento.

³⁶ - FERREIRA, Simone dos Santos Alves. A Religiosidade de Isabel de Aragão nos Estudos Históricos e na Crônica de Rui de Pina. Revista Labirinto, Porto Velho-RO, Ano XIV, Vol. 20, p. 108-118, 2014. ISSN: 1519-6674

Diante dos acordos, Pedro III escolhe o de D. Dinis, que acabava de subir ao trono em um reino marcado por constantes lutas entre familiares - neste viés Isabel desempenhou um importante papel de pacificadora, conseguindo mediar o conflito entre o rei, seu marido, e o seu irmão D. Afonso pela Coroa, bem como entre o rei e o príncipe herdeiro. Graças a ela, a paz entre pai e filho foi assinada em 1322.

Após a morte de seu marido, entregou-se inteiramente às obras assistenciais que havia fundado. Não podendo vestir o hábito das Clarissas³⁷ e professar os votos no mosteiro que ela mesma havia fundado, fez-se Terciária Franciscana³⁸, após ter deposto a coroa real no santuário de São Tiago de Compostela e haver dado seus bens pessoais aos necessitados. Estabeleceu-se em Coimbra, junto ao convento de Santa Clara e mandou edificar o hospital junto à sua residência, bem como o de Santarém e o de Leiria para receber enjeitados.

Isabel faleceu atingida pela peste em 04 de julho de 1336, deixando explícito em seu testamento o desejo de ser sepultada no Mosteiro de Santa Clara. Após sua morte, surgem as primeiras manifestações da devoção e do culto a sua figura como mulher Santa, mais precisamente ao longo do percurso que fizeram com o seu corpo, de Estremoz à Coimbra (FERREIRA, 2014).

Sua beatificação se deu em 15 de abril de 1516, pelo Papa Leão X, e sua canonização em 1625, pelo Papa Urbano VIII, entretanto, ressalta-se que mesmo antes de ocorrer a beatificação da rainha Isabel, já se encontravam indícios de veneração por parte do povo, sendo um dos milagres mais reconhecidos o denominado “milagre das rosas”.

Diante de tamanha repercussão para a História de Portugal, a rainha foi canonizada como Santa no dia 25 de maio de 1625, e a partir disso, começam a prestar-lhe culto. Até os dias de hoje, comemora-se o dia de sua morte em 04 de julho, e as Festas do Espírito Santo, criada por ela é mantida como tradição em Portugal. Portanto, “No catálogo dos santos da igreja católica, se exceptuarmos alguns dos primeiros mártires do cristianismo, encontrar-se-ão poucos que tenham reunido tantas virtudes como a rainha Santa Isabel de Portugal” (BENEVIDES, 2011 *apud* FERREIRA, 2014).

Festa de Santa Isabel em Fruta de Leite

Padroeira de Fruta de Leite, Santa Isabel é celebrada na cidade no dia 04 de julho, na Igreja e na Praça da Matriz. Anualmente, a Paróquia de Santo Antônio de Salinas - à qual a comunidade está vinculada - escolhe uma máxima a ser trabalhada e pensada pelos fiéis durante a festa: no ano de 2015, a frase escolhida foi “*A exemplo de Santa Isabel de Portugal, promovamos a Liberdade e a Dignidade Humana*”, sendo a festa presidida pelo pároco, Frei José da Silva Pereira.

³⁷ - Ordem das Clarissas - Fundada em 1211 por Santa Clara de Assis, juntamente com São Francisco de Assis. <http://irmasclarissas.org.br/historia/> consulta em 26/11/2018.

³⁸ - A Terceira Ordem, uma ordem religiosa dentro da Sociedade de São Francisco, consiste em aqueles homens ou mulheres, casados ou solteiros, clérigos ou leigos - que, embora seguindo as profissões ordinárias da vida, são chamados à dedicação através de voto e disciplina por vida. Como os Frades e Freiras da Primeira Ordem, e as Irmãs da Segunda Ordem (Clarissas), eles se dedicam a Nosso Senhor como instrumentos de sua paz. <http://ofsabaete.blogspot.com/2010/03/ordem-terceira-franciscana.html> consulta em 26/11/2018.

A celebração consiste em novenas, que se iniciam no final do mês de junho, nas residências da sede, e contam com a participação da Folia de Reis, que entoam os cânticos ao final. Durante a celebração, acontecem quermesses, leilões, bingos e, no último dia, a procissão, onde se hasteia a bandeira da santa. Para arrecadação de verbas, organização e realização da celebração, instituições religiosas - como pastorais - grupo de jovens e população em geral, se mobilizam. A Prefeitura provê a logística relacionada à liberação do espaço, à disponibilização da iluminação, do policiamento e da divulgação.



Foto 6.3.7-21- Imagem de Santa Isabel



Foto 6.3.7-22 - Procissão com a bandeira de Santa Isabel



Foto 6.3.7-22 - Barraca do leilão com os prêmios



Foto 6.3.7-23 - Confraternização após a cerimônia religiosa

Fonte: IC Ambiental, 2016

Folia de Reis

A Folia de Reis é uma celebração católica ligada à comemoração natalina, realizada desde o século XVI - por volta do ano de 1534, trazida pelos portugueses para o Brasil durante o processo de colonização - processo que aconteceu por meio da evangelização de índios e, posteriormente, de africanos pelos jesuítas (CHAVES, 2011³⁹). De acordo com a autora (*Op. cit.*) consta que esta festa era realizada em toda Península Ibérica para comemoração de Reis e era comum a doação de oferendas pelas pessoas que recebiam os festejos em suas residências. Com o passar do tempo esta celebração foi ganhando características próprias, através do hibridismo dos grupos étnicos na qual ela foi constituída, conforme explica Cascudo em seu Dicionário do Folclore Brasileiro:

“Foram festas populares na Europa (Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Itália, etc.) dedicada aos três Reis Magos em sua visita ao Menino Deus, e ainda vivas em vestígios visíveis. Na Península Ibérica, os reis continuam vivos e comemorados, sendo a época de dar e receber presentes, “os reis”, de forma espontânea ou por meio de grupos, com indumentária própria ou não, que visitam os amigos ou pessoas conhecidas, na tarde ou na noite de 5 de janeiro (véspera de Reis) cantando e dançando ou apenas cantando versos alusivos à data ou solicitando alimentos ou dinheiro. Os colonizadores portugueses mantiveram a tradição no Brasil e de todo não desapareceu o uso nalgumas regiões” (Câmara Cascudo, 1954, p.774 apud CHAVES, 2011).

A Folia de Reis celebra o nascimento de Cristo, das vésperas do Natal ao fim de janeiro, encenando a peregrinação dos reis magos rumo a Jesus recém-nascido e as peripécias de São José e da Virgem Maria para salvá-lo da tirania de Herodes. Com este enredo o espetáculo percorre casas e rende louvor ao Jesus menino figurado nos presépios, num ritual retribuído com ceia, prendas ou dinheiro para as atividades da folia (IPHAN, 2018).

Para Assis & Debortoli (2016⁴⁰) as Foliás de Reis são práticas sociais encontradas em grande parte do estado de Minas Gerais, como também em todo o território brasileiro. Nos festejos, o sagrado e o profano se intercalam em um curto espaço de tempo (BRANDÃO, 1985⁴¹). Assim descreve Chaves (2011: 28):

³⁹ - CHAVES, Danisa. A Folia de Reis na Cidade de Três Corações: Um estudo sobre cultura popular. Dissertação de Mestrado. Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR. 2011.

⁴⁰ - ASSIS & DEBORTOLI. Festa e Ritual na Irmandade Folia de Reis São Francisco de Assis: Tecitura e Tessituras de Pessoas, Instrumentos e Sonoridades nas ruas de Carmo de Cajuru/Mg - A Experiência do Lazer como Processos Identitários. Licere, Belo Horizonte, v.18, n.4, dez/2016.

⁴¹ - BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Memória do sagrado: estudos de religião e ritual. São Paulo: Paulinas, 1985.

“Conta-nos Cascudo que durante o século XVI os jesuítas, para catequizar, usavam autos religiosos, com elementos clássicos e entidades indígenas a fim de inculcar nos povos nativos e, mais tarde, nos povos africanos, sua religião. Segundo Cascudo, estes autos eram encenados por crianças que, acompanhadas por uma orquestra, dançavam, cantavam e recitavam. Com o passar do tempo estes teatros populares foram se convergindo em danças dramáticas que, segundo Mário de Andrade, possuem um caráter profano religioso. Para ele a origem do drama popular era de cunho religioso, passando a ter características profanas, quando surgem nestas dramatizações elementos cômicos, devido à degradação religiosa. Melhor explicando, os grupos colonizados se “libertaram” e se afastaram de uma parte da religião imposta por seus evangelizadores. Esta parte, que eles tomam para si, passa a ter outros elementos que não são puramente sacros, elementos que quebram a “seriedade” com que estas dramatizações eram realizadas. O riso, as brincadeiras e até mesmo as bebidas alcoólicas, deram à festa uma atmosfera mais descontraída, divertida, mas com a consciência religiosa que era e ainda continua sendo o motivo primordial da celebração dos grupos que a realizam.”

A religiosidade é marcada por momentos e movimentos específicos, em um fluxo narrativo. Na folia a “jornada” ou “viagem” envolve rituais como a reza, o pagamento de promessas, os pedidos e os agradecimentos. Todos se expressam em cantos e danças, como a dança do Moinho, a dança da Jaca, Moçambique e outras (ASSIS & DEBORTOLI, 2016).

A festa, iniciada em 25 de dezembro, é finalizada no dia 06 de janeiro com um ritual emocionante, onde famílias, parentes e vizinhos reúnem-se em determinada casa - preparada e ornamentada para receber seus membros e entregar a promessa que fizeram aos magos. O ritual se encerra com muita fartura, sendo marcado por uma dança frenética, tida pelos foliões como jaca ou “cortar jaquinha” (CHAVES, 2011: 30).

Destaca-se que a Folia de Reis foi declarada dia 6 de janeiro de 2017 como Patrimônio Imaterial de Minas Gerais pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep).

Folia de Reis em Fruta de Leite

A Folia de Reis de Fruta de Leite teve início por volta de 2010 e é formada por aproximadamente dezoito (18) pessoas - entretanto, nem sempre o grupo completo está presente nas celebrações. D. Vera, participante do grupo, informou que anteriormente havia um grupo, não se recordando da data de formação, mas que o grupo atual teria sido formado graças ao “Seu” João, proveniente da Fazenda Itinga, em Salinas, que já “cantava” por esta região, e há muitos anos veio morar em Fruta de Leite.

O citado Sr. João sabia todo o canto - o “Reis”, como é chamado - e então se punha a cantar enquanto um rapaz da comunidade registrava a letra e assim as cópias foram distribuídas aos membros, mas nem todos sabem cantá-lo de cor.

O canto é entoado sob a forma de versos ditos primeiramente pelos homens, seguido da “resposta” das mulheres:

*“(Homens) “Ó Deus salve salve a Santa onde Deus fez a morada
(Mulheres) onde Deus fez a morada”
(Homens) “Ó Deus salve o cálix bento e a hóstia consagrada”
(Mulheres) e a hóstia consagrada” [...]*

Segundo Dona Vera, para a novena do Natal “não ficar muito parada”, o grupo resolveu começar a cantar o “Reis”, todo dia após a novena, nas residências, onde ocorre uma confraternização com “comes e bebes”. Cada casa que irá receber a Folia organiza a celebração, não havendo um único festeiro/ organizador responsável. Os cantos da Folia de Reis são entoados há mais tempo na zona rural e alguns dos seus membros do grupo já faleceram, como Sr. Virgílio.

Cavalgada de Fruta de Leite

A Cavalgada de Fruta de Leite é realizada no município há 13 anos, geralmente no mês de julho – de acordo com as informações coletadas com o Sr. Valdir dos Santos (Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Fruta de Leite), existe o propósito de atrelar o evento à data comemorativa do dia do agricultor, dia 28 de julho. No entanto, no ano de 2017 o evento ocorreu em meados do mês de dezembro.

A concentração se inicia próxima à comunidade da Pitangueira, cerca de 3,0 a 4,0 km da sede municipal, na LMG 626. O trajeto se estende a partir de então, até a Praça Santa Isabel, percorrendo pontos significativos para a comunidade local. Após a cavalgada, o evento conta com almoço comemorativo na creche Pituchinha, para na sequência dar início aos shows e barracas com comidas típicas, bebidas e artesanato local. Aponta-se ainda a realização de um concurso no qual são premiados os quesitos melhor vestimenta, melhor marcha, entre outros.

Nos anos de 2015 e 2016, cerca de 500 pessoas participaram do evento e, no ano de 2017, em decorrência da alteração da data, o evento contou com cerca de 250 a 300 cavaleiros e amazonas.



Foto 6.3.7-24 - Cavalgada de Fruta de Leite



Foto 6.3.7-25 - Cavaleiros e amazonas participantes da cavalgada

Fonte: Sul Americana de Metais S.A., 2014

→ Padre Carvalho

Os bens culturais patrimoniais de natureza imaterial identificados no município de Padre Carvalho referem-se à categoria das Celebrações, a saber, Festa da Mandioca com Cavalgada, Festa de Nossa Senhora da Paz, Festa de Nossa Senhora da Aparecida e Festa de Santo Antônio, realizadas na sede; Festa de Santa Luzia, em Campo de Vacaria - onde também acontece a Folia de Reis; e, Festa do Bom Jesus, na comunidade de Córrego Manso.

Identificou-se ainda, a partir de pesquisa ao banco de dados do INRC⁴² dos Mestres e Grupos de Capoeira no Estado de Minas Gerais (IPHAN/MG), o apontamento sobre um professor de capoeira no município. Faz-se aqui a ressalva que, em entrevista com a Sra. Cirlândia Rodrigues Ruas de Sá - Secretária de Ação Social do município, na data de 28/11/2018, fomos informados da extinção do Grupo de Capoeira em Padre Carvalho, incluindo a mudança do professor Juarez Gomes Lourenço (Prof. Rudym) para outro município. Assim, o grupo que mantinha 03 encontros semanais e atendia crianças e adolescentes no Centro de Convivência e no CRAS, não se encontra ativo.

Festa da Mandioca com Cavalgada

Considerada a principal festa do município, a Festa de Mandioca, é realizada no município há pelo menos 12 anos. Segundo Marco Aurélio, *“apesar de não ser uma tradição muito antiga, é uma coisa que já pegou no município de uns dez anos pra cá.”* e foi introduzida *“como se Padre Carvalho fosse um grande polo produtor de mandioca, mas na realidade não pegou e ficou só o nome da festa [...] o que levou ao nome da festa foi que queriam que o município se tornasse um grande produtor de mandioca da região”*, mas o município não se tornou em decorrência das condições climáticas, da falta de incentivos agrícolas pelas instituições governamentais e ainda, pela própria pobreza da região.

Criada em 2005, por iniciativa do prefeito José Nilson Bispo de Sá, a Festa Nacional da Mandioca ocorre em 17 de julho⁴³ e conta com bandas de música na praça (de fora do município), barraquinhas que oferecem pratos feitos de mandioca, concursos de pratos típicos ou inusitados e diferentes formas de usar a mandioca.

A Cavalgada caracteriza-se como um importante momento na Festa Nacional da Mandioca, sendo aguardado durante todo o ano pelos participantes, a saber, moradores da sede, da zona rural, de municípios vizinhos, como Josenópolis, Grão Mogol, Fruta de Leite, quanto por aqueles que nasceram em Padre Carvalho, mas residem sobretudo em São Paulo, Ribeirão Preto, Atibaia e Diadema.

A festa conta com cerca de 300 cavaleiros e amazonas, incluindo crianças. Alguns deles portam as bandeiras do município, do estado e da padroeira. Após o percurso, que termina na Igreja Matriz, o padre abençoa os cavaleiros e sequencialmente é servido um almoço, onde a mandioca é o componente principal dos pratos. A Prefeitura participa na logística, liberando a cozinha da escola e as cantineiras, que preparam as comidas.

⁴² - Inventário Nacional de Referências Culturais

⁴³ - Decreto nº 230/2017 - Prefeitura Municipal de Padre Carvalho



**Foto 6.3.7-26- Festa da mandioca:
concurso**

Fonte: Conselho de Cultura de Padre Machado



Foto 6.3.7-27 - Cavalgada



Foto 6.3.8-28 - Rodeio



Foto 6.3.8.29 - Praça preparada para a festa

Festa de Nossa Senhora da Paz

O culto a Nossa Senhora da Paz tem início no Continente Americano ao fim do século XVII, por volta de 1682. Na localidade costeira de Vila do Mar do Sul, em El Salvador, mercadores encontraram uma caixa de madeira selada, suas ferramentas foram incapazes de abri-la. Acharo que se tratava de algo valioso, fruto de um saque pirata deixado a deriva, dirigiram-se até as autoridades locais na Vila de São Miguel, com o objetivo de garantir a propriedade do conteúdo, além de conseguirem meios mais eficientes para abrir a caixa (SABOGAL, 2014). Empreenderam o longo e perigoso caminho até alcançar a Vila no dia 21 de novembro e, “o burrico que carregava a caixa empacou em frente à igreja paroquial. Resolveram então abrir ali mesmo a grande caixa que continha em seu interior a imagem de Nossa Senhora da Paz e, em seu colo, à esquerda, o Menino Jesus” (FILHO & KUHN, 2017⁴⁴).

⁴⁴ - FILHO, José Aderlan Brandão N.; KUHN, Vanderlei A. O Rosto Materno de Deus: Nossa Senhora da América Latina e Caribe. Caderno de Exposição: PUC-PR. 2014. Disponível em: <http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/102/2017/05/O-rosto-materno-da-igreja.pdf> Acesso em: 27/11/2018

A origem e destino desta imagem nunca foram desvendados, permanecendo apenas na cultura oral e tradição religiosa salvadorenha as circunstâncias de seu aparecimento. Porém é fato que o anúncio da imagem revelada causou um grande alarde por parte das tropas que promoviam uma guerra civil naquela região, e a tradição oral conta que depuseram suas armas logo após o achado (SABOGAL, 2014). Esta característica pacificadora da imagem foi utilizada também em janeiro de 1833, quando o coronel Benítez entrou na cidade de São Miguel com suas tropas nonualcos⁴⁵

“Querendo um testemunho de sua benevolência sobre os “migueleños” e sustentar a paz sobre uma base sólida, mandou retirar do átrio da igreja paroquial a venerada imagem de Nossa Senhora da Paz. Depois de alinhar suas tropas ao redor da imagem, ele se prostrou diante dela e colocou sua espada aos pés da Virgem, tomando-a como testemunha. O coronel Benítez pegou sua espada novamente e depois de prestar homenagem à Virgem, ele a devolveu ao seu Santuário. Por isso, deram à imagem o belo título de Nossa Senhora da Paz, cuja festa litúrgica é celebrada no dia 21 de novembro, em memória de sua chegada à cidade de São Miguel.” (SABOGAL, 2014: 18).

A imagem leva uma palma de ouro em sua mão direita, como recordação a um de seus mais famosos milagres, quando o em 21 de setembro de 1787, o vulcão Chaparrastique, nas proximidades da de São Miguel, entrou em erupção. Os moradores, então, colocaram a imagem do lado de fora da Igreja e começaram a rezar, pedindo a Nossa Senhora da Paz que interviesse neste momento de catástrofe natural e de total impotência humana. No ponto exato onde a lava mudou seu curso existe um vilarejo que atualmente é chamado de “Milagro de La Paz”. (SABOGAL, 2014).

Em 1921, o Papa Bento XV autorizou a coroação da imagem, e finalmente, em 1953, o Papa Pio XII assinou decreto tornando Nossa Senhora da Paz padroeira de El Salvador (FILHO & KUHN, 2017).

Festa de Nossa Senhora da Paz em Padre Carvalho

A Festa de Nossa Senhora da Paz em Padre Carvalho é realizada em 21 de agosto⁴⁶, na Igreja Matriz e praça e é apontada pelo Secretário de Cultura como a única festa que ocorre atualmente na sede do município.

O evento conta com procissão, missa, barraquinhas e bandas de música. A praça é ornamentada, entretanto não são notadas paramentas ou qualquer outro tipo de vestimenta especial.

⁴⁵ - Região de El Salvador onde ocorreu uma Rebelião Indígena liderada por Anastásio Aquino entre os anos de 1832 e 1833.

⁴⁶ - Decreto nº 230/2017 - Prefeitura Municipal de Padre Carvalho

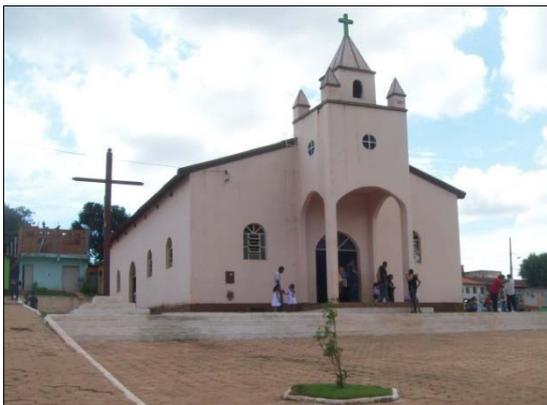


Foto 6.3.7-30- Igreja Matriz e praça



Foto 6.3.7-31 - Festa de Nossa Senhora da Paz

Fonte: Conselho de Cultura de Padre Machado

Festa de Santa Luzia

O primeiro registro arqueológico relacionado ao culto a Santa Luzia, é apontado por Andréia da Silva (2017⁴⁷) e, data do período do fim do século IV e início do século V, quando o arqueólogo Paulo Orsi investigava a Catacumba de São Giovanni em Siracusa, no ano de 1894. O monumento apresenta inscrições em grego, que se tratam do epitáfio de Euskia, abrigando os seguintes dizeres traduzidos para o português: “Euskia, a irrepreensível, que viveu honestamente e nobremente por mais ou menos 25 anos, morreu na festa da minha Senhora Luzia, para a qual não há necessidade de pronunciar hinos. Cristã fiel, perfeita, agradável ao seu marido por sua muita graça, afável”⁴⁸ (SILVA, 2017: 3).

“O culto à Santa Luzia precedeu à redação do relato sobre a sua Paixão. Segundo os especialistas, a versão mais antiga conhecida desta narrativa, provavelmente a primeira a ser produzida, foi composta no século V, em grego, e está registrada na “Bibliotheca Hagiographica Graeca” sob o número 995. No século seguinte, esta obra foi traduzida para o latim, com pequenas modificações, passando a ser conhecida como “Passio sanctae Luciae virginis martyris syracusis” (Bibliotheca Hagiographica Latina 4992). Neste mesmo momento, a festa de Santa Luzia foi introduzida no Cânone Romano, foram fundados mosteiros dedicados à Santa e ela é representada compondo o cortejo de virgens no mosaico da Igreja de Santo Apolinário Novo, em Ravena.” (SILVA, 2017: 4).

⁴⁷ - SILVA, Andréia C. L. F. O Martírio de Luzia de Siracusa na Legenda Áurea: Uma Leitura a partir da Categoria Gênero. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

⁴⁸ - Tradução da autora Andréia C. L. F. da Silva, a partir da versão italiana de Carmelo Scandurra (2015, p. 38): “Euskia l’incensurabile, che visse onestamente e nobilmente anni più o meno 25, morì nella festa della signora mia Lucia, per la quale non è necessario pronunciare encomio. Cristiana fedele (e) perfetta, gradita al proprio marito per le (sue) molte grazie, affabile”.

FIGURA 6.3.7-4 - Cortejo de virgens no mosaico da Igreja de Santo Apolinário Novo, em Ravena, Itália



Fonte: <http://www.kornbluthphoto.com/images/ApNNorth19.jpg>. Acesso em 27/11/2017.

O registro feito a partir da *Legenda Áurea* datada da segunda metade do século XII, possui uma descrição detalhada da história de vida e circunstâncias de morte de Santa Luzia. O capítulo descreve uma jovem da nobreza de Siracusa que consegue curar sua mãe durante uma peregrinação, após receber orientações em sonho de que esta graça poderia ser alcançada. Tinha por escolha manter-se virgem e casta, dividindo seu dote de casamento com os mais necessitados, fato este que culmina com sua delação para as autoridades romanas, as quais se encarregam de julgar, torturar e executá-la, mesmo frente a impressionante demonstração de fé, resistência e tolerância a dor que lhe foi infligida durante a violenta sentença. Este capítulo é descrito e analisado pela pesquisadora Andréia da Silva (2017):

Seguindo a versão presente na “Passio” latina, a narração se inicia com a peregrinação feita por Luzia e sua mãe, Eutícia, que estava enferma, até o túmulo de Santa Ágata da Catania, que, segundo a tradição, foi martirizada em 250, por manter a virgindade face às investidas do Cônsul da Sicília, Quintiano. [...]

Próxima ao túmulo, Luzia dormiu e sonhou com Santa Ágata, que a exortou afirmando que, pela fé, a própria jovem poderia alcançar a cura de sua mãe. Certa da cura de Eutícia, Luzia pede à sua genitora para dispor livremente de seus bens e manter-se solteira e virgem. Segundo a narrativa, a Jovem suplicou: “Em nome daquela por quem acaba de obter a cura, peço que não me procure um esposo, e que meu dote seja distribuído aos pobres” (Franco Jr., 2003, p. 78).

A mãe, no início relutante, acabou por concordar com a filha.⁴⁹ [...]

⁴⁹ - O relato não apresenta uma figura paternal, assim, na lógica da narrativa, a mãe caberia decidir sobre o futuro de Luzia. (nota da autora).

Luzia passa, então, a vender o seu dote, distribuindo dinheiro aos pobres. Surge então na narrativa o seu noivo,⁵⁰ que se preocupa com as vendas feitas pela jovem, mas ele é tranquilizado pela futura sogra, que afirma que a filha “havia encontrado um investimento mais rentável e mais seguro” (Franco Jr., 2003, p. 78). Assim, ele passou a auxiliar a futura esposa. Quando, porém, ficou ciente do que ocorria, denunciou Luzia ao cônsul Pascácio por ser cristã e violar as leis imperiais.

[...]

O relato passa a focar-se nas acusações, no interrogatório e nas torturas sofridas pela jovem, que se recusa a sacrificar aos ídolos. Ela é então acusada pelo cônsul de insensata, de gastar seu dote com “depravados” e por falar como uma prostituta. [...]

O diálogo entre o acusador e a acusada continua. Como Luzia se mantém firme em sua fé, é ameaçada de estupro por Pascácio: “Então vou mandar que levem você a um lupanar, para que seja violada e perca o Espírito Santo” (Franco Jr., 2003, p. 79). Face à ameaça do uso da violência sexual, Luzia retruca com o argumento da superioridade da vontade sobre o corpo: “O corpo só é corrompido se o coração consentir, porque se você me fizer violentar, será contra minha vontade, e ganharei a coroa da castidade. Jamais terá meu consentimento” (Franco Jr., 2003, p. 79). [...]

O relato sublinha que a tortura por estupro não ocorreu porque Luzia ficou imóvel; nem mil homens e mil parejas de bois conseguiram puxá-la. O texto afirma que feiticeiros foram chamados para removê-la, mas não alcançaram sucesso. O cônsul até ordenou que urina fosse jogada sobre a jovem, pois acreditava que esta era uma forma de “livrar uma pessoa de malefícios” (Franco Jr., 2003, p. 79). Ele mandou, então, que fosse acesa uma fogueira ao redor da donzela e que óleo fervente, pez e resina fossem jogados em seu corpo, mas ela não morreu. Luzia explica o motivo de sua resistência a tais tormentos na narrativa: “Obtive uma trégua no meu martírio para que os crentes não tenham medo de sofrer e os incrédulos tenham mais tempo para me insultar” (Franco Jr., 2003, p. 79).

Os amigos de Pascácio, ao vê-lo irritado com o que ocorria, enfiaram uma espada no pescoço de Luzia, o que, porém, não a impediu de continuar falando. Ela fez então uma proclamação: “Eu anuncio a você que a paz foi restituída à Igreja, porque hoje Maximiano acaba de morrer e Diocleciano de ser expulso do seu reino” (Franco Jr., 2003, p. 79). Ela também declara que foi eleita para ser guardiã de Siracusa, assim como Ágata era da Catania.

[...]

Retornando à narrativa, neste ponto a narração informa que chegaram uns soldados para prender Pascácio e levá-lo a Roma, pois ele fora acusado de saquear toda a província. É indicado, ainda, que ele foi julgado, considerado culpado e executado. Este recurso narrativo informa que o cônsul foi punido por seu crime, legitimando esse castigo por suas ações como governador corrupto.

Finalizando a narração, é indicado que Luzia recebeu a comunhão dos sacerdotes (“o Corpo do Senhor”) e morreu. O texto acrescenta que ela foi sepultada no lugar em que faleceu, onde, depois, foi construída uma igreja.” (SILVA, 2017: 5-8).

⁵⁰ - Neste ponto a narrativa apresenta uma inconsistência, pois se Luzia já estava noiva, por que pediu a mão para não procurar um esposo para ela? (nota da autora).

O apelo à virgindade de Luzia se apresenta como dádiva superior ao casamento, trazendo elementos importantes para o crescimento do número de conventos e freiras que optam seguir este caminho a partir de relatos como este. “*A virgindade se torna uma alternativa social válida para as mulheres e uma tática para atingir liberdade e um meio de empoderamento*” (SILVA, 2017: 9).

Outra característica marcante das graças que podem ser atingidas a partir da devoção à Santa Luzia, se caracteriza pela cura de enfermidades dos olhos e recuperação da visão. Ainda na Legenda Áurea a etimologia do nome de Lúcia destaca dois sentidos - luz e caminho da luz - (FRANCO JR., 2003: 77, *apud*, SILVA, 2017: 5). “Considerada como taumaturga das enfermidades da visão, é normalmente representada com a palma que identifica os mártires e com uma bandeja ou taça onde sobressaem dois olhos, atributos específicos do seu poder interventivo” (RÉAU, 2001: 267-271, *apud*, ALMEIDA, 2007⁵¹).

Em Portugal é possível reconhecer uma antiga devoção a santa siciliana na “Cidade Velha” de Santa Luzia, localizada no distrito de Viana Castelo, província tradicional do Minho. Hoje conhecido como Morro de Santa Luzia possui apenas um altar lateral para a referida santidade, porém o local recebe este nome em decorrência de uma capela dedicada exclusivamente a *Lucia de Siracusa* (ALMEIDA, 2007). “A não ser mais antiga, sabe-se que a capela dedicada a Santa Luzia, já por ali andava no começo da época moderna” (COSTA, 1869: 166, *apud*, ALMEIDA, 2007), “havendo mesmo quem afirme que ela foi reconstruída em 1664 e ampliada em 1712, só que debaixo de outras invocações” (ALPUIM, 1989: 13, *apud*, ALMEIDA, 2007).

Festa de Santa Luzia em Campo de Vacaria

A Festa de Santa Luzia de Campo de Vacarias é realizada durante três dias, quando ocorrem missas, procissão com a bandeira e a imagem da santa, novenas, reza do terço, casamentos, batizados, barraquinhas, leilões e bingos - estes dois últimos objetivam arrecadar verba para os trabalhos da igreja.

Para a realização da festa são buscados patrocinadores - como empresas, comerciantes e políticos - e o dinheiro arrecadado fica sob a responsabilidade de uma comissão de finanças, que o investe por inteiro no evento. A divulgação da festa é efetuada por cartazes e os participantes providenciam ornamentos, sendo assim, um festeiro paramentado.

A bandeira e a imagem saem da casa de algum morador da comunidade, entretanto até o momento da celebração, não se sabe quem é o portador: em momento anterior, a bandeira fica exposta do lado de fora da igreja e o morador que se dispõe a ser o festeiro rouba a bandeira durante a noite, sem que ninguém veja.

A celebração conta também com a participação de bandas, violeiros, sanfoneiros, na chamada Noite Cultural, e cantadores da Folia de Reis, que entoam os cânticos durante a alvorada, na igreja e na casa do festeiro. Ressalta-se que os cantos da Folia fazem parte da Festa de Santa Luzia, não se constituindo em um evento separado.

⁵¹ - ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de. **Para a história da Cidade Velha de Santa Luzia**: sondagens arqueológicas realizadas na década de 90 do séc. XX. *Cadernos Vianenses*, tomo 40, 2007, p. 43-70



Foto 6.3.7-32- Igreja Matriz de Santa Luzia

Fonte: IC Ambiental, 2016.

Festa de Bom Jesus

Durante o período colonial, a devoção ao Bom Jesus ocupou um lugar de relevo na piedade popular. Tal devoção foi trazida de Portugal pelos colonos que se transferiram para o Brasil (AZZI, 1986⁵²).

Segundo o autor (*Op. cit*) a característica fundamental da devoção ao Bom Jesus é seu aspecto leigo e social. Tal devoção tem suas origens no período medieval, quando a Igreja se identifica com a própria sociedade católica, sob o modelo de Cristandade. Neste viés, Oliveira (2001-2004⁵³) cita:

“A relação de devoções de tradição medieval que estiveram na base das peculiaridades do religiosismo mineiro compreende ainda, entre os cultos com maior número de adeptos, as do Bom Jesus de Matosinhos, Senhor do Passos e Nossa Senhora das Dores, com irmandades específicas em diversas localidades da região. A devoção do Cristo Crucificado conhecido em Portugal e no Brasil como Bom Jesus de Matosinhos, data do século XII medieval, sendo a imagem original românica e, portanto com pés pregados separadamente na cruz. Sua singularidade maior é, entretanto, o direcionamento contrastante do olhar, com um dos olhos voltado para o alto, simbolizando a união próxima com Deus Pai e o outro voltado para a humanidade pecadora embaixo, remida pelo sacrifício da Cruz.” (OLIVEIRA, 2001-2004, p.167)

Como devotos do Senhor Bom Jesus, os colonos portugueses preocuparam-se em garantir a sua proteção contra as adversidades da vida numa terra estranha: para muitos deles, a nova terra era um verdadeiro lugar de sofrimento e exílio. Assim, o Bom Jesus era cultuado tanto em oratórios domésticos, como em cruzeiros e vias-sacras erigidos em lugar de destaque perto ou mesmo dentro de vilas e cidades coloniais (AZZI, 1986).

⁵² - AZZI, Riolando. Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador - Um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade católica no Brasil. Persp. TBOI. 18, 215-233. 1986.

⁵³ - OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. “A Imaginária Religiosa em Minas Gerais”. In: Barroco, Belo Horizonte, nº 19, 2001-2004, pp.163-179.

No Brasil, os primeiros vestígios do culto ao nosso Senhor Bom Jesus remontam ao Século XVII, consolidando-se junto com os primeiros lugarejos que posteriormente se tornaram cidades. Mesmo perpetuando-se ao longo do tempo, ainda no Século XIX o culto se espelhava no modelo de Cristandade trazido junto com os primeiros colonizadores.

Em uma perspectiva popular, a devoção ao Bom Jesus é centrada no mistério da Paixão e Morte de Cristo, por meio da representação vivenciada do drama do calvário. Conforme Azzi (1986):

“Os principais eventos enfocados pelos devotos do Bom Jesus são quatro: A Coroação de Espinhos e a Flagelação de Cristo, o Caminho doloroso do Calvário, a Morte na Cruz e por último o seu sepultamento. O Cristo flagelado e coroado de espinhos é lembrado na tradição popular pela imagem do Bom Jesus de Cana Verde, isto é, a imagem de Jesus coroado de espinhos, coberto com um manto roxo, e tendo na mão um pedaço de madeira ("cana verde") simbolizando o cetro. A imagem é conhecida também como Ecce Homo, lembrando a apresentação de Jesus flagelado diante do povo, no pretório de Pilatos. O Caminho do Calvário apresenta-se condensado na imagem do Senhor dos Passos, objeto de culto especial no período colonial. Jesus é mostrado com a cruz às costas, inclinado dolorosamente para a frente, com um joelho em terra, em atitude de quem está oprimido pelo peso do madeiro. A morte de Cristo no alto do Calvário é simbolizada pelo Crucifixo, conhecido no período colonial com a designação do Senhor do Bom Fim, ou seja, o Senhor que encerra sua missão de redenção sobre a terra: Consummatum est.”

Em diversos lugares do Brasil colonial, quer no campo, quer nas cidades, foram erigidas vias-sacras, com estátuas ou estampas recordando o caminho do Calvário. Com muita frequência o povo refazia, entre preces e cantos, essa caminhada dolorosa de Jesus.

O santuário de Pirapora e Tremembé no Estado de São Paulo e da Lapa na Bahia, são ainda hoje, lugares de grande importância, envolvendo diariamente muitos fiéis. Entretanto, em todo o Brasil, muitas igrejas e capelas foram erigidas para a preservação da imagem de Nosso Senhor Bom Jesus - sempre associada aos milagres de prosperidade no lugar em que se encontra. Como todo culto, a veneração ao Nosso Senhor Bom Jesus no dia 6 de agosto, é um espaço de comunhão e meditação que revigora os fiéis no caminho das suas buscas (Martins, 2018⁵⁴).

Festa do Bom Jesus em Padre Carvalho

A Festa do Bom Jesus teve sua origem no ano de 1987, quando um dos moradores, o senhor João Teixeira Gonçalves, fez uma promessa ao santo e recebeu a graça. Assim, todos os anos a festa é celebrada na casa do senhor João Teixeira. Essa manifestação ocorre no dia 12 de janeiro contando com reza, levantamento de mastro com a bandeira do santo, e um leilão com a finalidade de arrecadar recursos para a festa do próximo ano. Após o leilão o festeiro oferece um café e biscoito aos participantes e a festa é encerrada com um baile no salão comunitário (Prefeitura Municipal de Padre Carvalho, 2009).

⁵⁴ - MARTINS, Patrícia C. M. Devoção do Senhor Bom Jesus no Brasil. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/251445112/Artigo-Devocao-Do-Senhor-Bom-Jesus-No-Brasil-Patricia-C-M-Martins-1#> consulta em 27/11/2018.

Festa de Nossa Senhora da Aparecida

A invocação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil teve início no século XVIII. A devoção inaugural está ligada historicamente ao aparecimento de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição nas águas do rio Paraíba por pescadores da Vila de Guaratinguetá no ano de 1717⁵⁵.

Do livro de BRUSTOLINI (1979⁵⁶) transcrevemos a seguir, a Narrativa do Encontro da Imagem da Santa escrita no 1º Livro Tombo da paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, pelo pároco João de Moraes e Aguiar, em agosto de 1757:

“No anno de 1719, pouco maes ou menos, passando por esta Villa para as Minas o Governador, dellas e de São Paulo, o conde de Assumar Dom Pedro de Almeida, foram notificados pela Câmara os pescadores para apresentarem todo o peixe que pudessem haver para o dito Governador. Entre muitos foram a pescar Domingos Martins Garcia, João Alves e Felipe Pedroso, em suas canoas; e principiando a lançar suas redes no porto de José Corrêa Leite, continuaram até o porto de Itaguassú, distancia bastante, sem tirar peixe algum, e lançando neste porto João Alves a sua rede de rasto, tirou o corpo da Senhora, sem cabeça; lançando mais abaixo outra vez a rede tirou a cabeça da mesma Senhora, não se sabendo nunca quem alli a lançasse. Guardou o inventor esta Imagem em um tal ou qual panno, e continuando a pescaria, não tendo até então tomado peixe algum, dalli por deante foi tão copiosa a pescaria em poucos lanços, que receioso, e os companheiros de naufragarem pelo muito peixe que tinham nas canoas, se retiraram a suas vivendas, admirados deste successo.

Felippe Pedroso conservou esta Imagem seis annos pouco maes ou menos em sua casa junto a Lourenço de Sá; e passando para a Ponte Alta, alli a conservou em sua casa nove annos pouco maes ou menos. Daqui se passou a morar em Itaguassú, onde deu a Imagem a seu filho Athanasio Pedroso, o qual lhe fez um oratório tal e qual, e em um altar de páos colocou a Senhora, onde todos os sabbados se ajuntava a vizinhança a cantar o terço e mais devoções.

⁵⁵ - IPAC - Inventário de Proteção ao Acervo Cultural.
https://www.grupiara.mg.gov.br/uploads/documentos/sec_cultura/2010/10-10_Ficha_invent_Imag_NS_Apda_Igrej_S_Sebastiao.pdf consulta em 27/11/2018

⁵⁶ - Texto extraído de <https://www.portalr3.com.br/2018/09/nossa-senhora-da-conceicao-aparecida-padroeira-do-brasil/> consulta em 27/11/2018

Em uma destas ocasiões se apagaram duas luzes de cera da terra repentinamente, que alumiam a Senhora, estando a noite serena, e querendo logo Silvana da Rocha accender as luzes apagadas também se viram logo de repente accesas sem intervir diligencia alguma; foi este o primeiro prodígio, e depois em outra semelhante ocasião viram muitos tremores no nicho e altar da Senhora, que parecia cahir a Senhora, e as luzes tremulas, estando a noite serena. -Em outra semelhante ocasião, em uma sexta-feira para o sabbado (o que succedeu varias vezes) juntando-se algumas pessoas para cantarem o terço, estando a Senhora em poder da Mãe Silvana da Rocha, guardada em uma caixa, ou bahú velho, ouviram dentro da caixa muito estrondo, muitas pessoas, das quaes se foi dilatando a fama até que patenteando-se muitos prodígios, que a Senhora fazia, foi crescendo a fé e dilatando-se a noticia, e chegando ao R. Vigário José Alves Villela, este e outros devotos lhe edificaram uma capellinha e depois, demolida esta, edificaram no logar em que hoje está com grandeza e fervor dos devotos, com cujas esmolos tem chegado ao estado em que de presente está. Os prodígios desta Imagem foram authenticatedos por testemunhas que se acham no Summario sem Sentença, e ainda continua a Senhora com seus prodígios, acudindo á sua santa casa romeiros de partes muito distantes a gratificar os benefícios recebidos desta Senhora”.

A invocação de Nossa Senhora Aparecida foi reconhecida pelo Estado em 1930, recebendo o título de padroeira do Brasil ela Bula do Papa Pio XI. Seu culto continuou crescendo, sendo hoje inúmeras capelas e igrejas erigidas em sua homenagem e incontáveis as imagens escultóricas presentes nos lares brasileiros, além de ser reverenciada num dia dado como feriado nacional, o 12 de outubro (IPAC, 2009).

Festa de Nossa Senhora da Aparecida em Padre Carvalho

Sabe-se que a Festa de Nossa Senhora da Aparecida é realizada desde o início da povoação de Padre Carvalho.

Na manhã do 12 de outubro, os devotos soltam foguetes em comemoração a Santa e, às 17:00 hrs, acontece procissão e missa festiva.

Folia de Reis de Padre Carvalho

A descrição detalhada sobre origem e história da celebração Folia de Reis encontra-se no item Folia de Reis descrito para o município de Fruta de Leite, na seção anterior do presente documento.

Conforme a Prefeitura Municipal de Padre Carvalho (2009) a celebração da Folia de Reis acontece a mais de cem anos no local, sendo considerados seus fundadores os senhores Heitor José dos Santos e Sabino Santa Rosa. Tradicionalmente, os participantes se apresentam durante as festas natalinas e continuam suas apresentações até o dia 6 de Janeiro - dia em que é realizada uma grande festa em homenagem aos Santos Reis. As festas são acompanhadas de instrumentos musicais, bandeira e estolas⁵⁷.

⁵⁷ - Referência visual em: https://www.youtube.com/watch?v=_VCB6oIR710

Festa de Santo Antônio

A presença do santo português em terras brasileiras iniciou-se com a chegada dos primeiros desbravadores lusitanos que, ao desembarcarem, instalaram o culto dos santos e, de modo particular, o de Santo Antônio. Acompanhando o movimento da Reforma Católica e do direito do padroado concedido a Coroa portuguesa, o santo lisboeta atravessou o Atlântico e ganhou um novo continente para proteger. O culto antoniano foi incentivado e expandido por toda a Colônia, tornando-se importante instrumento de evangelização para o projeto colonizador português (SANTOS, 2006⁵⁸).

Conforme cita o IPHAN (2015⁵⁹), a popularidade de Santo Antônio no Brasil foi tamanha que, nas palavras de Ronaldo Vainfas, nenhum outro santo contribuiu tanto para a nomeação de freguesias, vilas e cidades:

“Só em Minas, até o século XIX, foram 118 localidades dedicadas ao santo de Lisboa, seguido de São Sebastião, com 88, e Santana, bem abaixo, com 27 citações. No período colonial, entre 1585 e 1650, dos 15 conventos fundados no Brasil pelos franciscanos, oito foram dedicados a Santo Antônio, dos quatro no Nordeste. Quanto a capelas de engenho em Pernambuco, Santo Antônio patrocinou nove oragos, empatando com Nossa Senhora do Rosário, seguido de perto por São João. Seu prestígio em Pernambuco era particularmente grande, mas não foi pequeno em várias outras capitanias”.

Vainfas (2003, *apud* Santos, 2006) ressalta que Santo Antônio foi o mais português de todos os santos, e a consequência disso é que ele teria se tornado também o mais brasileiro entre eles. Há uma relação muito forte entre os lisboetas e Santo Antônio. A explicação certamente decorre do fato de Fernando Martins de Bulhões, nome de batismo do santo, ter nascido na referida cidade. A partir de 1232, data em que o Papa Gregório IX canonizou Santo Antônio, em Espoleto na Itália, portanto um ano após a sua morte, a popularidade do referido santo cresceu e se consolidou em Lisboa, passando a ser conhecido como Santo Antônio de Lisboa ou Santo Antônio de Pádua, já que atuou durante algum tempo na cidade italiana (SANTOS, 2006).

O dia 13 de junho, data em que morreu Santo Antônio - precisamente em 13 de junho de 1231 - é o dia no qual muitas cidades brasileiras o homenageiam.

Festa de Santo Antônio de Padre Carvalho

A Festa de Santo Antônio foi introduzida no município de Padre Carvalho por um morador da região chamado de Antônio Lopes - falecido no ano de 1983. Atualmente, a festa é celebrada na casa de seu filho Vicente Lopes, se iniciando às 16hrs do dia 12 de junho, onde é servido café com biscoitos acompanhados de apresentações de sanfoneiros e violeiros da região. Às 20hrs, a bandeira de Santo Antônio chega à casa do Sr. Vicente e os participantes saem ao seu encontro sob uma grande queima de fogos e ao som dos instrumentos musicais. Posteriormente, retornam à residência do Sr. Vicente, rezam um terço e sequencialmente, a bandeira é erguida no mastro. Por fim, passam a madrugada dançando forró.

⁵⁸ - SANTOS, Rafael Brondani dos. Martelo dos Hereges: Militarização e Politização de Santo Antônio no Brasil Colonial. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

⁵⁹ - IPHAN. Dossiê de Registro: Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. 2015.

→ Grão Mogol

Os bens culturais imateriais documentados em Grão Mogol referem-se à categoria das Celebrações. São eles: Festa de Santo Antônio; Festa de Nossa Senhora Santana, também conhecida por festa do Barroço; a Folia de Reis e; a Festa do Divino da comunidade do Vau, a qual é acompanhada de uma tradicional cavalgada.

Festa do Divino Espírito Santo

Esta festa tem origem nas comemorações relacionadas ao dia de Pentecostes, o quinquagésimo dia após a Páscoa. Na ocasião da morte de Jesus Cristo, algumas semanas depois, os Apóstolos tiveram uma visão de labaredas de fogo que foram interpretadas como a descida do Espírito Santo, o que proporcionou o dom de poder falar em línguas diferentes e espalhar o evangelho para outros povos. Na Bíblia Católica Ave Maria esta passagem está registrada em Atos dos Apóstolos, capítulo 2 (dois):

"1.Chegando o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar.⁶⁰ 2.De repente, veio do céu um ruído, como se soprasse um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam sentados. 3.Apareceu-lhes então uma espécie de línguas de fogo, que se repartiram e pousaram sobre cada um deles. 4.Ficaram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem. 5.Achavam-se então em Jerusalém judeus piedosos de todas as nações que há debaixo do céu. 6.Ouvindo aquele ruído, reuniu-se muita gente e maravilhava-se de que cada um os ouvia falar na sua própria língua. 7.Profundamente impressionados, manifestavam a sua admiração: "Não são, porventura, galileus todos estes que falam? 8.Como então todos nós os ouvimos falar, cada um em nossa própria língua materna? 9.Partos, medos, elamitas; os que habitam a Mesopotâmia, a Judeia, a Capadócia, o Ponto, a Ásia,⁶¹ 10.a Frígia, a Panfília, o Egito e as províncias da Líbia próximas a Cirene; peregrinos romanos, 11.judeus ou prosélitos, cretenses e árabes; ouvimo-los publicarem em nossas línguas as maravilhas de Deus!⁶²"(Bíblia Ave Maria⁶³, sem data).

Esta importante passagem da doutrina católica, foi transformada em uma celebração bastante característica de Portugal por ação da Rainha Isabel (1271-1336), a qual instituiu um feriado ligado à práticas de caridade envolvendo a doação de alimento e bebidas para toda a população, permitindo a integração de todas às pessoas independente de classe social. Santa Isabel de Portugal como ficou conhecida após sua canonização em 1625, "[...] determinou que, durante a festa, fosse coroado rei um menino, alimentos fossem distribuídos entre os mais humildes e que alguns presos fossem soltos. Tudo isso ocorreria porque o Divino iria imperar e cair sobre todos e a terra então viveria em fartura e perdão. A festa simboliza, desta forma, o começo de uma nova era marcada pela prosperidade, bondade, igualdade, fraternidade e outros valores cristãos" (SEC/ SP, 2018⁶⁴). Devido ao caráter benevolente e de redução das desigualdades desta celebração, ganhou grande número de devotos inclusive entre os

⁶⁰ - "2,1. Pentecostes ou festa da Messe, celebrada pelos judeus sete semanas depois da Páscoa, no 50º dia. Pentecostes, em grego, significa quinquagésimo (dia)."

⁶¹ - "2,9. Partos, medos, elamitas: habitantes da Pártia, da Média e do Elam, territórios situados entre o mar Cáspio e o golfo Pérsico. Frígia e Panfília, Capadócia e Ponto: hoje territórios da Turquia asiática."

⁶² - "2,11. Os prosélitos: chamados alhures tementes a Deus. Eram pagãos que tinham abraçado, ao menos parcialmente, a religião do povo judaico."

⁶³ - Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/genesis/1/> Consulta em: 23/11/2018

⁶⁴ - Publicação do Museu Afrobrasil (Secretaria Estadual de Cultura/ SP) Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/manifestacoes-culturais/festa-do-divino-espírito-santo> consulta em 23/11/2018

negros escravos, porém atribui-se grande mérito na dispersão desta tradição para as Américas aos portugueses açorianos.

“Ao narrarem as origens da festa os açorianos a inserem na história portuguesa, situando-as miticamente no reinado de Dom Diniz (1261-1325). Os mitos de origem situam a fundação da festa ainda no século XIV, obra da rainha santa Isabel (1271-1336), esposa de Dom Diniz, a qual teria realizado uma promessa ao Divino Espírito Santo para que cessassem as guerras entre seu esposo e seu filho. O pagamento dessa promessa seria feito na forma de uma ampla e generosa distribuição de alimentos e bebidas aos pobres. Em algumas versões, a rainha coroava os pobres com sua própria coroa.⁶⁵ Assinale-se que a inspiração religiosa da rainha santa teria como fonte o monge franciscano Joachim de Fiore (1135-1202), cujas idéias messiânicas apontavam para a existência de três idades do mundo: a idade do Pai, a idade do Filho e a idade do Espírito Santo. Com a terceira idade do mundo, este conheceria um novo tempo, e o império do Divino Espírito Santo traria paz e fartura para todos.” (GONÇALVES; CONTINS, 2008⁶⁶, p.73-74).

Estes festejos tem um caráter marcante de renovação, do início de novos tempos, do perdão pelos erros passados e o fim das guerras e contendas, e são manifestadas através de música, adereços, doação e recebimento de esmolas, abarcando todos os membros da sociedade desde aristocratas, até negros escravizados no Brasil. Durante o século XIX, era uma das festas mais populares na cidade do Rio de Janeiro, sendo inclusive descrita e representada por Jean Baptiste Debret e outros viajantes estrangeiros.

FIGURA 6.3.7-5 - Representação artística da Folia do Imperador Divino Espírito Santo no século XIX



Autor: Jean Baptiste Debret⁶⁷

⁶⁵ - No contexto norte-americano, esse mito é bastante presente entre os imigrantes açorianos, que frequentemente trazem em suas procissões em louvor do Espírito Santo uma adolescente vestida com o manto, o cetro e a coroa da rainha santa Isabel (nota dos autores).

⁶⁶ - GONÇALVES, José R. S.; CONTINS, Marcia. Entre o Divino e os Homens: a arte nas festa do divino espírito santo. Horizontes Antropológicos - Porto Alegre, ano 14, n.º 29, p. 67-94, jan./jun. 2008.

⁶⁷ - Disponível em: <https://www.brasiliaiconografica.art.br/artigos/20192/a-festa-do-divino-espírito-santo> Consulta em: 23/11/2018

É bastante marcante a presença da bandeira vermelha (representando o fogo da passagem bíblica), com a figura de uma pomba branca rodeada por raios solares representando o divino espírito santo. Esta tradição permanece nos dias atuais e é bastante tradicional em algumas cidades brasileiras como Paraty (RJ), Pirenópolis (GO), Mogi das Cruzes e São Luiz do Paraitinga (SP), São João del-Rei (MG), Poções (BA), São Luís (MA), entre outras, mesmo as festividades tendo sido proibidas após a proclamação da república, permanecerem dentro das irmandades em proporções menores que abarcam os bairros e comunidades das cidades, inclusive do interior.

A Festa do Divino Espírito Santo e Cavalgada em Grão Mogol

De responsabilidade da Prefeitura Municipal de Grão Mogol, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e Paróquia Santo Antônio, a Festa do Divino ocorre no segundo final de semana do mês de setembro.

A celebração ocorre no largo da Capela do Vau, na praia do Vau e na Praça Beira Rio, contando com missas, procissão, enduro, ciclismo, shows musicais com telão, barraquinhas, premiação do enduro, concurso garota Vau, decoração típica e ainda, rua de lazer com brinquedos e brincadeiras para as crianças.



Foto 6.3.7-33 - Festa do Divino na comunidade do Vau

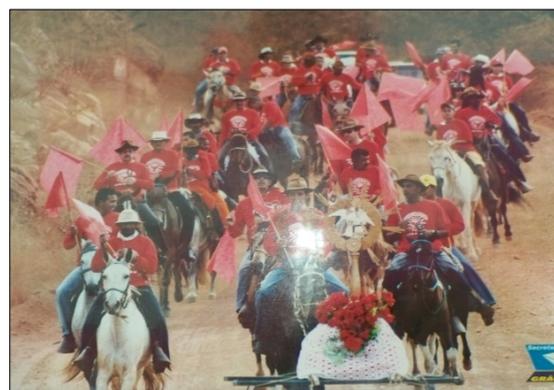


Foto 6.3.7-38 - Cavalgada na Festa do Divino na comunidade do Vau

Fonte: Brandt, 2012



Foto 6.3.7-39 - Igreja do Vau

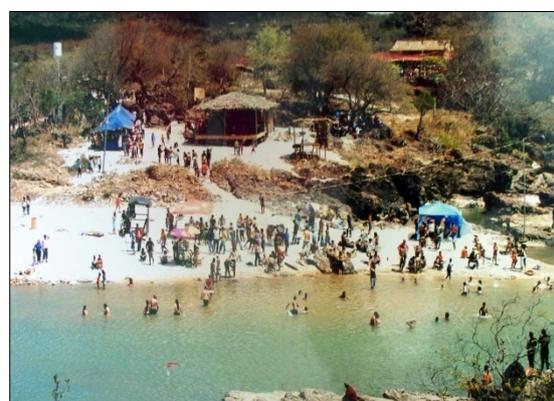


Foto 6.3.7-40 - Praia do Vau

Fonte: Brandt, 2012



Foto 6.3.7-41 - Guarda de Congado proveniente do município de Francisco Sá

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura



Foto 6.3.7-42 - Crianças participantes da procissão do Divino Espírito Santo



Foto 6.3.7-43 - Rei e Rainha da Festa do Divino Espírito Santo

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura



Foto 6.3.7-44 - Procissão do Divino Espírito Santo

Festa de Santo Antônio em Grão Mogol

A descrição detalhada sobre origem e história da celebração da Festa de Santo Antônio encontra-se no item *Festa de Santo Antônio* descrito para o município de Padre Carvalho.

De responsabilidade da Prefeitura Municipal de Grão Mogol, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e Paróquia Santo Antônio, a Festa de Santo Antônio, padroeiro do município, é realizada anualmente, de 31 de maio a 13 de junho.



Fotos 6.3.7-45 e 6.3.7-46 - Festa de Santo Antônio em Grão Mogol

Fonte: Brandt, 2012

A celebração ocorre no largo da Igreja Matriz, contando com missas diárias - onde participam padres convidados de outras paróquias, festas com decoração típica aos finais de semana com telão e som mecânico, barraquinhas, comidas e bebidas típicas, bandas de forró e artistas locais com premiação de grupos de quadrilhas e girandas.

Folia de Reis em Grão Mogol

A descrição detalhada sobre origem e história da celebração Folia de Reis encontra-se no item Folia de Reis descrito para o município de Fruta de Leite.

De responsabilidade da Prefeitura Municipal de Grão Mogol, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e Paróquia Santo Antônio, a Folia de Reis é realizada anualmente, dos dias 1º a 21 de janeiro.

A celebração ocorre nas ruas e casas de Grão Mogol, onde um grupo de 03 a 08 pessoas, entre 23 e 70 anos, caminha pelas ruas e casas da cidade, vestido com roupas de foliões, tocando violões, pandeiros e sanfonas e, homenageando a São Sebastião.

Nossa Senhora Santana

Santa Anna foi a mãe de Maria de Nazaré, conseqüentemente avó de Jesus de Nazaré, a qual segundo a tradição cristã presente na narrativa do evangelho apócrifo de Tiago, ou evangelho da infância de Maria⁶⁸, composto no século II (SOUZA, 2002⁶⁹). Nesta narrativa, “O primeiro episódio da vida de Maria foi sua concepção no ventre de sua mãe, Sant’Anna. Uma festa conhecida como a “Concepção de Anna” era celebrada em Constantinopla desde meados do século VIII e no Ocidente um século mais tarde”⁷⁰ (SOUZA, 2002: 233). Anna e Joaquim, seu esposo e pai de Maria, se encontravam numa situação constrangedora de ter suas ofertas recusadas no Templo, por não conseguirem conceber nenhum filho - a esterilidade era considerada uma maldição no judaísmo - levando inclusive à separação do casal. No entanto, após muitas orações um anjo “exorta-os a se encontrarem na Porta Dourada de Jerusalém onde Maria seria concebida pelo abraço dos dois” (SOUZA, 2002: 234), desta forma Maria havia sido concebida sem a consumação do pecado carnal.

⁶⁸ - (Nota da autora) Ver *Évangiles Apocryphes*, apresentação de France Quéré (Paris, Seuil. 1983), pp. 69-72.

⁶⁹ - SOUZA, Maria Beatriz de Mello e. Mãe, mestra e guia: uma análise da iconografia de Santa’Anna. *Topoi*. Revista de História - Rio de Janeiro, v. 03, n.º 05, p. 232-250, jul./ dez. 2002.

⁷⁰ - (Nota da autora) Na Igreja Grega, a celebração ainda é chamada de “Concepção de Anna”. Na Igreja Latina, é conhecida como “Concepção de Maria”. Esta festa do dia 8 de dezembro (nove meses antes da festa do nascimento de Maria) não deve ser confundida com a celebração litúrgica de Sant’Anna e São Joaquim, instituída no dia 26 de julho desde 1584, por iniciativa de Gregório XIII. Um aprofundamento da maior parte dos temas tratados neste trabalho pode ser encontrado na Tese de Doutorado de Maria Beatriz de Mello e Souza, *Les images de l’Immaculée Conception dans le monde luso-brésilien: leur culte et leur signification (XVIe-XVIIIe siècles)*. Université de Paris I - Panthéon Sorbonne, 1996. 3 vols. A tese inclui análises de diversas representações literárias e artísticas de Sant’Anna, com ilustrações das obras de arte.

FIGURA 6.3.7-6 - Encontro na Porta Dourada, obra de Giotto di Bondone, 1302-1305, na Capela dos Scrovegni, Pádua, Itália



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/>⁷¹ Acesso em: 28/11/2018

A genealogia de Cristo e de Maria são também bastante comuns na iconografia católica a partir do século XII, no entanto, durante a Contra-Reforma estes temas passam a ser deixados de lado, inclusive o tema exposto pela figura acima foi banido pelo Papa Inocêncio XI em 1677. A *Árvore de Jessé* é um dos temas que passou por transformações ao longo do tempo, onde é possível observar que enquanto as primeiras representações valorizavam a figura do Cristo e sua descendência, a descendência de Maria passa a ser o tema central das representações posteriores. (SOUZA, 2002: 235)

No Brasil, o primeiro poema em latim escrito na América portuguesa, por Padre Anchieta, teve como inspiração o início da vida de Maria e a importância de Santa Anna em preparar a mãe do messias para desempenhar seu papel sagrado. Trata-se portanto da primeira evidência da devoção a Nossa Senhora Santana em território americano.

⁷¹ - Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Porta_Dourada_\(Jerusal%C3%A9m\)#/media/File:Giotto_-_Scrovegni_-_06_-_Meeting_at_the_Golden_Gate.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Porta_Dourada_(Jerusal%C3%A9m)#/media/File:Giotto_-_Scrovegni_-_06_-_Meeting_at_the_Golden_Gate.jpg) Acesso em: 28/11/2018

“O tema da vida de Maria inspirou a primeira manifestação conhecida da devoção a Sant’Anna no Brasil. Trata-se do primeiro poema escrito na América portuguesa, obra-prima de José de Anchieta (Tenerife, 1534 - Espírito Santo, 1597). Foi composto em 1563, ano da conclusão do Concílio de Trento, que tentava frear o culto de Sant’Anna. A obra começa com a concepção de Maria. Graças à pureza de sua filha, Anna deu à luz sem dores.³ O jesuíta exalta todas as funções maternas que Anna assumiu, mesmo as mais comuns, como a amamentação. Os papéis mais importantes de Sant’Anna foram a concepção de Maria, sua “educação” e sua preparação ao voto de virgindade, ao ser consagrada no Templo. O valor do poema, além da propagação pioneira de certas idéias teológicas no Brasil, é o de traduzi-las em um modelo de comportamento para os fiéis, onde as virtudes da virgindade e da castidade ganham relevo. Embora o maior religioso da colônia pregasse a contemplação e a imitação da “imagem” de Maria, seu manuscrito em latim dificilmente poderia ser divulgado entre os leigos. As artes visuais iriam se encarregar da criação de imagens que fossem eloqüentes em sociedades majoritariamente analfabetas, como as da América portuguesa.” (SOUZA, 2002: 235).

Diversas representações foram produzidas com o objetivo de expressar o importante papel de Santa Anna como mãe mestre e guia de Maria de Nazaré. Dentre elas, podemos citar: *Anna grávida*, *Santas Mães*, *Sant’Anna Mestra* e *Sant’Anna Guia*. A primeira destas representa “Maria menina envolta em raios de luz era desenhada sobre o ventre de Sant’Anna. Consideradas indecentes, as imagens de *Anna grávida* não foram favorecidas pela Igreja na Contra-Reforma” (SOUZA, 2002: 236).

Aparentemente todas essas manifestações que valorizam a genealogia materna de Jesus de Nazaré se configuraram como ameaça ao papado centrado em uma ascendência masculina, indo de encontro aos interesses do vaticano, que durante a Contra-Reforma se encarregaram em repreender todos os cultos que valorizavam a “linhagem materna” de Cristo. Porém, no Brasil, e especificamente em Minas Gerais é observado um movimento oposto em vista da importância dada a Sant’Anna pelos mineradores. Evidências que ainda podemos observar desta forte devoção a matrilinearidade do “salvador” se encontra na cultura popular, onde por exemplo a música *Calix Bento*, integrante da Folia de reis na maioria dos locais onde acontece descreve a Árvore de Jessé através dos dizeres: “De Jessé nasceu a vara,/ da vara nasceu a flor,/ e da flor nasceu Maria,/ de Maria o salvador”⁷².

“A maioria dos historiadores percebeu o fenômeno da “santificação matriarcal” apenas como um abuso popular em torno de lendas religiosas. É preciso atentar, contudo, para um vínculo importante. É o que une historicamente a valorização da linhagem feminina e o aspecto “matrifocal” de certas sociedades como as de Minas Gerais, onde o culto a Sant’Anna era preeminente.¹⁰ A arte barroca indica que a oposição quinhentista ao culto à mãe de Maria não conseguiu interrompê-lo. Uma das razões era o papel atribuído à segunda santa mais importante da colônia: ser padroeira dos mineradores.” (SOUZA, 2002: 237).

Provavelmente, dentro deste contexto em que se iniciou a devoção a Nossa Senhora Santana no município de Grão Mogol, durante o período de exploração do diamante em seu território.

⁷² - Esta canção popular foi registrada por Milton Nascimento no disco *Gerais* (1075), na faixa intitulada *Cálix Bento*.

Para transformar a importância da mãe de Maria em algo que fosse de encontro aos interesses da igreja católica, a Contra-reforma focou em seus atributos de esposa - inclusive omitindo o saber tradicional de que ela havia tido mais de um marido, e de preservar a virgindade de Maria como um tesouro. Sua associação com os tesouros e com a exploração de metais e pedras preciosas já era bastante popular na Espanha e entre “moedeiros”. Ela era frequentemente citada durante os sermões “como “o tesouro escondido no campo” da parábola sobre o reino dos céus (Mateus 13). Esta parábola deve ter sido particularmente eloqüente em Minas, pois ela evoca o homem que, tendo achado o tesouro, vende tudo que possui para comprar o campo onde ele se encontra” (SOUZA, 2002: 238).

Neste período as imagens de *Sant’Anna Mestra* e *Sant’Anna Guia* se tornam as mais difundidas já que as demais passam a ser ignoradas pelos doutrinadores. Ambas se referem ao processo educativo de Maria, onde o livro é elemento recorrente na primeira e o caminhar de mãos dadas é representado na segunda, menos recorrente.

FIGURA 6.3.7-7- Imagem de Sant’Ana Mestra, século XVIII, originária de Minas Gerais



FIGURA 6.3.7-8 - Imagem de Sant’Ana Guia, século XVIII, originária da Bahia



Fonte: Acervo digital do Museu de Sant’Ana em Tiradentes, MG.⁷³

Festa de Nossa Senhora Santana em Grão Mogol

De responsabilidade da Prefeitura Municipal de Grão Mogol, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e comunidade católica da comunidade de Barrocão, a Festa de Nossa Senhora Santana, é realizada anualmente, de 24 a 26 de junho.

⁷³ - Disponível em: <https://museudesantana.org.br/conheca/acervo/> Acesso em: 28/11/2018

Buscando resgatar e manter as tradições religiosas e culturais da região, a celebração ocorre na praça principal de Barroão e na quadra poliesportiva, contando com barraquinhas de palha de comidas e bebidas, shows musicais, apresentações culturais, missas, procissões, batizados, leilões, girandas, cavalgada e decoração típica.

Os valores arrecadados na festa são direcionados para a comunidade católica de Barroão.

→ Josenópolis

Tentativas de levantar as informações junto às secretarias municipais de administração e educação do município bem como, junto à paróquia de São José, objetivando alcançar dados complementares se mostraram infrutíferas, ao passo que não obtivemos retorno dos entes contatados.

O levantamento de dados secundários não obteve maiores informações a respeito do Patrimônio Cultural Imaterial no município, todavia foi possível encontrar notícias a respeito da “Festa de Maio”, a qual é celebrada no mês em que São José Operário é adorado no contexto do “dia do Trabalhador” no dia primeiro deste mês.

Festa de Maio - São José Operário

A ligação entre São José Operário e o dia do trabalhador (1º de maio) acontece a partir 1955, quando o Papa Pio XII (1939-1958) o escolhe para servir de modelo para os trabalhadores, num contexto marcado por diversos conflitos e tragédias ligadas aos movimentos sindicalistas que estavam lutando pela melhoria das condições de trabalho. Em seu discurso na Praça de São Pedro, acompanhado por cerca de 200.000 (duzentas mil) pessoas, o sumo pontífice declara o objetivo de cristianizar a festa para “[...] reafirmar, em forma solene, a dignidade do trabalho a fim de que inspire na vida social as leis da equitativa repartição de direitos e deveres.” (Libreria Editrice Vaticana⁷⁴, 2018).

São José já havia recebido o título de Padroeiro da Igreja Universal pelo Papa Pio IX (1846-1878), através do Decreto *Quemadmodum Deus*, de 8 de dezembro de 1870. Em seguida instaurou a festa litúrgica, o ofício e os privilégios litúrgicos de São José, através da Carta Apostólica *Inclytum Patriarcham*, de 7 de julho de 1871.

Este movimento de valorização da figura paterna e protetora de São José, associada ao trabalho constante, incansável e dedicado do protetor da Igreja, Maria de Nazaré e Jesus Cristo tem início a duzentos anos atrás, a partir da queda da popularidade e ataques sofridos pelo papado com o crescimento do protestantismo e movimentos de contra reforma a qual a Igreja Católica foi forçada a realizar para conservar seus fiéis.

A figura de Pai Espiritual a qual São José representa reforça a importância da Figura do Papa o Pai da Igreja Católica.

⁷⁴ - Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1955/documents/hf_p-xii_spe_19550501_san-giuseppe.html Consulta em 26/11/2018

Festa de Maio - Nossa Senhora dos Anjos em Josenópolis

A pesquisa realizada identificou que no ano de 2017 a “Festa de Maio”, apesar de estar próxima a data de celebração de São José Operário (1º de maio), possui caráter de louvação à Nossa Senhora dos Anjos, geralmente realizada no dia 2 de agosto (calendário litúrgico franciscano), e conhecida popularmente como “Porciúncula”.

A tradição católica conta que em 1216, Francisco de Assis teve uma visão enquanto orava dentro de uma igreja da Porciúncula. Nesta experiência, ele relata Para o Pontífice Honório III que naqueles dias se encontrava na Perusia, que havia visto Jesus Cristo, Santa Maria e uma multidão de anjos que iluminaram toda a igreja onde estava. Na ocasião, foi indagado sobre o que desejava para a salvação das almas e sua resposta foi imediata (Frei Régis Daher, 2018⁷⁵):

“Santíssimo Pai, mesmo que eu seja um mísero pecador, te peço, que, a todos quantos arrependidos e confessados, virão a visitar esta igreja, lhes conceda amplo e generoso perdão, com uma completa remissão de todas as culpas”.

O Senhor Ihe disse: “Ó Irmão Francisco, aquilo que pedes é grande, de coisas maiores és digno e coisas maiores tereis: acolho portanto o teu pedido, mas com a condição de que tu peças esta indulgência, da parte minha, ao meu Vigário na terra (Papa)”.

E imediatamente, Francisco se apresentou ao Pontífice Honório III que, naqueles dias encontrava-se em Perusia e com candura Ihe narrou a visão que teve. O Papa o escutou com atenção e, depois de alguns esclarecimentos, deu a sua aprovação e disse: “Por quanto anos queres esta indulgência”? Francisco, destacadamente respondeu-Ihe: “Pai santo, não peço por anos, mas por almas”.

E feliz, se dirigiu à porta, mas o Pontífice o reconvocou: “Como, não queres nenhum documento”? E Francisco respondeu-Ihe: “Santo Pai, de Deus, Ele cuidará de manifestar a obra sua; eu não tenho necessidade de algum documento. Esta carta deve ser a Santíssima Virgem Maria, Cristo o Escrivão e os Anjos as testemunhas”.

E poucos dias mais tarde, junto aos Bispos da Úmbria, ao povo reunido na Porciúncula, Francisco anunciou a indulgência plenária e disse entre lágrimas: “Irmãos meus, quero mandar-vos todos ao paraíso!” (Frei Régis Daher, 2018).

6.3.8 - Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental

Considerados os município e regiões da Área de Estudo do Projeto Bloco 8 foram realizadas duas modalidades de Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, de natureza qualitativa, na Área de Estudo do Meio Socioeconômico.

⁷⁵ - Disponível em: <https://www.portalcatico.org.br/single-post/2017/08/02/Festa-de-Nossa-Senhora-dos-Anjos-o-Perd%C3%A3o-de-Assis> Consulta em 20/11/2018

A primeira, voltada à captação da percepção socioeconômica e ambiental de stakeholders institucionais e comunitários com atuação preponderante nos municípios (sedes urbanas) da Área de Estudo, além de núcleos e localidades rurais situados nas áreas de inserção e adjacência ao Projeto Bloco 8. A segunda, direcionada à caracterização dos proprietários rurais residentes nas áreas previstas para implantação das estruturas do Projeto Bloco 8 e captação de sua percepção acerca do projeto.

Ambos os roteiros de Pesquisa foram formulados visando identificar os principais aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais que regem a dinâmica sócio comunitária da Área de Estudo do Projeto Bloco 8, oportunizando assim a realização de um diagnóstico socioeconômico adequado à realidade vivida e percebida pelos atores sociais locais.

É preciso ter em mente que objetivo principal de uma pesquisa socioeconômica de campo, para fins de EIA, é valorizar todos os aspectos que forem descobertos e descritos pelo quórum entrevistado, e não relativizar um aspecto pelo número de pessoas que o apontaram. Assim, em pesquisa qualitativa bastou que uma pessoa relate um determinado aspecto socioeconômico e ambiental, para que este fosse considerado para os fins do presente diagnóstico social.

Isso posto, observou-se que a realização de pesquisa de cunho qualitativo, tal como executada, foi adequada ao presente estudo de viabilidade ambiental, permitindo a otimização mais interessante entre número de entrevistas realizadas, a amplitude de prospecção em campo e a qualidade da informação obtida.

A realização da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental ocorreu no período de 22 a 29 de julho de 2018.

As figuras a seguir, apresentam os locais de realização das entrevistas dos Módulos: *Stakeholders* Institucionais e Comunitários e Propriedades Rurais.

FIGURA 6.3-7 - Localização Entrevistas Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Stakeholders Institucionais e Comunitários

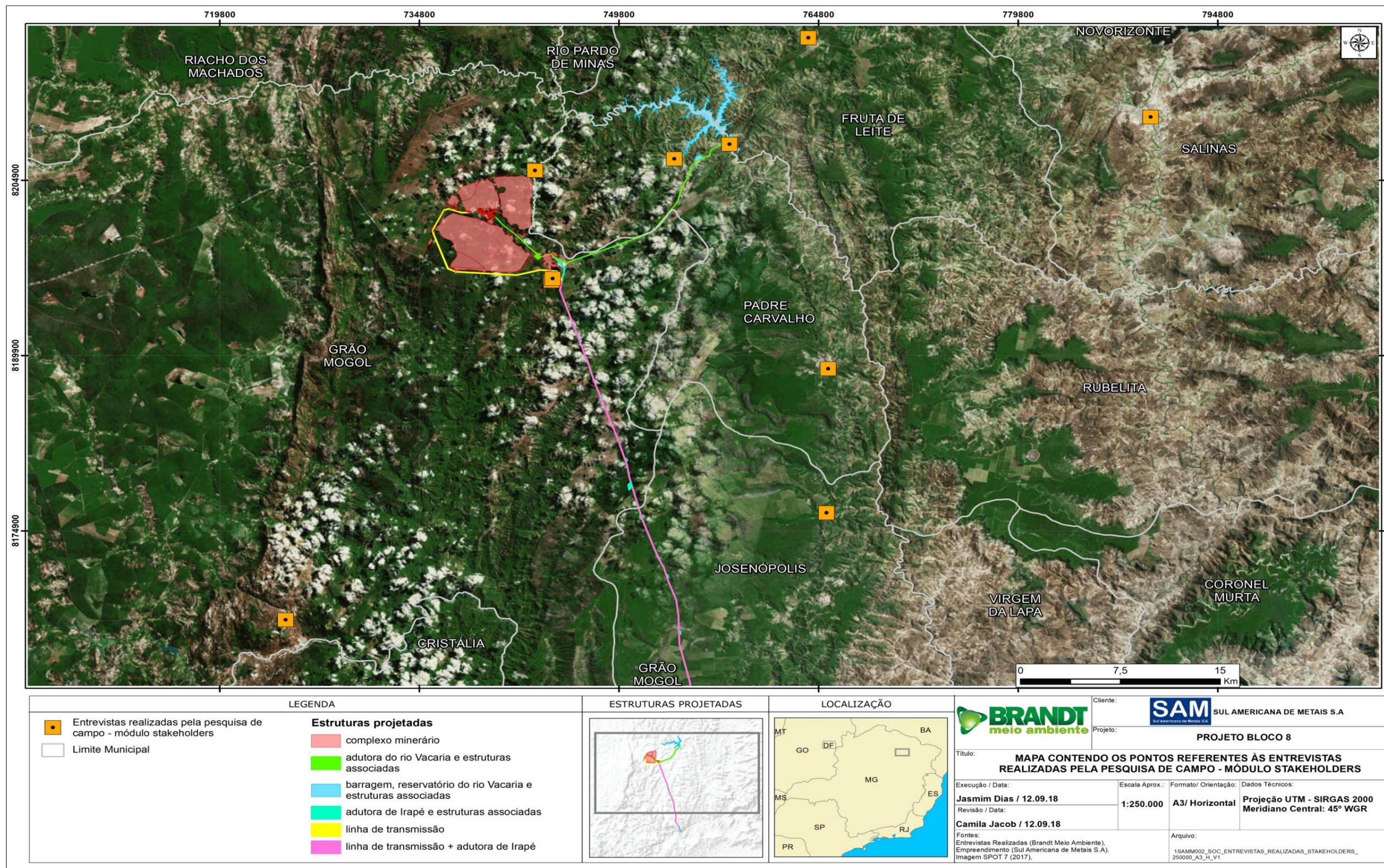
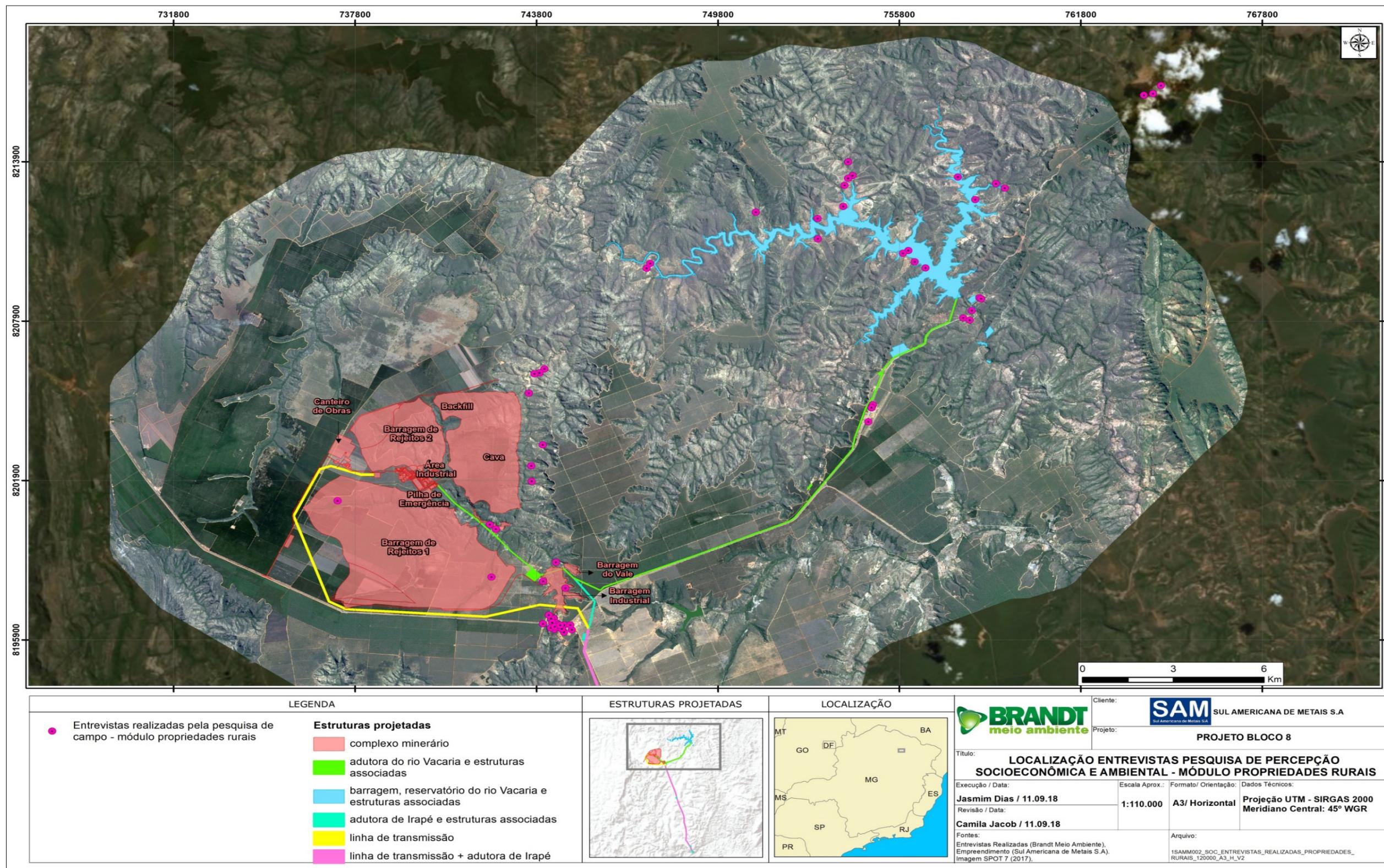


FIGURA 6.3-8 - Localização Entrevistas Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Propriedades Rurais



6.3.8.1 - Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Stakeholders Institucionais e Comunitários

A Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental junto aos *stakeholders* institucionais e comunitários caracterizou-se pela aplicação de roteiro de pesquisa semiestruturado, direcionado à apuração das qualidades, fragilidades, vulnerabilidades, potencialidades e oportunidades socioeconômicas e ambientais do município ou região pesquisada. Também foram apurados os aspectos relacionados à interação mantida entre a instituição pesquisada e a empresa Sul Americana de Metais (SAM) e Projeto Bloco 8.

Participaram da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental os representantes do poder público municipal de Fruta de Leite, Grão Mogol, Josenópolis, Padre Carvalho e Salinas, além de representantes das localidades rurais situadas nas áreas de inserção e adjacências do Projeto Bloco 8, totalizando 10 entrevistas aplicadas e 50 atores sócio-institucionais ouvidos.

Em análise técnica ao conjunto das percepções realizadas no âmbito da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental e apresentadas no Diagnóstico do Meio Socioeconômico, faz-se notória a percepção de que os vínculos comunitários caracterizam as regiões em estudo, singularizando-as como localidades - urbanas ou rurais - acolhedoras, hospitaleiras, tranquilas e sossegadas para se viver.

Tais qualidades sociais são apresentadas pelos entrevistados como asseguradoras de uma boa qualidade de vida aos moradores da região. Qualidade de vida que apresenta estrita relação com o vínculo que os nativos apresentam pela terra, e que por sua vez determinam as relações comunitárias amistosas e zelo aos aspectos ambientais suscitados em todas as regiões pesquisadas, sejam elas sedes urbanas ou localidades rurais.

Aos vínculos comunitários e territoriais apontados como determinantes da qualidade de vida nas regiões estudadas, soma-se a percepção positiva quanto aos aspectos infraestruturais locais e de qualidade na prestação de serviços públicos básicos, e a importância do cerrado e dos recursos hídricos locais para a dinâmica produtiva e social.

A partir do panorama geral das qualidades socioeconômicas e ambientais apontadas pelos entrevistados, e, principalmente no contexto das relações comunidade-território, emerge a principal vocação econômica e cultural das regiões rurais em estudo: a agricultura familiar de subsistência.

De acordo com os entrevistados outras vocações econômicas e culturais somam-se à vocação principal de agricultura familiar de subsistência, sendo a maioria delas intimamente relacionadas ao tema, como: produção rural, atividade pecuária e de laticínios, fabricação de farinha de mandioca, extrativismos de frutos do cerrado, produção de rapadura e cachaça.

Por outro lado, dois outros temas são evocados como referências socioeconômicas das regiões em estudo: a presença de atividades silvícolas e a atuação da população no setor de serviços e de administração pública. O primeiro, referente às atividades silvícolas, é evocado por sua grande presença na região ainda que os entrevistados identifiquem poucos rendimentos econômicos relacionados a tal atividade econômica. Na posição oposta, a atuação no setor de serviços e, principalmente, na administração pública, é identificada como sustentáculos da geração de renda local.

É interessante observar que o caminho apontado na Pesquisa de Percepção para o desenvolvimento socioeconômico das áreas em estudo, passa majoritariamente por duas searas de atuação: o fomento à atividade do pequeno produtor rural e a abertura de novas e diversificadas oportunidades de geração de emprego e renda. Ou seja, referem-se ao fomento à vocação agrícola municipal e à viabilização de novas alternativas econômicas àqueles que não subsistem das atividades rurais.

De acordo com os relatos apresentados, a falta de oportunidades de educação profissionalizante e emprego à população jovem e adulta, a insuficiência de mobilização social e de conscientização política e ambiental da população e dos gestores locais, e a carência de parcerias efetivas, figuram como os principais fatores limitantes ao desenvolvimento socioeconômico das áreas em estudo.

Conforme relatado em resposta à Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, as parcerias de fato proveitosas devem passar pelo viés do fomento à produção rural - com aporte de recursos financeiros, insumos e conhecimentos técnicos, e proteção dos recursos hídricos locais -, ou pela linha de capacitação profissional de jovens e adultos; como oportunizado pelo Sistema S (SENAR, SENAC e outras) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), segundo os entrevistados.

Há, entre os entrevistados, a percepção muito disseminada de que o modelo de parceria construtiva, capaz de converter as tantas fragilidades socioeconômicas e ambientais vivenciadas na região, em rendimentos para a sociedade e a comunidade como um todo, são do tipo “ganha-ganha”. Mas, que esse modelo de parceria, parece não ser interessante para as empresas da região preocupadas em que prevaleçam somente seus interesses organizacionais.

Enquanto os elevados índices de desemprego, a falta de oportunidades de profissionalização e geração de renda, a escassez de recursos hídricos, os elevados problemas sociais e infraestruturais, e a restrita produtividade agrícola marcam a vida dos moradores das regiões estudadas - inclusive determinando um grande processo de emigração sazonal para a colheita do café no sul do estado -, a comunidade se recente pela carência de investimentos públicos municipais e parcerias construtivas com as empresas e instituições da região.

No conjunto dessas fragilidades, ou seja, no contexto de reciprocidade do problema em si, e da falta de parcerias frutíferas para sua superação, consolida-se, na percepção dos entrevistados, um quadro de vulnerabilidade socioeconômica nas regiões em estudo.

Sobre essas vulnerabilidades, principalmente relativas à baixa qualificação profissional dos moradores da região, à falta de uma matriz econômica diversificada, à insuficiência na produção agrícola, e à restrição hídrica na zona rural, apontam-se projetos dos mais diversificados, conforme elencados no Anexo II, a saber, em sua maioria carecendo de toda forma de apoio.

Na superação dessas vulnerabilidades socioeconômicas, o Projeto Bloco 8 é percebido de forma distinta pelos grupos institucionais e comunitários participantes da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental, em um espectro que vai do potencial do empreendimento de transmutar positivamente do status social dos municípios da região, ao desrespeito dos direitos dos proprietários rurais das áreas previstas para implantação de suas estruturas.

Toda ordem de percepções perpassa a avaliação dos representantes institucionais e comunitários entrevistados. Porém é importante ressaltar que a preocupação quanto ao comprometimento ambiental que pode ser ocasionado pelo Projeto, em impacto, principalmente, aos recursos hídricos regionais e pontuais, bem como aglomeração populacional, e consequente sobrecarga aos serviços públicos urbanos e comunitários dos núcleos urbanos e rurais se fez presente nas entrevistas sobre o Projeto Bloco 8.

Especificamente em relação à atuação da SAM na região, o bom relacionamento institucional e comunitário estabelecido pela empresa com os *stakeholders* entrevistados foi ostensivamente reportado pelos entrevistados. A empresa é percebida como parceira das instituições públicas e associações comunitárias da região, cujos integrantes reportam o acesso facilitado aos representantes da organização, que por sua vez se compromete com as demandas institucionais e comunitárias locais.

Por outro lado, ainda que positiva e considerando o momento do empreendimento que ainda está em fase de estudo e desenvolvimento, a interação com a SAM é vista por alguns representantes de associações comunitárias como permeada pela falta de transparência e clareza nas informações repassadas.

Há ainda a preocupação dos representantes das localidades rurais de inserção do empreendimento que se dizem inseguros. Alguns manifestam sentimento de revolta e medo de serem expulsos de suas terras, ou mesmo ter que se mudar de propriedade, mudar de vida, e ver rompidos seus vínculos sociais e vínculo com a terra de seus antepassados. Há também o medo de que suas fontes de subsistência sejam diretamente prejudicadas, principalmente a produção rural e o extrativismo do cerrado.

Por fim, são muitas as oportunidades socioeconômicas e ambientais percebidas como relativas ao desenvolvimento do Projeto Bloco 8. Estas oportunidades variam entre a percepção institucional e comunitária de que haverá geração de emprego, aumento da renda em circulação, aumento na arrecadação de impostos e tributos, realização de investimentos em infraestruturas e serviços municipais que poderão ser oportunizados pelo Projeto Bloco 8, e a percepção comunitária de que o melhor caminho para o desenvolvimento das regiões rurais seria não ter a sua situação atual alterada.

6.3.8.2 - Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Propriedades Rurais

A Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Propriedades Rurais foi realizada junto aos proprietários de imóveis rurais na área de inserção do complexo minerário, barragem do rio Vacaria, adutora da barragem do rio Vacaria, e porção mais distal da adutora de Irapé e linha de transmissão, na altura do distrito do Vale das Cancelas.

Este Módulo caracterizou-se pela aplicação de roteiro de pesquisa estruturado/semiestruturado, direcionado à apuração das características específicas das propriedades rurais, e famílias residentes, nas diversas localidades prospectadas. Buscou-se compreender as percepções de lugar, características sociofundárias e produtivas, infraestruturas de apoio ao imóvel, perfil econômico das famílias, relações comunitárias e associativismo, existência de patrimônio histórico e cultural na região, relações produtivas com o meio ambiente, percepção socioambiental dos entrevistados, e, finalmente, suas relações com o empreendimento em tela, onde foram apurados os aspectos relacionados à interação dos indivíduos entrevistados com a Sul Americana de Metais e sua percepção acerca do Projeto Bloco8.

Participaram da Pesquisa 76 (setenta e seis) pessoas residentes na região abrangida pelo Projeto Bloco 8, estando o complexo minerário localizado na porção norte do município de Grão Mogol, em área limítrofe com os municípios de Padre Carvalho e Fruta de Leite, estes últimos correspondendo ao local onde será implantada a barragem do rio Vacaria e a maior parte da adutora da barragem do rio Vacaria.

Didaticamente, para a presente análise, os dados apurados em virtude da aplicação do Módulo Propriedades Rurais da Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental foram sistematizados em dois grupos: Complexo Minerário (CM), onde 42 (quarenta e dois) questionários foram aplicados; e Barragem do rio Vacaria (BV), com 34 (trinta e quatro) questionários aplicados.

A tratativa dos dados referidos como Complexo Minerário (CM), incluíram, também, parte das propriedades rurais situadas nas áreas de inserção e adjacências da adutora da barragem do rio Vacaria, e da adutora de Irapé e linha de transmissão (porção mais distal, próxima ao distrito do Vale das Cancelas). Já a tratativa dos dados referentes à Barragem do rio Vacaria (BV) incluíram, também, a fração mais próxima das propriedades rurais situadas na área de inserção e adjacências da adutora da barragem do rio Vacaria.

Sobre esses grupos realizou-se uma análise integrada, as quais apontaram uma série de peculiaridades concernentes a cada uma das regiões prospectadas durante o trabalho de campo. Pode-se dizer que o aspecto mais marcante que ambas possuem em comum são os fortes vínculos territoriais, comunitários e familiares que esta população expressa por suas localidades e região de moradia.

A maioria dos proprietários de terras na área de inserção do Projeto Bloco 8 são pessoas que nasceram e cresceram na região e ainda se mantêm ativos nas suas propriedades rurais a partir das atividades agrícolas ali desenvolvidas para a subsistência de suas famílias.

A partir de meados de 1960, perante as limitações ambientais (geradas pela expansão do cultivo do eucalipto nas chapadas do cerrado) e grande perda de produtividade das fazendas, condição associada à seca prolongada que se fez sentir a partir de 2010, uma parte da população das áreas pesquisadas se deslocou para as porções do território mais urbanizadas, às margens da BR-251, mais precisamente, lotando-se no distrito do Vale das Cancelas, e núcleos rurais de Vacaria/Ponte Velha e Campo de Vacarias. Segundo os entrevistados essa nova possibilidade de moradia facilitou os aspectos de mobilidade, acesso a serviços de saúde, educação e abastecimento de água, bem como a busca por fontes de renda alternativas e complementares à atividade rural de subsistência.

Mas, ainda hoje, a principal atividade econômica praticada nas áreas de inserção e adjacências do Projeto Bloco 8 é a agricultura familiar de subsistência, onde tudo aquilo que se produz é destinado ao consumo das famílias, com a venda de um eventual excedente de produção para os núcleos rurais e localidades próximas.

É possível identificar dentro das práticas agrícolas e extrativistas observadas e declaradas pelos entrevistados, uma grande integração dessa população com o cerrado, responsável por oferecer frutas, plantas fitoterápicas, lenha, matéria prima para produtos e utensílios artesanais de uso doméstico (peneiras, balaios, sabão, etc.), pasto nativo para as poucas cabeças de gado, etc.

Este modo de vida rural extrativista, muito associado à identidade Geraizeira, mostrou-se bastante sufocado pela expansão da monocultura do eucalipto e pinus durante as últimas décadas - a qual é responsável pelo alto nível de degradação do bioma Cerrado na região.

Este panorama demanda muito cuidado na avaliação e análise dos dados apurados em campo, principalmente pelo fato de que o reconhecimento Geraizeiro, por parte dos entrevistados se encontra mais claro na medida em que vem sendo apoiado por um discurso político estruturado, conforme declarado em resposta à Pesquisa de Percepção. Por vezes tais grupos que se autodenominam geraizeiros e demonstram uma postura de resistência perante o empreendimento, principalmente, na área de inserção do futuro complexo minerário.

Esta postura de maior engajamento social associa-se, segundo reportado também na Pesquisa de Percepção Módulo *Stakeholders* Institucionais e Comunitários, à atuação do movimento social do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), desde as atividades de sondagens geológicas e prospecção dos corpos de minério desenvolvidas pela empresa, que na ocasião causaram algumas preocupações e transtornos aos habitantes das localidades do grupo CM (Complexo Minerário), segundo algumas declarações dadas no decorrer das entrevistas.

Já os habitantes da região de inserção da barragem do rio Vacaria, majoritariamente não reconhecem suas localidades como comunidades tradicionais Geraizeiras, apesar de apresentarem os mesmos modos de vida observados no grupo CM, com algumas variações condicionadas às características geográficas inerentes ao local, e nível de colonização do território pela silvicultura de árvores exóticas.

No que se refere à habitação, em geral a infraestrutura das residências rurais é simples, com moradias de padrão construtivo baixo e médio, em que se registra uma predominância de casas construídas com tijolos artesanais de adobe, salvo em alguns casos onde as residências foram ampliadas com novos cômodos construídos em alvenaria. Ainda mais recentemente, registrando-se a presença de algumas unidades construídas inteiramente com tijolos cerâmicos ou blocos de concreto.

No âmbito do saneamento básico, o lixo orgânico em geral é utilizado como fonte de nutrientes para o solo, seja via produção de adubo orgânico ou sendo lançado direto nos quintais. O lixo inorgânico (plástico, metal, papel de embalagens, etc.) é majoritariamente queimado, uma vez que não há coleta de resíduos sólidos em nenhuma das localidades rurais prospectadas.

É comum encontrar casas que não possuem banheiro interno, e nem qualquer forma de fossa rudimentar ou latrinas externas. Nesses casos, os moradores utilizam a mata adjacente às residências para fazer suas necessidades fisiológicas. Este cenário também possui maior recorrência nas propriedades inseridas na área do complexo minerário, a não ser em alguns casos onde banheiros externos com fossas sépticas são encontrados como resultado de projetos de saneamento básico realizados pelo movimento social do MAB.

A água abundante e de boa qualidade é o maior trunfo oferecido por este ambiente semiárido, conforme os entrevistados, sendo a região reconhecida por seus moradores como privilegiada em oferta hídrica. Verifica-se que a maioria das propriedades rurais são abastecidas por minas d'água, córrego, rio, açude ou represa. No entanto, também foram observadas realidades contrárias nos dois grupos de pesquisa, onde a população representada pelo grupo BV alega possuir um cenário de escassez deste recurso muito mais severo que o apresentado pelo grupo CM.

As características socioeconômicas apresentadas até então (2018), e confirmadas pelos dados coletados durante a Pesquisa de Percepção Socioeconômica e Ambiental - Módulo Propriedades Rurais, descrevem uma população de baixa renda, marcada pelo desemprego, subemprego e falta de oportunidades profissionais (~21,0% dos entrevistados). É comum encontrar famílias que possuem pelo menos um de seus membros que viajam anualmente para trabalhar na colheita do café, na Bacia do rio Grande (MG e SP)⁷⁶, visando arrecadar uma quantia de dinheiro para suprir parte das despesas da família, até a próxima temporada. Fora isso, a principal receita destas famílias se resume ao recebimento de aposentadorias rurais (~16,3% dos entrevistados) e benefícios sociais (bolsa família) (~30,0% dos entrevistados).

No que se refere às relações comunitárias e de associativismo, verificou-se na Pesquisa de Percepção, um grande senso de valorização do território, onde as pessoas levam sua vida e tiram seu sustento da terra, há várias gerações. Os fortes vínculos comunitários e familiares mais uma vez se mostram presentes no grande número de associações comunitárias atuantes, e ainda potencializados e reorganizados pela ação do movimento social do MAB. O sindicalismo, apesar de possuir grande representatividade, não possui tanta assiduidade quanto estas formas de organização locais, parecendo que o principal fim das filiações se deve à busca pelo direito à aposentadoria de lavrador.

Em relação às qualidades e problemas socioambientais percebidos pelos entrevistados, é interessante destacar o fato de que as mesmas potencialidades oferecidas pelo ambiente característico da região (água, fontes de extrativismo no cerrado, beleza natural, etc.), também são os maiores desafios para a sobrevivência dessas comunidades rurais. Verifica-se que a redução do espaço de manifestação do bioma Cerrado, associada à restrição hídrica percebida pelos moradores da região, emergem como os fatores de maior preocupação socioambiental para o proprietário rural, trazendo implicações negativas à sua subsistência rural e aos modos de vida Gerazieiros (95,24% em CM, e 2,94% BV, referente a apenas um entrevistado). Paralelamente, em ambas as áreas prospectadas, foram mencionados como problemas locais a má conservação dos acessos rurais e as dificuldades de mobilidade, e, em decorrência, suas implicações para o encaminhamento de enfermos para o atendimento médico nos núcleos rurais ou sedes urbanas mais próximas.

⁷⁶ 59,54% dos entrevistados possuem pelo menos um familiar que, na ocasião da realização da Pesquisa, estava fora de casa por motivo do trabalho sazonal nos cafezais.

Um temor bastante recorrente, relacionado à presença de uma empresa mineradora na região, diz respeito a possíveis desastres ambientais e contaminação da água da barragem do rio Vacaria, em menção, inclusive, ao desastre ambiental ocorrido com o rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão no distrito rural de Bento Rodrigues, em Mariana.

Por outro lado, segundo os entrevistados, o empreendimento representa novas oportunidades de empregabilidade e renda, e oportunidades para o desenvolvimento da localidade ou região. Há também a expectativa de que o empreendimento irá possibilitar que muitos daqueles que se mudaram da região em busca de melhores condições de vida, possam retornar à sua terra natal. Assim, são estas três questões: geração de emprego, migração de retorno associada ao emprego, e desenvolvimento geral das localidades e regiões, os principais benefícios identificados como estando associados ao Projeto Bloco 8.

Especificamente na região de inserção da barragem do rio Vacaria, cerca de 40% dos entrevistados mencionam a grande contribuição social que a SAM oportunizará com a construção do barramento, e conseqüente aumento na oferta do recurso hídrico à região, dado que por intermédio da empresa finalmente se concretizará o projeto de mesma tônica (barramento dos recursos hídricos) idealizado pelo Estado de Minas e percebido pelos moradores da região como importância para o desenvolvimento local.

Por fim, para aqueles que ainda não tem real dimensão do nível de transformações que ocorrerão na dinâmica social e ambiental de sua terra natal com o Projeto Bloco 8, a atuação da SAM Metais na região se apresenta de forma temerária, e mesmo para aqueles que já conseguem fazer uma melhor ideia sobre o Projeto Bloco 8.

Neste aspecto os temores são relativos à degradação ambiental, com reflexos, principalmente, na disponibilidade hídrica local. Há ainda receios de desapropriação, rompimento dos vínculos comunitários e com a terra cultivada há gerações, em que os proprietários rurais se veem, na melhor hipótese, obrigados a aderir a um processo de realocação, que, ademais, desconhecem, e que por fim, tem causado sentimento de indignação e revolta em alguns proprietários rurais, além do congelamento, na percepção dos entrevistados, de qualquer possibilidade de investimento nas propriedades rurais, desde a chegada da SAM à região.

6.3.9 - Comunidades Tradicionais

Conforme o Art. 3º do Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 - que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) são assim estabelecidos os Povos e Comunidade Tradicionais:

“Art. 3º, I. Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”

Neste ínterim, ressaltamos que desde 2014 a PNPCT apresenta correspondência no estado de Minas Gerais, com a instituição da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Lei Nº 21.147 de 14 de janeiro de 2014).

No arcabouço legal que rege o tema em Minas Gerais, a criação da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT) (Decreto 46.671/2014) bem como, a regulamentação de sua atuação, foram determinantes, tendo em vista a emissão de certidão de autodefinição para reconhecimento formal de Comunidades Tradicionais, e a regularização fundiária do território tradicionalmente ocupado (Decreto Nº 47.289/2017).

Segundo a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), entre os povos e Comunidades Tradicionais do Brasil estão os quilombolas, os ciganos, a matriz africana, os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de coco-de-babaçu, as comunidades de fundo de pasto, as faxinalenses, os pescadores artesanais, as marisqueiras, os ribeirinhos, os varjeiros, os caiçaras, os praieiros, os sertanejos, os jangadeiros, os ciganos, os açorianos, os campeiros, os varzanteiros, os pantaneiros, os geraizeiros, os caatingueiros, entre outros.

Dos grupos supracitados, cabe ao presente estudo tecer considerações específicas direcionadas a um grupo culturalmente diferenciado, denominado “geraizeiro”. Este grupo reproduz um modo de vida originado nos tempos da ocupação dos sertões situados entre as Minas Gerais e a Bahia, onde a criação extensiva de gado era praticada nas grandes superfícies dos chapadões recobertos com campos naturais de cerrado. Também a subsistência familiar e comunitária se faz nas bases de um profundo conhecimento e relacionamento com este bioma.

Nogueira (2009) os localiza geograficamente da seguinte maneira: *“geraizeiros são chamados os camponeses da porção de Cerrado no Norte de Minas Gerais - bem como noutras localidades, sobre as quais se estendem os Gerais, destacadamente o Noroeste do estado de Minas e o Oeste da Bahia, aonde a alcunha ainda é corriqueiramente utilizada”*.

Já nos primórdios do período colonial, os geraizeiros viviam quase que isolados nestas extensas regiões. De acordo com Dayrell (1998), estes grupos:

“desenvolveram a habilidade de cultivar às margens dos pequenos cursos d’água uma diversidade de culturas como a mandioca, cana, amendoim, feijões diversos, milho e arroz. Além das aves, o gado bovino e mesmo o suíno eram criados soltos, até em período muito recente, nas áreas de chapadas, tabuleiros e campinas de uso comunal. E são nestas áreas, denominadas genericamente como gerais, que vão buscar o suplemento para garantir a sua subsistência: caça, frutos diversos, plantas medicinais, madeiras para diversos fins, mel silvestre, etc. Os produtos que levam para o mercado - farinha de mandioca, goma, rapadura, aguardente, frutas nativas, plantas medicinais, artesanato - refletem o ambiente, o modo de vida, as possibilidades e potencialidades dos agroecossistemas onde vivem.”

A região de ocorrência dos modos de vida geraizeiros é muito grande (“O sertão é do tamanho do mundo”, como escrito por João Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas), abarcando boa parte do norte de minas, sudoeste da Bahia e noroeste de Goiás.

O modo de vida geraizeiro vem se transformando, na região norte de Minas, a partir de meados da década de 1960, frente a diversos fatores tais como: as modificações nos usos do solo - por meio da predominância de monoculturas (especialmente reflorestamento); êxodo rural e intensificação do processo de urbanização; massificação cultural; e, mais recentemente, advindo do processo de globalização. Assim, é possível perceber diversos graus de identidade geraizeira nesta região, sendo comum que as pessoas de mais idade ainda mantêm preservados os modos de vida geraizeiros - característica não tão marcantes nos indivíduos mais jovens.

O Projeto Bloco 8 situa-se em vasta região de ocorrência dos modos de vida geraizeiros e, não se diferindo de muitos outros locais, nesta ampla região, distinguem-se grupos com diferentes graus de identificação com estes modos de vida.

Em decorrência do dinamismo natural da cultura e dos fatores de intervenção já descritos anteriormente - em especial a ocupação, por grandes reflorestamentos de eucaliptos, dos extensos campos naturais do cerrado que ocorrem nas topografias mais ou menos planas ou “chapadões” (que correspondem aos “Gerais”) que caracterizam a área prevista para o Projeto Bloco 8 - nota-se uma perda significativa na identidade geraizeira. Considerando a falta de acesso a amplas áreas dos “Gerais”, ocupadas pelas monoculturas de eucalipto e pinus, estas populações restringiram sua atuação aos pequenos vales pontuados em meio aos grandes projetos de reflorestamento, expressando assim o termo recantilados que, segundo Costa (2017): *“designa a compreensão geraizeira da limitação do uso das terras de gerais, “acuados” nas grotas, em consequência da apropriação privada das terras”,* pelo fenômeno da grilagem.

Assim, o panorama atual verificado nas áreas em análise se traduz na manutenção dos costumes geraizeiros pelos produtores rurais mais velhos, que procuram ainda manter suas condições de subsistência através da pouca terra que lhes resta nestes vales. Estes são geralmente apoiados por poucos recursos financeiros, enviados pelos familiares, em geral filhos, que migraram em busca de oportunidades de trabalho em outras regiões do Estado ou do País.

Nesse contexto, considerando o fator dinâmico da cultura - como mecanismo adaptativo e cumulativo - é natural que ali tenham ocorrido alterações nos traços que identificam os geraizeiros, o que se constatou quando da primeira pesquisa realizada na área do Bloco 8, no ano de 2011 (ainda no âmbito do Projeto Vale do Rio Pardo), refletindo-se na falta de registros sobre relatos e manifestações espontâneas dos entrevistados em relação à auto identificação como Comunidade Tradicional Geraizeira.

Com a atuação de entidades ligadas a movimentos sociais e às universidades estas populações vieram a conhecer a terminologia “Geraizeira”, inicialmente na forma de manifestações coordenadas pelos representantes destas instituições, e posteriormente, na internalização dos conceitos pelas comunidades locais, que passaram então a reportassem como tal.

Tais movimentos ficaram evidenciados por meio dos resultados das subsequentes pesquisas de campo, realizadas em julho de 2018, quando verificou-se o autorreconhecimento de parte da população como “Geraizeira”, principalmente na região de inserção do complexo minerário do Projeto Bloco 8.

É importante observar que se trata de um processo de reafirmação desta identidade tradicional, onde vários entrevistados afirmaram que não sabiam exatamente que eram “Gerazeiros”. Contudo se identificavam com os traços e modos de vida a eles atribuídos.

Em sequência, as entidades a frente deste movimento buscaram e obtiveram, em 2018, a Certificação de Autodefinição das Comunidades Tradicionais Geraizeiras em toda uma grande região, incluindo nesta, a área onde se insere o Projeto Bloco 8 - São Francisco (Núcleo de Lamarão) e do Vale das Cancelas (Núcleo Tingui) nas quais foram observados resquícios culturais dos modos de vida geraizeiros, principalmente preservados entre os moradores e produtores rurais mais velhos.

Não há evidência de demais comunidades tradicionais e/ou de comunidades indígenas, nas áreas de inserção das estruturas do Projeto Bloco 8.

6.3.10 - Análise Integrada do Meio Socioeconômico

De modo conclusivo, como resultado de uma análise integrada dos aspectos socioeconômicos conformadores da realidade dos municípios, núcleos rurais e localidades rurais em estudo para o Projeto Bloco 8, é importante registrar, de início, os diferentes perfis de progresso social que singularizam cada uma das regiões pesquisadas.

Em termos municipais, o Diagnóstico do Meio Socioeconômico e presente Resumo Executivo, deixam evidente que o município de Salinas, seguido por Grão Mogol, Padre Carvalho, Josenópolis e Fruta de Leite, apresenta um complexo de infraestruturas, serviços, indicadores, perfis e dinâmicas sociais, econômicas e culturais conformadores do que se poderia considerar como uma “boa qualidade de vida”, à luz dos pressupostos pelas ciências sociais e biológicas para o tema.

Sob o prisma da municipalidade menos constituída no perfil “boa qualidade de vida” - Fruta de Leite - observa-se que os aspectos determinantes para a progressão social e econômica são mais difíceis de serem suplantados nesta região, principalmente, dada as limitações de recursos, projetos, programas, planos e políticas, públicas e privadas, a qual se submete.

Os aspectos caracterizadores do perfil socioeconômico do município de Fruta de Leite simbolizam também o perfil do distrito do Vale das Cancelas, e núcleos rurais de Vacaria/Ponte Velha e Campo de Vacarias, e localidades rurais situadas nas áreas previstas para a instalação das estruturas do Projeto Bloco 8, ou vizinhas a estas, claro, resguardadas as devidas proporções e singularidades.

Em toda a Área de Estudo, e, especialmente nas localidades mais diretamente associadas ao empreendimento, emergem os anseios, as vocações e a disponibilidade para o crescimento, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade socioambiental; condição que convive, lado a lado, com a urgência de se proteger o que se tem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de. **Para a história da Cidade Velha de Santa Luzia: sondagens arqueológicas realizadas na década de 90 do séc. XX.** Viana Castelo, Portugal - Cadernos Vianenses, Tomo 40, 2007, p. 43-70. 2007.
- ALMEIDA, Maria Salete Bortholazzi. **Educação Não Formal, Informal e Formal do Conhecimento Científico nos Diferentes Espaços de Ensino e Aprendizagem.** Paraná, 2014.
- ANA, Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras - Edição Especial.** - Brasília: ANA, 2015.
- ASSIS & DEBORTOLI. **Festa e Ritual na Irmandade Folia de Reis São Francisco de Assis: Tecitura e Tessituras de Pessoas, Instrumentos e Sonoridades nas ruas de Carmo de Cajuru/MG - A Experiência do Lazer como Processos Identitários.** Licere, Belo Horizonte, v.18, n.4, dez/2016.
- AZZI, Riolando. **Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador: Um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade católica no Brasil.** Persp. TBOI. 18, p. 215-233. 1986.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda. 1995.
- BARRETO, Augusto. **Cadernos de Análises Espaciais.** Ed. UFMG. Belo Horizonte. 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória do sagrado: Estudos de religião e ritual.** São Paulo: Paulinas, 1985.
- BRANDT Meio Ambiente. **Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo.** Belo Horizonte, 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em agosto de 2018.
- BRASIL. Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010. **Regulamenta a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7341.htm>. Acessado em agosto de 2018.
- BRASIL. Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011. **Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.** Disponível em: < <http://www.anatel.gov.br/legislacao/decretos/32-2011/75-decreto-7512>>. Acessado em julho de 2018.

- BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios. Distribuição CFEM.** Disponível em: https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem.aspx. Acessado em julho de 2018.
- BRASIL. Lei Federal Nº 4.239, de 27 de junho de 1963. **Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L4239.htm>. Acessado em julho de 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em <www.inep.gov.br>. Acesso em junho de 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Portal da Saúde.** Disponível em < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>. Acesso em junho de 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Atenção Básica.** Disponível em: < <http://dab.saude.gov.br/portaldab/>>. Acessado em junho de 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portal Departamento de Atenção Básica.** Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_o_que_e.php. Acesso em 06 de dezembro de 2017>. Acessado em julho de 2018.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento.** Disponível em: <<http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/>>. Acessado em agosto de 2018.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais.** Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em julho de 2018.
- BRASIL. Tesouro Nacional. **Secretaria do Tesouro Nacional. Contas anuais.** Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais>. Acessado em julho de 2018.
- BRASIL. Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI. Contas anuais.** Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acessado em julho de 2018.
- BRUSTOLINI, Júlio J. **A Mensagem da Senhora Aparecida.** Aparecida/ SP: Ed. Santuário, 1979.
- BUENO, L.; BARBOSA, V.; GOMES, W. **Resgatando coleções: a Lapa Pequena de Montes Claros.** Revista Canindé, Xingó, nº. 12. Dez. p. 47- 79. 2008.
- CARVALHO, Eliana T. de & SEDA, P. **Os sítios com sinalações pesquisados pelo IAB: Um guia para cadastramento.** Boletim do Instituto Arqueológico Brasileiro. Rio de Janeiro, v.9, pp.23-67, 1982.

- CHAVES, Danisa. **A Folia de Reis na Cidade de Três Corações: Um estudo sobre cultura popular**. Dissertação de Mestrado. Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR. 2011.
- Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria (Missionários Claretianos). **Bíblia Sagrada Católica: Versão "Ave Maria"**. São Paulo: Editora Ave Maria. 14ª Ed., 2048 p., 2009.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas**. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org.). Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas - Montes Claros: Best, 1997.
- EIA BERIZAL. **ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) - AÇUDE PÚBLICO DE BERIZAL**. Patrimônio arqueológico pré-histórico e histórico. 2010.
- FERREIRA, Simone dos Santos Alves. **A Religiosidade de Isabel de Aragão nos Estudos Históricos e na Crônica de Rui de Pina**. Revista Labirinto - Porto Velho-RO, Ano XIV, Vol. 20, p. 108-118, 2014. ISSN: 1519-6674
- FILHO, José Aderlan Brandão N.; KUHN, Vanderlei A. **O Rosto Materno de Deus: Nossa Senhora da América Latina e Caribe**. Caderno de Exposição - Curitiba: PUC-PR. 2014.
- FJP. Fundação João Pinheiro. **Movimentos Migratórios no Brasil**. Disponível em: < <http://migracao.fjp.mg.gov.br/#inicio>>. Acessado em junho de 2018.
- FJP. Fundação João Pinheiro. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Disponível em: < <http://imrs.fjp.mg.gov.br/> >. Acessado em julho de 2018.
- FJP. Fundação João Pinheiro. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais 2015**. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/796-5-estatistica-a-informacoes-pib-dos-municipios-de-mg-2015-site/file>. Acessado em 04 de maio de 2018.
- FONSECA, Diego de Sousa Ribeiro; LESSA, Simone Narciso. **Um Breve Diagnóstico Ambiental do Parque Estadual de Grão Mogol (MG) e seu Contexto Espacial**. Revista online, Caminhos de Geografia - Uberlândia, v. 11, n.º 35 Set/2010, p. 260-274. ISSN 1678-6343. 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. Boletim de Políticas Setoriais, nº 02. Brasília: IPEA, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio**. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. 2ª ed. Brasília: IPHAN, 2003.
- FRANÇA, Iara S. de & SOARES, Beatriz R. **O Sertão Norte-Mineiro e suas transformações recentes**. II Encontro de Grupos de Pesquisa. Universidade Federal De Uberlândia - UFU. 2006.

- FREITAS, F. & RODET, M.J. **O que ocorreu nos últimos 2000 anos no vale do rio Peruaçu? Uma análise multidisciplinar para abordar os padrões culturais e suas mudanças entre as populações pré históricas daquela região.** Revistas do Museu de arqueologia e etnologia, USP. V. 20:109-126. 2010.
- FRUTA DE LEITE. Prefeitura Municipal de Fruta de Leite. **Site Municipal.** Disponível em: <<http://www.frutadeleite.mg.gov.br/>>. Acessado em julho de 2018
- GONÇALVES, José R. S.; CONTINS, Marcia. **Entre o Divino e os Homens: A arte na Festa do Divino Espírito Santo.** Horizontes Antropológicos - Porto Alegre, ano 14, n.º 29, p. 67-94, jan./jun. 2008.
- GRÃO MOGOL. Prefeitura Municipal de Grão Mogol. **Site Municipal.** Disponível em: <<http://www.graomogol.mg.gov.br/>>. Acessado em julho de 2018.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Jurandyr Pires Ferreira (Planejamento e Orientação). Vol. 25, 1959.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais: Primeiros Resultados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 259 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acessado em agosto de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em junho de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.** Disponível em <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em junho de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/2231-np-divisoes-regionais-do-brasil/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acessado em 02 de maio de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades.** Disponível em <www.ibge.gov.br/cidades>. Acessado em junho de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal.** Disponível em <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em junho de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Disponível em <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em junho de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.** Disponível em <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em junho de 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca IBGE. **Histórico de Padre Carvalho.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/padrecarvalho.pdf> Acessado em setembro de 2018.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Vol I. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).** Diretoria de Geociências (DGC) e Departamento de Geografia (DEGEO). Rio de Janeiro. 1990. 137 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas Vol. II. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE. 1992. 303 p.
- IC AMBIENTAL. **Diagnóstico do Patrimônio Cultural - Bens culturais imateriais da área de influência do Projeto Barragem do Rio Vacarias.** 2016.
- IC AMBIENTAL. Estudo de Impacto Ambiental. **Projeto Barragem do Rio Vacarias.** Belo Horizonte, julho de 2016.
- IC AMBIENTAL. **Laudo de impactos sobre os Bens Culturais Imateriais da área de influência do Projeto Barragem do Rio Vacarias.** 2016.
- INFO ESCOLA. Info Escola. **Transição Demográfica.** Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/crescimento-vegetativo/>>. Acessado em de abril de 2018.
- IPEADATA. **Dados Regionais.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acessado em junho de 2018.
- ISNARDIS, A. **Entre as Pedras: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais.** Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- JOSENÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Josenópolis. **Site Municipal.** Disponível em: <<http://www.josenopolis.mg.gov.br/>>. Acessado em julho de 2018
- KOOLE, E. & PROUS, A. **O sítio Russinhos: uma ocupação ceramista nas margens do rio São Francisco.** Relatório Final Fapemig - Estudo arqueológico do vale do rio Peruaçu e adjacências - Fase II. p. 27-48. 2006.
- LESSA, Simone N. & SILVEIRA, Áurea V. F. **Fazenda das Quebradas - Patrimônio Cultural.** Caminhos da História (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES) Montes Claros, MG - Brasil, 2011.
- MARTINS, Patrícia C. M. **Devoção do Senhor Bom Jesus no Brasil.** Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/251445112/Artigo-Devocao-Do-Senhor-Bom-Jesus-No-Brasil-Patricia-C-M-Martins-1#> consulta em 27/11/2018. Sem data.
- MEU MUNICÍPIO. **Perfil municipal.** Disponível em: <<https://meumunicipio.org.br/>>. Acessado em junho de 2018.
- NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília - UNB. 2009.

- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **A Imaginária Religiosa em Minas Gerais - Barroco**. Belo Horizonte, n.º 19, 2001-2004, pp.163-179.
- PADRE CARVALHO. Prefeitura Municipal de Padre Carvalho. **Site Municipal**. Disponível em: <<https://padrecarvalho.mg.gov.br/>>. Acessado em julho de 2018.
- PAULA, Fabiano L. de & SEDA, Paulo R. **Catálogo de Sítios. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**. Volume IV-V, anos 1979/1980 - Belo Horizonte: UFMG, Museu de História Natural, 1982.
- PEREIRA, A. M. Cidade Média e Região: **O significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado de Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia-MG, 2007.
- PHILIPPS, P. & WILLEY, G. R. **Method and theory in American archaeology: an operational basis for culture-historical integration**. American Anthropologist, Vol. 55, n.º. 5, parte 1. 1953. p. 615-633. 1953.
- PRF. Polícia Rodoviária Federal. **Acidentes Rodoviários**. Disponível em: <https://www.prf.gov.br/portal/dados-abertos/acidentes>>. Acessado em agosto de 2018.
- PROUS, A. & RIBEIRO, L. (dir.) **Arqueologia do alto Médio São Francisco - Tomo I - Região de Montalvânia**. Arquivos do Museu de História Natural da UFMG, Belo Horizonte. p. 17-18. 2000.
- PROUS, A.; BRITO M. E.; LIMA, M. A. **As ocupações ceramistas no vale do rio Peruaçu**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. p. 71-94. 1994.
- PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Ed. UNB. Brasília: 1992.
- QEDU. **Dados Educacionais Compilados**. Disponível em: < <http://www.qedu.org.br/>>. Acessado em junho de 2018.
- RENGER, F. E. **Diamantes de Grão Mogol revisitados**. In: 42º Congresso Brasileiro de Geologia, 2004, Araxá, MG. Anais do 42º Congresso Brasileiro de geologia. SP: Sociedade Brasileira de Geologia, 2004.
- RODET, M. J. **Étude technologique des industries lithiques taillés du nord de Minas Gerais - Brésil, depuis le passage Plèistocene / Holocène jusq' au contact - XVIII siècle**. Tese de Doutorado. Universidade de Paris X -Nanterre: 2006.
- RODET, M. J.; DUARTE, D.; CUNHA, Ana C. R.; DINIZ, L. R.; BAGGIO, H. 2007. **Os métodos de “fatiagem” sobre seixo de arenito/quartzito do Brasil Central - exemplo do sítio arqueológico de Buritizeiro, Minas Gerais**. Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). 2007.
- SABOGAL, José y Esposa. **Advocaciones Marianas de América**. Disponível em: <https://carifilii.es/2014/07/23/advocaciones-marianas-de-america-de-jose-y-esposa-sabogal/> consulta em: 27/11/2018. Sem data.

- SALINAS. Prefeitura Municipal de Salinas. **Site Municipal**. Disponível em: <<http://www.salinas.mg.gov.br/>>. Acessado em julho de 2018.
- SANTOS et al, 2011. **Desenvolvimento Regional no Norte de Minas Gerais**. Montes Claros, agosto de 2011. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt05-27/881-desenvolvimento-regional-no-norte-de-minas-gerais/file>>. Acessado em maio de 2018.
- SANTOS, Rafael Brondani dos. **Martelo dos Hereges: Militarização e Politização de Santo Antônio no Brasil Colonial**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.
- SHIKIDA, C. D. **A economia política da emancipação de municípios em Minas Gerais**. Brasília: Esaf, 1998.
- SILVA, Andréia C. L. F. **O Martírio de Luzia de Siracusa na Legenda Áurea: Uma Leitura a partir da Categoria Gênero**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- SISTEMA FIEMG. Federação das Indústrias de Minas Gerais. **Perspectivas de Desenvolvimento Socioeconômico do Norte de Minas**. Disponível em: <<http://www7.fiemg.com.br/noticias/detalhe/fiemg-lanca-plano-perspectivas-de-desenvolvimento-socioeconomico-para-o-norte-de-minas->>. Acessado em maio de 2018.
- SOUZA, Maria Beatriz de Mello e. **Mãe, mestra e guia: uma análise da iconografia de Santa'Anna**. Topoi, revista de História - Rio de Janeiro, v. 03, n.º 05, p. 232-250, jul./ dez. 2002.
- STEWART, J.H. **Cultures areas of the tropical forest**. In: (Ed.) Handbook of South American Indians. Washington D.C., Smithsonian Institution. Vol 3, Bulletin 143. Bureau of American Ethnology. p. 883-903. 1948.
- SUDENE. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/institucional>>. Acessado em maio de 2018.
- TOBIAS, R. **A arte rupestre de Jequitaiá entre práticas gráficas “padronizadas” e suas manifestações locais: interseções estilísticas no sertão mineiro**. Dissertação de mestrado (UFMG). 2010.
- VASCONCELOS, Diogo de. **História Média das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda. 1999.
- VIANA, et al. **O capital social e o empreendedorismo: notas de leituras**. Revista Capital Científico - Eletrônica. Volume 14, nº 2. Abril/Junho de 2016. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/3840/3003>>. Acessado em julho de 2018.

ANEXOS

ANEXO 01 - DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO

ANEXO 02 - DOCUMENTAÇÃO OFICIAL: LICENCIAMENTO CULTURAL

**Ofício nº 139/2014/CNA/DEPAM/IPHAN
Ofício nº 133/2015 - CNA/DEPAM/IPHAN
Declaração SUPRI nº 0175731/2018
Formulário de Orientação Básica/SEMAD 0361112/2018
Ofício VRP-0020-R-OF-0305-MAI2018**

**ANEXO 03 - PARECER TÉCNICO Nº 183/2018/COTEC
IPHAN-MG/IPHAN**

**ANEXO 04 - PROTOCOLO IPHAN/MG: “PROJETO DE
AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO (PAIPA) - PROJETO BLOCO 8”**

